

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP

1996

VESTÍGIOS DE UM COTIDIANO: TRABALHADORES  
ESCRAVOS, LAVRADORES, NEGOCIANTES E CORONÉIS  
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP (1870-1888)

Dissertação apresentada a Banca de  
Defesa da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo para  
obtenção do título de Mestre em  
História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>  
Dr<sup>a</sup> Estefânia Knotz Canguçu  
Fraga

MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI

## APRESENTAÇÃO

*" O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história."*

*Walter Benjamin*

Nas lembranças da família do Sr. Antero de Paula Madureira, uma imagem é mais forte que qualquer outra : a de uma farmácia, melhor dizendo, de uma botica. Uma pequena botica construída com caixotes de madeira, enfeitada com paninhos de chita. Nessa perspectiva, ou seja, da vida trabalhada no dia a dia penoso daqueles que fazem do seu ofício a "escada " para o sucesso, aparece tranqüilo o nosso boticário.

Antero, rapaz simples e de origem humilde, ao casar-se com a "empregadinha" da casa de seu patrão, em Resende, sai daquela cidade, para, junto com sua esposa, ir " tentar a vida " na também pacata São José dos Campos de finais do século passado .

Em São José dos Campos, o jovem boticário monta uma pequena botica, simples, mas que recebe os ornamentos dos paninhos de chita de sua zelosa esposa. Cresce muito aquela botica. Das mãos habilidosas do

jovem Antero brotam fórmulas e poções que irão percorrer o mundo . Medalhas de Turim e diplomas dos Estados Unidos foram reconhecimentos conquistados por aquele boticário. Seu famoso Licor de Japocanga e o prodigioso Vinho de Pacová ultrapassaram as fronteiras da cidade de São José. Da pequena botica, nasce então a Pharmácia Madureira. O jovem Antero, o farmacêutico Antero de Paula Madureira, funda o jornal "A Vida", em 1886. Crescem as propriedades, os bens . Da casinhola dos primeiros tempos, a bela casa na Rua da Quitanda. Dos paninhos de chita, as louças importadas.<sup>1</sup>

São memórias ... Lembranças de uma família que se orgulha de um patrimônio construído sob a égide do sucesso pessoal. Idéias de "evolução," de "progresso "...sintomaticamente misturadas, pelo seu teor, com a própria história da cidade de São José dos Campos.

Essa pesquisa começou assim. Com o objetivo de mostrar as tensões do final do século XIX, na cidade de São José dos Campos, vistas através do jornal "A Vida". Tensões que envolveram fazendeiros, escravos, comerciantes, enfim, todos aqueles sujeitos históricos que compunham o cenário de uma cidade que vivia um período de mudanças, período de desestruturação do trabalho escravo e que tanto significou para todo o país.<sup>2</sup>

Essa pesquisa conta os números do jornal "A Vida", conseguidos junto aos descendentes do Sr. Antero de Paula Madureira, proprietário do referido jornal. Sem dúvida, uma bela coleção de 52 exemplares entre os anos de 1887 e 1890, a qual faltam, contudo, os números relativos ao

---

<sup>1</sup> Depoimento gentilmente concedido por D. Maria Aparecida Ramos Ferreira, bisneta do Sr. Antero de Paula Madureira, proprietário do jornal "A Vida". Tal depoimento - Memória da Família Madureira - foi gravado em sua residência, em abril de 1994.

<sup>2</sup> Ver: AZEVEDO, Célia Marino de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

primeiro ano do jornal (1886), que foram extraviados (e, portanto, impossibilitados de análise por esse trabalho).

Aqueles periódicos são realmente muito instigantes. Através deles, torna-se possível uma leitura dos tempos de abolição na cidade de São José dos Campos. Não só isso, torna-se possível, também, perceber uma cidade cheia de contendas, onde alguns grupos de moradores - representados principalmente pelo boticário Antero - faziam, já naqueles idos, muitas cobranças em relação ao andamento da Câmara Municipal, denunciando Fiscais e Inspetores, quando estes não cumpriam devidamente as normas impostas pelas Posturas Municipais. E denunciavam também os gastos inúteis efetuados pela "illustre edilidade" do município, os altos impostos cobrados pela Câmara, a má conservação de ruas e estradas, o descuido com a higiene e saúde da população, enfim, tudo aquilo que significa olhar pelo bom desenvolvimento de uma municipalidade.<sup>3</sup>

As contendas acima descritas tendem a se intensificar a partir de janeiro de 1888, quando o jornal "A Vida" começa a tratar efetivamente das questões relativas à emancipação dos escravos, instigando os fazendeiros de São José dos Campos a não permanecerem passivos em relação ao momento, convidando-os a emanciparem seus cativos, e, assim, varrerem a "mancha negra" do escravismo, que, segundo o referido jornal, tanto vinha atrapalhando o desenvolvimento daquela cidade e de todo o país...

A partir desse momento, um verdadeiro impasse se impõe. O jornal "A Vida", ao mesmo tempo em que fazia a campanha abolicionista na cidade, denunciando o "atraso" representado pela escravidão, trazia, em

---

<sup>3</sup> Essas questões, relativas às contendas que o jornal "A Vida" trava com a Câmara Municipal de São José dos Campos, serão abordadas mais minuciosamente, em um item específico desse trabalho.

suas páginas, artigos que evidenciavam o perigo representado pela falta do trabalhador escravo, para as lavouras de café daquela cidade. Ao mesmo tempo em que dizia, em alguns artigos, que as terras daquela cidade permaneciam férteis e boas, em um determinado artigo denunciou as matas devastadas do local "pela imprudência dos lavradores".<sup>4</sup>

Muito inquietantes todas essas ambigüidades. Se a análise das páginas daquele jornal, possibilitou visualizar uma cidade onde alguns grupos de moradores faziam denúncias, mostrando serem capazes de lutar por seus interesses, algumas questões foram se tornando cada vez mais relevantes para essa pesquisa: Quem eram aqueles moradores ? A que grupo social pertenciam? Quem eram e como viviam os escravos de São José dos Campos?

A contribuição da família Madureira foi de extrema importância para esse trabalho. Os descendentes do Sr. Antero Madureira, ao concederem a essa pesquisa um depoimento oral, relatando o histórico do boticário Antero, fundador do jornal "A Vida", possibilitaram que a primeira centelha de dúvida pudesse ser vislumbrada sobre os moradores de São José dos Campos, de finais do séc. XIX.<sup>5</sup>

Ora, o histórico de vida do boticário Antero é na verdade bastante interessante. Moço pobre de Resende, cresce socialmente em São José.<sup>6</sup> De um simples aprendiz de boticário na cidade fluminense, torna-se o proprietário da Pharmacia Madureira, em São José dos Campos. Seria esse

---

<sup>4</sup> Essa ambigüidade no discurso do jornal "A Vida" se torna mais intensa nos números publicados entre janeiro de 1888 a julho do mesmo ano.

<sup>5</sup> Depoimento Oral de D. Maria Aparecida Ramos Ferreira ( bisneta do Sr. Antero Madureira), concedido em Abril de 1994.

<sup>6</sup> A cidade de São José dos Campos, a partir de agora, aparece neste trabalho ora com seu nome completo: São José dos Campos, ora somente como São Jose.

um caso único? A história de uma exceção? Provavelmente não, mas era preciso investigar mais. No relato concedido pela família Madureira, uma frase apontava na direção da fala dúbia do boticário Antero: " todo o pessoal da roça aportava e comprava na farmácia dele. O pessoal da roça não pagava, mas o fazendeiro pagava a conta do pessoal".<sup>7</sup>

Começou aqui uma verdadeira aventura: procurar por fontes documentais na cidade de São José dos Campos. Pode parecer pretensão dessa historiadora, mas a cidade guarda muito pouco de sua memória histórica. O trabalho do pesquisador, na cidade de São José, mais se assemelha ao do investigador policial rastreando por fontes dispersas, aqui e ali, muitas em mãos das antigas famílias, outras em Cartórios ou no Fórum da cidade, tornando-se difícil, nestes casos, o acesso do pesquisador a esse universo "privado".<sup>8</sup>

Embora a cidade de São José já conte com a instalação e funcionamento de um Arquivo Público Municipal - sem dúvida com pessoal preparado e atencioso - muitas dessas fontes dispersas ainda não se encontram no Arquivo, provavelmente por ser ainda bastante recente. Mas foi por lá, pelos livros relativos ao final do séc. XIX, encontrados no Arquivo Público de São José, que novas investigações, dentro dessa pesquisa, tiveram início.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Depoimento concedido por D. Maria Aparecida Ramos Ferreira, bisneta do S. Antero de Paula Madureira.

<sup>8</sup> O acesso ao jornal "A Vida" só foi possível, graças à sensibilidade de D. Maria Aparecida Ramos Ferreira, que abriu as portas de sua residência e permitiu que toda a coleção do jornal fosse xerocada para essa pesquisa.

<sup>9</sup> O Arquivo Público do Município de São José dos Campos se encontra instalado e funcionando na Igreja São Benedito, situado na Praça Afonso Pena, 267.

Entre a documentação relativa ao final do século XIX, encontrada naquele arquivo, os mais ricos foram, sem dúvida, os Códigos de Posturas, as Infrações de Posturas, as Atas da Irmandade de São Benedito e os Registros de Certidões de Nascimentos. Os velhos Almanques da cidade, e a Resenha de Atas da Câmara do Sr. Marcondes Cabral, importantes pistas para a pesquisa, foram encontrados e estudados na Biblioteca Pública Cassiano Ricardo.<sup>10</sup>

Nos Códigos de Posturas pesquisados, entre 1862 e 1887 (entre os 75 códigos mais detalhadamente analisados), vai ficando clara uma cidade atenta à abertura e conservação de estradas, às normas de higiene e salubridade, ao alinhamento de ruas e casas e, principalmente, preocupada com normas relativas à policia e segurança pública, onde a figura do escravo se torna tema central. Nessas normas, as Posturas Municipais de São José vão ordenando horários e delimitando espaços para que os escravos de ganho daquela cidade pudessem vender seu café. É um primeiro indício de um tipo de trabalho efetuado pelos escravos daquela cidade. Sem dúvida, escravos de ganho ou de aluguel, jornaleiros, deveriam existir naquela cidade, caso contrário tais posturas não se justificariam.<sup>11</sup>

Se as Posturas Municipais da cidade de São José, mostram a preocupação do poder público - representado por um grupo de moradores da cidade - em delimitar espaços, impor regras, controlar horários e caminhos percorridos pelos escravos da urbe, as Infrações de Posturas, no entanto, evidenciam alguns sujeitos sociais daquela cidade, em constante desobediência àquelas imposições. Das 80 Infrações pesquisadas, entre 1870 e 1885, as mais constantes eram as seguintes: escravos galopando em

---

<sup>10</sup> Todos esses livros e documentos se encontram discriminados na relação anexa.

<sup>11</sup> Posturas Municipais de São José dos Campos 1862 / 1887 Tombo 000178.

cavalos em pêlo na Rua Direita da cidade; escravos e escravas andando e vendendo café depois do toque de recolher; trabalhadores sendo multados pelo não-comparecimento aos serviços de caminhos; jogos e jogatinas sendo praticados por escravos e filhos de família.<sup>12</sup>

Alguns alinhavos maiores já começam aqui a serem permitidos. Os escravos de São José possivelmente andavam muito a cavalo, e vendiam muito café pelas ruas. Na consulta à Resenha de Atas da Câmara, do Sr. Marcondes Cabral, assim como em outras fontes bibliográficas consultadas, alguns dados apontam São José dos Campos como tendo um crescimento na produção cafeeira, entre 1850 e 1886.<sup>13</sup>

Uma cidade ligada ao campo. Aliás, uma outra desobediência às normas da cidade, encontradas nas Infrações de Posturas, evidencia isso. Muitas infrações eram cometidas por moradores que teimavam em permitir que porcos, cabras e vacas andassem à solta pelas ruas da cidade, isso sem falar dos formigueiros que nunca eram extintos corretamente; dos animais castrados e mortos em praça pública. Tudo isso denunciado pelo boticário Antero, no seu jornal "A Vida", quando o século já adentrava pelo ano de 1887. Sem dúvida, uma cidade ligada ao campo.

Mas como eram os campos de São José? Quem plantava café em suas terras? Como viviam e agiam os escravos daquela urbe, antes da abolição? Questões ainda sem respostas. Outras investigações se faziam necessárias. Nas Atas da Irmandade de São Benedito, pesquisadas principalmente entre os anos de 1877 a 1888, vai se tornando evidente que nem só de escravos, mestiços ou brancos pobres livres se compunham os

---

<sup>12</sup> Livro de Infração de Posturas 1862 /1887 Município de São José dos Campos Tombo 000009.

<sup>13</sup> *Resenha de Documentos da Câmara Municipal de São José dos Campos*, organizado por Geraldo Marcondes Cabral : *Café e outros produtos agrícolas*, pág. 17. Biblioteca Pública "Cassiano Ricardo".



membros daquela Irmandade.<sup>14</sup> Estima-se que proprietários de escravos dividiam o espaço daquelas mesas com seus respectivos cativos. Mas quem eram esses proprietários?

A leitura atenta de tais Atas permitiu identificar que provavelmente só alguns pequenos proprietários compartilhavam as mesas da Irmandade de São Benedito com seus escravos. Isso porque alguns nomes nunca foram citados como membros da Irmandade, somente como proprietários de alguns escravos. São os nomes dos coronéis, dos capitães e dos maiores negociantes da cidade.<sup>15</sup>

Os campos daquelas terras ainda permaneciam obscuros, entretanto, o cotidiano dos escravos da velha urbe já começava a ser vislumbrado. Mas ainda era pouco. Novas investigações precisavam ser feitas. Um dado interessante aparece com a análise dos Relatórios de Qualificações de Votantes, entre os anos de 1872 e 1875. Durante esse período, acontece uma pequena variação na quantidade de cidadãos votantes na cidade de São José, indicando uma relativa estabilidade entre o número da população votante do município. Se, em 1872, a população votante do município era de 721 cidadãos, em 1875 estava em torno de 818.<sup>16</sup>

Mas um dado interessante se verifica quando se percebe quem são esses cidadãos votantes. Para exemplificar, dos 818 cidadãos votantes da

---

<sup>14</sup> Atas da Irmandade de São Benedito : Livros pesquisados : 1878 /1880 e 1886 / 1888 . Tais Atas se encontram no Arquivo Público do Município de São José dos Campos e não possuem ainda catalogação.

<sup>15</sup> Nomes como: Coronel Bento Pinto da Cunha, Tenente Coronel José Caetano de Mascarenhas Ferraz, Capitão Mor Manoel Joaquim de Oliveira, Capitão Mor Francisco Alves Fagundes e Antonio Leite Machado. Atas da Irmandade de São Benedito 1877 / 1888. Arquivo Público do Município de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>16</sup> Relatório de Qualificação de Votantes do Município de São José dos Campos 1871 / 1875 Tombo 000040 Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

cidade de São José dos Campos em 1875, um total de 699 (ou seja 85,4%), foram classificados, no Relatório, como pertencentes à lavoura. O campo detinha, portanto, uma grande representatividade, na cidade de São José, em meados da década de setenta. Só que, tais Relatórios não trazem a distinção entre quais seriam os grandes, pequenos ou médios proprietários. Mais uma vez, aqueles primeiros nomes relacionados no jornal "A Vida", e nas Atas da Irmandade de São Benedito, aparecem como uma possível referência.

Um outro sujeito histórico vai ser possível vislumbrar, naqueles relatórios de votantes. É o negociante de São José dos Campos. Genericamente designados como negociantes, esses homens estavam presentes, na sua quase totalidade, como moradores da cidade (centro urbano) e como moradores do Bairro de Santa Cruz (atual bairro Santana).

Uma boa surpresa reservavam os Registros de Certidões de Nascimentos encontrados no Arquivo Público de São José dos Campos. Embora fragmentados - foram encontrados apenas dois livros com os registros de nascimentos dos anos de 1875, 1876 e 1877 da cidade de São José - a leitura possibilitou, no entanto, alguns bons vestígios. Aliás, de vestígios vem sendo construída essa pesquisa.<sup>17</sup>

Das 246 certidões pesquisadas, um dado chamou bastante atenção. Ao registrarem seus filhos, os pais das crianças registradas eram obrigados a dizer sua profissão ou ocupação e também explicitarem sua naturalidade. Além disso, consta também dessas certidões, os bairros onde tais pessoas moravam, além da naturalidade dos avós paternos e maternos. Qual não foi

---

<sup>17</sup> Registros de Nascimentos 1875 / 1876 Tombo 000845 e Registros de Nascimentos 1876 / 1877 Tombo 000843

a surpresa, quando uma grande quantidade desses pais e avós vão sendo designados como naturais de Jacareí, Mogi das Cruzes, Jambuí, Caçapava, Resende e até Portugal. Das 246 certidões pesquisadas, 82 delas mostravam pais ou avós naturais de cidades vizinhas. O boticário Antero não foi mesmo uma exceção. São José dos Campos vinha chamando pessoas.

Um outro dado interessante é que, em quase todas as certidões, os pais das crianças eram lavradores, sendo imediatamente seguido por negociantes da cidade. As Certidões de Nascimentos pesquisadas também mostram um pouco do escravo de São José. Uma grande quantidade de ingênuos (filhos de escravas, nascidos livres) começam a ser registrados, principalmente a partir de 1875. Ingênuos que vão sendo dados como afilhados aos coronéis da cidade. E muitos ingênuos nascidos filhos legítimos, sugerindo um alto índice de casamentos entre escravos e escravas daquela urbe. Mas ainda era pouco para uma afirmação. Havia só indícios.

Todas essas pesquisas já estavam bem adiantadas, quando optei por investigar mais. Afinal, os escravos de São José ainda permaneciam, em boa medida, obscuros. Tornava-se necessário descobrir mais daqueles homens e mulheres escravos da velha urbe. Foi quando, vencendo os obstáculos que o ofício de historiador impõe a quem pesquisa naquela cidade, resolvi procurar por Inventários de finais do século passado. Inventários poderiam ser boas pistas. Mas onde achá-los? Alguém teria dito que alguma coisa poderia ser encontrada numa salinha do Fórum da cidade...

Munida de carta de apresentação, ofício e muita boa vontade, e depois de algumas idas e vindas, pude contar com a sensibilidade - pela qual serei sempre grata - do escrivão da Primeira Vara do Fórum de São José dos Campos, Sr. João Antero Bueno, que abriu as portas da referida salinha, instalada no subsolo daquele departamento.

Sabendo que a procura era pelos Inventários de finais do século XIX, o gentil escrivão teria dito que alguma coisa existia, porém tudo misturado nas caixas relativas às décadas do século XIX ( 70 e 80 ), pelas quais essa pesquisa ansiava.

Tratou-se então de procurar pelas caixas, contando-se com a fundamental ajuda de um funcionário do departamento. Caixas e mais caixas foram sendo colocadas em cima da mesa. Mas seriam todas de Inventários? Não. Nas 15 caixas iniciais ( relativas só aos anos de 1870 e 1871), haviam 7 Inventários e 4 Testamentos, sendo que o restante se constituiu numa verdadeira surpresa. Nada menos que 53 Ações Cíveis compunham as caixas de 1870 e 1871. Ações da seguinte natureza: Ações de Libelo de Dívidas, Ações de Embargo ( principalmente de terra ), Ações de Protesto (contra invasão de terras), Ações de Penhora de Escravos, Ação Sumária Comercial, Divisão Amigável de terras, Ação de Dívida e Embargo, Ação Cível Precatória, Força Velha ( tipo de ação que reivindica o tempo trabalhado na terra), Ação de Liberdade (escravos), Autuação ( geralmente prestação de contas ou escravos à procura de direitos), além de algumas falências e Inventários sem concordância.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Toda a documentação trabalhada por essa pesquisa se encontra na relação anexa.

O conteúdo das caixas foi sendo examinado pela necessidade de, num primeiro momento, se ter ao menos a idéia do que continham. Nas caixas seguintes, referente à década de oitenta, o tipo de documentação não variava muito. Uma verdadeira mina documental havia sido encontrada, ali naquela salinha do Fórum, que, segundo consta, ainda não teria sido trabalhada por nenhum historiador.

Numa primeira contagem, foram encontrados, referentes à década de 70, um total de 222 Ações Cíveis, 12 Inventários e 6 Testamentos. Referentes à década de 80, foram encontradas 113 Ações Cíveis, 28 Inventários e 4 Testamentos. Isso porque não foram abertas, por essa pesquisa, as caixas referentes às décadas de 50, 60 e 90 do séc.XIX, e as décadas iniciais do séc.XX. Não é trabalho para um só pesquisador.

Alguns desses documentos foram encontrados em estado precário ( talvez pela ação do tempo e umidade do local):outros, no entanto se encontram em excelente estado de conservação, extremamente legíveis, possivelmente pelo pouco ou nenhum manuseio do material. Estão lá, em uma sala no subsolo da Primeira Vara do Fórum de São José dos Campos, à espera, ainda, de muita pesquisa.

Com o objetivo de usar um pouco desse material, e encontrar vestígios do escravo de São José, foram privilegiados os Inventários e Testamentos das décadas pesquisadas. As Ações Cíveis puderam fornecer uma leitura das tensões da cidade, mostrar a disputa por terras e indicar, mais uma vez, a existência do pequeno proprietário. Foram analisados por essa pesquisa, mais minuciosamente, 30 Inventários, 5 Testamentos e 40 Ações Cíveis entre 1870 e 1888. As Ações de Liberdade promovidas por

escravos (e seus advogados) foram também vistas, sendo, no entanto, reservadas a uma próxima pesquisa.

Os documentos rotulados como Ações de Liberdade - Ações promovidas por escravos e seus advogados requerendo liberdade - necessitam de uma pesquisa maior, mais aprofundada, dada a característica singular daquela documentação. Isso também, pelo fato de que, há algum tempo, pesquisas em Ações desse tipo vêm sendo feitas - por essa pesquisadora - na cidade de Taubaté. O fato também de se ter tomado conhecimento, de que ações judiciais semelhantes, promovidas por escravos e seus advogados, foram praticadas em grande escala em Jacareí, Caçapava e Paraibuna, são inquietações que talvez, possam ser resolvidas em uma outra pesquisa.<sup>19</sup>

O que primeiro chamou atenção foi a enorme quantidade de Ações Cíveis na cidade de São José. As resoluções jurídicas foram, sem dúvida, muito utilizadas naquele local. O que vai ficando claro, e tornando possível um melhor entendimento dos campos de São José, são as Ações Cíveis promovidas por sitiantes e "meeiros", na luta pela divisão de suas terras. Tanto nos Inventários como nos testamentos, as pessoas deixavam uma parte de terra no Bairro do Buquira para um herdeiro, outra parte de terra no Bairro do Jaguaré para um outro herdeiro, e assim por diante, dando a entender o porquê da grande quantidade de pequenos proprietários existentes em São José. Isso, de certa forma, o Relatório de Qualificação de Votantes já vinha apontando, e as Certidões de Nascimentos também indicavam nesse sentido.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Maria Helena Machado faz uma referência sobre o fato de a ação abolicionista no Vale do Paraíba ocorrer principalmente por vias jurídicas. A autora irá citar o exemplo de Caçapava e Jacareí. MACHADO, Maria Helena *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*: Ed. UFRJ / EDUSP, 1994.

<sup>20</sup> Relação de documentos anexa

Muitas terras em comum, partilhadas por parentes e conhecidos, começam a ser divididas e confirmadas judicialmente, principalmente na década de setenta. Algumas divididas amigavelmente, outras sendo motivo de muitas querelas. Muito ainda precisa ser pesquisado sobre as terras de São José. Tantas Ações Cíveis são, quem sabe, indicativos de crédito depositado na ação da Justiça, ou até característica peculiar de lugares com muitos proprietários

Ações de Cobranças de Dívida, movidas, na grande maioria, em função de dinheiro emprestado aos pequenos proprietários de São José dos Campos são indicações interessantes. Pelo menos é o que tais Ações sugerem, já que quase todos os que são cobrados são designados, nas referidas Ações, como sitiantes, moradores em chácaras e donos de um número bem reduzido de escravos. É aqui que a figura do negociante de São José vai se tornando mais clara. Negociantes ligados ao comércio, mas também que emprestam dinheiro a juros para os menores daquela terra. Tudo isso indicando - como as próprias Ações confirmam - que terras e escravos estavam sendo amealhados pelos mais poderosos do local. Isso porque, na impossibilidade de pagar as dívidas, as terras e escravos daqueles sitiantes iam sendo aos poucos penhorados.

Outro dado interessante, e que confirma uma suspeita que o jornal "A Vida " levantou para essa pesquisa, é que no bairro de Santa Cruz (hoje Bairro Santana, tradicional bairro da cidade) se encontravam alguns dos grandes negociantes daquela urbe - os nomes nos Relatórios de Qualificação e as descrições contidas nas Ações por Dívida levaram a essa conclusão - além, é claro, dos negociantes moradores do centro urbano.

Um outro tipo de negócio certamente bastante rendoso, e que se confirma, são aqueles ligados às firmas de beneficiamento de café. As descrições de Inventários e Testamentos, e até mesmo de algumas Ações, puderam mostrar isso.

No entanto, estas questões ainda precisam ser muito aprofundadas. Algumas Ações que envolvem grandes somas de dinheiro precisam ser melhor pesquisadas. Uma delas, referente a uma falência que sofre um grande fazendeiro de São José - única grande falência encontrada, aliás, no período pesquisado - diz respeito a um empréstimo efetuado por um grande coronel de Jacareí, o Coronel João da Costa Gomes Leitão, o qual resulta em outras querelas envolvendo escravos de São José dos Campos.<sup>21</sup>

Inventários e Testamentos revelam com maior clareza, o cotidiano dos escravos de São José. Indícios preciosos de quem eram e o que faziam são também possíveis de se estar visualizando. Tais indícios se tornam ainda mais evidentes, quando confrontados com as indicações que já vinham sendo obtidas por essa pesquisa. Um desses indícios são os significativos casamentos entre escravos e escravas, principalmente entre aqueles que habitavam os mesmos sítios e fazendas ( esse indício já tinha sido percebido nas Certidões de Nascimentos). Na grande maioria dos Inventários pesquisados, o número de filhos de escravos casados era grande, além é claro, daqueles filhos das mulheres escravas solteiras, mostrando uma significativa quantidade de crioulos na cidade de São José.

Trabalha-se também com algumas dificuldades, pois se conta com fontes muitas vezes fragmentadas, sendo que muitas delas apenas fornecem

---

<sup>21</sup> Ação Cível n. 1227 movida por João da Costa Gomes Leitão, de Jacareí, contra o Tenente Coronel Manoel Joaquim de Andrade, de São José dos Campos : Dívida 28\$\$ 187\$\$ 621. Penhora da Fazenda Capão Grosso.



indícios, vestígios do final do século em São José dos Campos. Não foram encontrados todos os Inventários das décadas pesquisadas. Não foi possível localizar o livro de Matrícula de Escravos de São José dos Campos, referente às décadas de 70 e 80 do séc. XIX. Tal livro, provavelmente, iria permitir o arrolamento exato (ou o mais aproximado) dos escravos e escravas daquela cidade. Portanto, trabalha-se com o possível, numa cidade onde não existe nenhuma pesquisa referente ao final do séc XIX, do qual só falam os almanaques, as crônicas e os livros de memória.

Todavia, o que sempre existiu foi a possibilidade da pesquisa. O diálogo constante com as fontes descobertas permitiu a esse trabalho ir reunindo fragmentos, rastros deixados pela gente de São José dos Campos no final do séc.XIX. Parafraseando o mestre Ginzburg, nem todas as fontes precisam ser "objetivas" e precisas.<sup>22</sup> O fato de as fontes não serem objetivas e precisas não significa que não possam fornecer preciosos indícios. E como já foi dito, de vestígios e pistas vêm sendo construída essa pesquisa. Indícios possíveis de um final de século XIX na cidade de São José dos Campos.

É preciso que fique bem claro o objetivo central desse trabalho. Para isso, torna-se necessário um pequeno depoimento sobre a trajetória dessa pesquisa. Quando me encontrava no último ano de graduação do curso de História, na Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, tive como motivação para minha monografia de conclusão de curso, encontrar o final da escravidão e seus sujeitos históricos, na referida cidade.

---

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pág.21.

Qual não foi minha surpresa ao me deparar com a escassez de fontes e de bibliografia específica sobre o final do séc. XIX, em relação àquela cidade. Lembro-me de ter recorrido a antigos moradores da cidade que se interessavam pela história local. Todos foram unânimes em dizer que São José dos Campos "não era nada" no século XIX. Apenas uma pequenina cidade, diziam alguns, sem os grandes coronéis comuns à região, sem os barões do café das cidades vizinhas. Ou seja, sem o poder econômico e político que justificam a maioria das pesquisas históricas.

Recordo-me de uma senhora que me sugeriu uma mudança de tema. Por que não pesquisar São José dos Campos a partir de 1950, quando a cidade desponta promissora rumo à industrialização? Afinal, teria dito tal senhora, São José dos Campos, no século XIX, era o "patinho feio" da região. No entanto - e talvez até por esse detalhe - não havia mais como recuar. Minha busca estava lá, no final do século XIX, nas relações entre escravos e senhores, nos embates por espaços sociais daqueles idos.<sup>23</sup>

Naquele momento, só foi possível uma pequena monografia sobre as tensões do final do século XIX, vistas através de alguns exemplares de jornais de algumas cidades da região. Entre esses jornais, foi possível uma primeira leitura em alguns exemplares do jornal "A Vida", de São José dos Campos, entre os anos de 1877 e 1888. Foi uma primeira possibilidade de enxergar São José dos Campos no final do século XIX. Algum tempo depois tive a oportunidade de xerocar toda a coleção de 52 exemplares do jornal "A Vida", podendo, através da visão daquele periódico, compreender um pouco mais da formação daquela cidade, no final do século passado. Isso talvez tenha contribuído para aumentar minha tenacidade em procurar

---

<sup>23</sup> Não tenho registrado o nome dessas pessoas com as quais conversei. Apenas me recordo da entrevista que me foi concedida pelo Sr. Altino Bondesan, advogado e cronista de São José dos Campos.

pelos protagonistas da história daquela cidade, num tempo histórico que teimava em não aparecer.

Portanto, esse é o objetivo central desse trabalho: encontrar a velha São José dos Campos em formação, no final do século XIX, bem como enxergar a cidade através de seus sujeitos construtores naquele momento—os trabalhadores escravos, os lavradores, os negociantes, os coronéis, os vereadores, "a gente pobre da cidade"—, enfim, homens e mulheres pertencentes a vários grupos sociais da cidade, que se redefiniam constantemente naquele singular final de século.

Os sujeitos sociais mais procurados foram os escravos e escravas da cidade de São José. E foram encontrados nas relações com os outros sujeitos daquela cidade. Foram também encontrados nas várias representações sugeridas por muitos números do jornal "A Vida". Os indícios e vestígios indetificados possibilitaram, talvez, recriar um momento, mesmo que em pequenos "flashes", conferir significado a um tempo histórico da cidade de São José dos Campos que ainda não tinha se dado a ver. Nisso consiste o objetivo maior desse trabalho.<sup>24</sup>

No campo teórico-metodológico, vale ressaltar a importância que as leituras dos trabalhos de E.P.Thompson tiveram como diretrizes para essa pesquisa.<sup>25</sup> Livre de amarras teóricas determinantes, pude perceber com visão mais crítica as relações sociais que foram se desenvolvendo na cidade

---

<sup>24</sup> Faço grande uso, para conseguir tais objetivos, da narrativa histórica. Ver, entre outros: SALIBA, Elias Thomé. *"Mentalidades ou história sociocultural; a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico"* in: Margem / Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - N.1 (mar. 1992), São Paulo: EDUC, 1992. RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *"A volta da história política e o retorno da narrativa histórica"* in: História no plural / Sônia Lacerda et al. organizado por Tânia Navarro Swain - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

<sup>25</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

de São José dos Campos, em finais de século XIX, envolvendo seus sujeitos construtores. Pude perceber, também, os embates relativos ao processo de emancipação dos escravos naquela cidade, que envolveu tantos sujeitos - e foram requisitados tantos valores e expectativas - na reorganização do trabalho e manutenção de lugares sociais. Valores que, no dizer de Thompson, são carregados das condições materiais de vida, sem as quais, *"a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria"*.<sup>26</sup>

Déa Ribeiro Fenelon me propiciou o que chamo de "homeopatia para iniciantes" quando, através de suas interpretações dos estudos de E.P.Thompson, pude me inteirar ainda mais da perspicácia do brilhante historiador e teórico. Uma dessas interpretações de Fenelon sobre o conceito de Thompson, no tocante ao ofício do historiador, são marcas nas quais busquei direcionar esse trabalho:

*"Tanto entusiasmo para falar de Thompson é outro ponto que quero deixar registrado. Por buscar sua inspiração e orientação, claro está que nunca busquei apenas 'novos modelos' - como às vezes se imagina ou se diz -, mesmo porque, se a inspiração vem daí, o impulso é de quebrar ortodoxias, é de aprender a construir as categorias, é explorar as experiências vivenciadas e descobrir, neste diálogo constante com as fontes, as possíveis leituras de outras experiências, de outras realidades, porque, como diria o próprio Thompson, "visto*

---

<sup>26</sup> Idem, ibidem pág. 194.

*que a classe é uma formação tanto cultural como econômica tive sempre o cuidado de evitar generalizações*<sup>27</sup>

Nesse sentido, de buscar por autores brasileiros que tão bem estão trabalhando com as propostas de Thompson, devo às reflexões de Sílvia Hunold Lara sobre a influência de Thompson, na historiografia brasileira da escravidão, uma significativa inspiração para esse trabalho.<sup>28</sup> Afinal, optei por buscar no escravo o trabalhador que ele sempre foi, redimensionado frente ao processo abolicionista, mas sempre trabalhador. Questões que puderam ser aqui desenvolvidas a partir de indicações da autora de como repensar a história da escravidão no Brasil: *"Precisamos aprender a pensá-la como parte da história social do trabalho e incluir as lutas pela liberdade como parte integrante dos chamados movimentos sociais deste país"*.<sup>29</sup>

Muitas leituras contribuíram para o direcionamento teórico-metodológico dessa pesquisa. Heloísa de Faria Cruz permeia boa parte do conteúdo desse trabalho.<sup>30</sup> Isso porque sua tese sobre a relação entre cultura letrada e a formação da cidade de São Paulo (1890/1915) possibilitou que eu pudesse estar enxergando o pequeno jornal tipográfico do Sr. Antero Madureira e seu envolvimento com a formação da cidade de São José dos Campos. Em sua tese, Heloísa de Faria Cruz opta por entender a linguagem

---

<sup>27</sup> FENELON, Déa Ribeiro "E. P. Thompson - história e política" in: Projeto História 12. "Diálogos com E.P. Thompson". PUC / S.P. 1995, pág. 79.

<sup>28</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Idem, "Blowin' In The Wind: E.P.Thompson e a experiência negra no Brasil" in: Projeto História 12 "Diálogos com E.P.Thompson". PUC / S.P. 1995, pág.43.

<sup>29</sup> Idem, ibidem, pág.55.

<sup>30</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade; cultura letrada, periodismo e vida urbana: São Paulo (1890/1915)*. Tese de Doutorado, USP, 1994.

como um fenômeno material e histórico, conceito que a autora irá buscar em Raymond Williams, no qual irá articular seu trabalho.<sup>31</sup> Tais questões desenvolvidas por Heloísa de Faria Cruz, puderam me fornecer preciosas indicações, quando busquei interpretar os muitos discursos impressos nas folhas do jornal "A Vida", no final do século XIX, na cidade de São José dos Campos.

A bibliografia utilizada por esse trabalho teve necessariamente que ser das mais abrangentes. Em primeiro lugar, tive de buscar na bibliografia mais clássica sobre a *marcha do café*, a possibilidade de estar encontrando a cidade de São José dos Campos no final do século XIX. Nesse caso, me utilizei amplamente de Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Stein Stanley e Odilon Nogueira Matos, ao procurar pelo precioso ouro em pó e sua relação com as cidades onde os cafezais iam se formando.<sup>32</sup>

Nesses autores, a cidade de São José dos Campos não consta nem como simples menção. Acredito que alguma referência é feita de forma sub-reptícia quando alguns se reportam "à região de Jacareí", região à qual se delimita a cidade de São José dos Campos.<sup>33</sup>

Todos esses autores, pode-se dizer, apontam a região do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista como uma região decadente na produção cafeeira - com o conseqüente avanço do Oeste Paulista - a partir principalmente de 1870. Entre esses autores, Odilon Nogueira Matos é o único a questionar a necessidade de se fazer um trabalho mais detalhado

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, pág. 17.

<sup>32</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1978. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1967. MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1981.

<sup>33</sup> COSTA, Emília Viotti. *op.cit*, pág.58/98.

sobre a região do Vale do Paraíba Paulista, criticando até o título dado às primeiras edições do livro de Stanley Stein " *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*", pois, na verdade, o autor se refere apenas à cidade fluminense de Vassouras.<sup>34</sup>

Não se trata aqui de se indispor com tais afirmações - não só porque tal discussão fugiria aos objetivos desse trabalho - até porque extensas pesquisas já foram realizadas a esse respeito, e não se põe em dúvida o avanço que a empresa cafeicultora vinha conseguindo nas cidades do Oeste Paulista. O que se questiona é a extrema generalização que tais estudos fizeram da chamada *marcha do café*, relegando ao esquecimento locais de pouca proeminência política, como é o caso de São José dos Campos no século XIX.

Lendo um artigo escrito por Wanda Moreira Magalhães - historiadora que já realizou pesquisa sobre o Vale do Paraíba - uma afirmação sua chamou-me bastante atenção. Em tal artigo a autora aponta a existência de dados estatísticos que indicam um crescimento significativo na produção cafeeira de São José dos Campos a partir de 1850, tendo como ápice o ano de 1886 (com tais características aparecem também as cidades de Guaratinguetá e Bananal).<sup>35</sup>

Tal fato me intrigou e fui à procura de outras fontes bibliográficas que pudessem confirmar tal questão. Encontrei em Sérgio Milliet dados estatísticos que apontaram na mesma direção.<sup>36</sup> Milliet traz em seu trabalho

---

<sup>34</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, op.cit pág. 45.

<sup>35</sup> MAGALHÃES, Wanda Moreira. "*Dos barões aos coronéis, de Taubaté a Campinas: uma trajetória política*" in: Chalita Gabriel (org.). Vale do Paraíba: Política & Sociedade, Aparecida, SP: Ed. Santuário, 1993, pág. 93.

<sup>36</sup> MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

todo um levantamento de dados indicando que São José dos Campos teria crescido bastante na produção cafeeira a partir de 1850, sendo seu ápice em 1886.<sup>37</sup> O autor diz ter dúvidas quanto aos dados de 1886 pelo fato de a produção de outros gêneros não aparecer nos índices estatísticos daquele ano.<sup>38</sup> Isso não só em relação a São José dos Campos, como também às outras cidades valeparaibanas relacionadas por ele. No entanto, o que interessa a esse trabalho não é a quantificação exata da produção cafeeira da cidade de São José dos Campos no final do século XIX. O que interessa perceber é que São José dos Campos vinha crescendo e se formando, tendo como base econômica a produção do café, com todas as implicações decorrentes desse processo.

Encontrei na leitura de Maria Sylvia de Carvalho Franco uma importante referência norteadora deste trabalho.<sup>39</sup> O conceito de dependência pessoal trabalhado pela autora - como possibilidade de ascensão dos homens pobres livres durante o escravismo - possibilitou-me estar enxergando muito dos contornos sociais desenvolvidos na cidade de São José. Terra de muitos sitiantes e médios proprietários, com um significativo contingente de negociantes, a população de São José dos Campos daqueles idos se assemelha muito com o que Maria Sylvia chamou "civilização do café".<sup>40</sup>

Na bibliografia específica sobre escravidão, busquei auxílio principalmente na rica produção historiográfica que, no Brasil, vem abrindo novas possibilidades para o estudo do escravismo. Nesse tema, tenho meus gurus. Nomes como Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara e Célia Maria

---

<sup>37</sup> Idem, ibidem, pág.41.

<sup>38</sup> Idem, ibidem, pág. 35/37.

<sup>39</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

<sup>40</sup> Idem, ibidem, pág. 60 /91.



Marinho de Azevedo me possibilitaram estar enxergando a ação do sujeito escravizado sem, no entanto, cair numa interpretação simplificada do tema.<sup>41</sup>

Devo dizer que a leitura de Célia Maria Marinho de Azevedo foi de grande auxílio quando, no terceiro capítulo desse trabalho, procurei pela imagem do trabalhador liberto sendo construída através das folhas do jornal "A Vida". Pode-se dizer que a autora foi pioneira ao tratar a questão do imigrantismo como uma política utilizada pela elite branca como uma tentativa de segregação do ex-escravo.<sup>42</sup>

Considero a leitura de Sidney Chalhoub fundamental, dada a singularidade com que esse autor aborda temas tão difíceis de compreensão - mas de extrema relevância - como os decorrentes da interação e delimitação entre os universos distintos e ao mesmo tempo imbricados, da elite branca e do escravo negro, no final do cativeiro. Entender as relações sempre possíveis entre esses mundos - sem no entanto cair na interpretação de relações consensuais - não é certamente tarefa fácil. Nesse sentido, a leitura de Genovese (embora tratando-se de realidade diferente da brasileira) traz importante contribuição ao delicado tratamento desse tema. Em Genovese, o conceito de paternalismo nada tem de consensual e o "*mundo criado pelos escravos*" acontece num processo de conflitos e acomodações, próprio a qualquer universo onde impera a luta de classes.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma trajetória das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. LARA, Silvia Hunold. op.cit.

<sup>42</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho. op.cit. pág.139/157.

<sup>43</sup> GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução: Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Autores que abordam a gênese do racismo brasileiro - além da concepção própria de Célia M. M.de Azevedo - foram de grande importância para algumas reflexões desse trabalho. Nesse caso específico, utilizei-me das abordagens de Thomas E. Skidmore e, mais detidamente, de Lilia Moritz Schwarcz sobre o conceito de raça na formação do pensamento brasileiro.<sup>44</sup> Em Schwarcz, a concepção de um racismo germinado a partir da imbricação entre "teoria racial", miscigenação e abolicionismo, pôde fornecer elementos para a interpretação oferecida pela visão do jornal "A Vida" sobre a imagem do escravo e do liberto sendo construída naquelas folhas de papel.<sup>45</sup>

Estabeleci diálogo constante com Maria Helena Machado como possibilidade de repensar o final do século XIX e o processo abolicionista. Ao conceber o abolicionismo brasileiro como obra de escravos, libertos, abolicionistas e membros das camadas mais populares, a autora caracteriza-o como um movimento social (ou movimentos sociais), impregnado das ambigüidades próprias do cruzamento de tantas vozes. Ao fazer isso, repensa a trajetória do movimento, buscando, na concretude de seus protagonistas, as ações que darão sentido e contornos próprios ao processo.<sup>46</sup>

Maria Lúcia Lamounier e Ademir Gebara foram de grande importância ao trazerem à tona um processo de "transição ao trabalho livre", já largamente sendo legislado muito antes do impacto definitivo do

---

<sup>44</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem* pág.239/250.

<sup>46</sup> MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Ed. UFRJ / EDUSP, 1994.

trabalho escravo.<sup>47</sup> Nesse sentido, principalmente o estudo de Maria Lúcia Lamounier fornece subsídios para se pensar um processo de fomentação sutil - mas atuante - de uma constante proletarização do trabalho, levada a cabo com os vários processos excludentes gerados na luta abolicionista e na política imigrantista subsidiada pelo governo.<sup>48</sup>

Recebi como um presente - já no final dessa pesquisa - a brilhante interpretação que Hebe Maria Mattos de Castro faz dos vários significados da liberdade - que foram sendo percebidos e vividos por escravos e libertos do sudeste brasileiro - ao longo do século XIX.<sup>49</sup>

Hebe Maria Mattos identifica as muitas maneiras encontradas por escravos e libertos, de se livrarem da condição de escravos, numa tentativa constante de aproximação com a sonhada liberdade. Tendo como recorte fontes documentais de pequenas localidades - notadamente do interior fluminense e sul de Minas Gerais - a autora percebe como os escravos dessas localidades estabelecem relações solidárias - no sentido horizontal - com os homens pobres livres dessas comunidades.<sup>50</sup> Nesse sentido, a cor do escravo, ou seja, o fato de ser negro, é que o identifica como escravo, ou herdeiro dessa condição. Portanto, negar a cor, negar a raça, foi o caminho escolhido por escravos e libertos, para uma aproximação cada vez maior com o mundo livre.<sup>51</sup> A leitura de Hebe Maria Mattos de Castro foi fundamental a essa pesquisa - mesmo tendo-a encontrado tardiamente - principalmente na composição do terceiro capítulo desse trabalho, quando

---

<sup>47</sup> LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, SP: Papyrus, 1988. GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871/1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>48</sup> LAMOUNIER, Maria Lúcia. op.cit.pág.147/165.

<sup>49</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>50</sup> Idem, ibidem, pág.29/61.

<sup>51</sup> Idem, ibidem, pág. 327/371.

busco a imagem do trabalhador liberto, sempre construída em torno de raça e trabalho.

Ao ter como objetivo encontrar a cidade de São José dos Campos em formação - através de seus sujeitos sociais - no final do século XIX, mais especificamente entre 1870 e 1888, busquei dividir em três capítulos distintos esse trabalho, como possibilidade de estar enxergando aquela cidade, dentro dos limites impostos pela documentação pesquisada.

No primeiro capítulo, busquei encontrar as práticas históricas realizadas pelos sujeitos sociais que cruzaram vidas e lutas na cidade de São José dos Campos, no final do século XIX. Busquei principalmente o cotidiano daquela cidade, onde a presença constante dos trabalhadores escravos, nas muitas interações com os outros sujeitos da cidade, forneceram indícios das experiências desses sujeitos na formação da velha São José dos Campos. Procurei mostrar as *profissões* dos escravos de São José, assim como suas *maneiras de viver*, ou seja, experiências vivenciadas através de festas, casamentos, compadrios e participação na formação das Irmandades. O arrolamento possível dos escravos de São José dos Campos durante as décadas pesquisadas - embora uma pequena amostragem - fornece indícios de quem eram e como viviam os homens e mulheres escravizados, nas terras de São José.

Procurei também, a experiência dos outros sujeitos sociais que compunham a cidade e os campos daquele município. Nesse sentido, busquei encontrar os pequenos, médios e grandes lavradores, os negociantes e coronéis da cidade. Alguns históricos de vida - possíveis de leitura através das fontes pesquisadas - dão conta de muitos contornos da vida social experimentada naquela cidade. Neste capítulo, foram

privilegiadas as seguintes fontes: Inventários, Testamentos, Ações Cíveis, Relação de Qualificação de Votantes, Registros de Nascimentos, Atas das Irmandades de São Benedito, Posturas Municipais, Infrações de Posturas, bem como Almanques, Resenhas e Crônicas da cidade.<sup>52</sup>

O objetivo do segundo capítulo é o de compreender a postura política do jornal "A Vida" e a maneira como este faz uma leitura da cidade de São José dos Campos, no final do século XIX. Ao se observar isso, percebe-se a relativa autonomia que o jornal "A Vida" detinha junto àquela municipalidade.<sup>53</sup> O boticário Antero Madureira se constitui num importante sujeito histórico deste trabalho, como proprietário do jornal "A Vida", e como representante de um grupo em ascensão na cidade (os negociantes); grupo que cresce socialmente se unindo aos maiores fazendeiros e coronéis do município.

Este segundo capítulo, procura identificar as várias interpretações que o jornal "A Vida" faz da cidade de São José, no final do século XIX, bem como perceber, também, que aquele órgão concedia espaços em suas páginas para muitos moradores da cidade fazerem suas reivindicações junto à Câmara local. Através da visão do jornal "A Vida", torna-se possível refletir sobre a cidade de São José dos Campos, no final do século XIX.<sup>54</sup> Torna-se possível também compreender os tantos embates travados por seus sujeitos sociais, as contendas com a Câmara, e, é claro, as constantes preocupações com a lavoura de café, evidenciadas pelas folhas do jornal "A Vida", a partir de janeiro de 1888. Portanto, trata-se de percorrer a cidade, principalmente através de vários números do jornal "A Vida". Foram

---

<sup>52</sup> Ver relação de fontes anexa.

<sup>53</sup> Jornal "A Vida", propriedade de Antero de Paula Madureira, São José dos Campos - 1887/1888.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, op.cit.

utilizadas como fonte, além do periódico já citado, Ações Cíveis, Registros de Nascimentos, Inventários e Relação de Qualificação de Votantes.<sup>55</sup>

No terceiro capítulo, procurei explorar as tensões decorrentes do processo abolicionista na cidade de São José dos Campos, vistas através do jornal "A Vida". Este capítulo tem como objetivo interpretar as representações feitas pelo jornal "A Vida", do momento abolicionista, na cidade de São José dos Campos.

Procurei perceber, neste terceiro capítulo, a imagem que o jornal "A Vida" constrói do ex-escravo daquela cidade. Busquei discutir um momento histórico em que, na cidade de São José dos Campos, através da interpretação do jornal "A Vida", se construía a imagem do trabalhador liberto (em contraposição ao trabalhador escravo). Torna-se importante este momento porque ele praticamente define a postura dos membros da elite da cidade (e daqueles grupos em ascensão), frente à possibilidade de criar espaço para a inserção do ex-escravo entre os cidadãos daquela localidade.

Tendo o terceiro capítulo o objetivo de refletir um momento muito específico da cidade de São José dos Campos - o abolicionismo e suas decorrências - têm-se como única fonte possível, as páginas do jornal "A Vida". Nesse sentido, esse periódico torna-se a fonte norteadora deste capítulo, oferecendo, no entanto, possibilidade de discussão com boa parte da bibliografia utilizada nesta pesquisa.<sup>56</sup>

Existe, portanto, toda uma viagem a ser feita. A cidade de São José dos Campos, no final do século XIX, nos chama... Talvez tenha muito a

---

<sup>55</sup> Ver relação de fontes anexa.

<sup>56</sup> Jornal "A Vida", São José dos Campos - 1887/1888.

dizer. Caminhando por suas ruas e becos, procurando por seus campos, é possível encontrarmos as pistas necessárias na expectativa de reconstrução de tempos tão esquecidos...

## *CAPÍTULO I*

### *PELA CIDADE, PELOS CAMPOS DE SÃO JOSÉ...*

*"...A esta altura, Kublai Khan espera que Marco diga como é Irene vista de dentro. E Marco não pode fazê-lo: não conseguiu saber qual é a cidade que os moradores do planalto chamam de Irene; por outro lado, não importa: vista de dentro, seria uma outra cidade, Irene é o nome de uma cidade distante que muda à medida que se se aproxima dela"*

Ítalo Calvino



A cidade de São José dos Campos, a partir de 1871, ganha mais autonomia pela Comarca independente em seu município. Isso significou contar com juízes e promotores próprios, tendo a cidade condições de trabalhar e resolver sozinha suas pendências judiciais. Certamente isso deve ter tido o significado de uma conquista para aquela até então pequena localidade. Antes disso, embora já sendo uma cidade desde 1862, chamava-se São José do Parayba. Até esta data ( 1862 ), São José dos Campos era uma vila, alternando nomes como Vila Velha ou Vila D'Aldeia de São José.<sup>57</sup> Uma cidade cuja economia dependia, em grande medida, do campo - dada a grande quantidade de lavradores no município - e cujo campo permeava teimosamente ruas e becos daquela urbe.

Uma cidade que, apesar da grande interação com seus campos, começa, a partir dessa época - e através de alguns grupos de moradores - a demonstrar preocupação com suas normas, sua higiene e salubridade, com maneiras próprias de urbanização, disciplina e ordenação de lugares sociais. Nesse sentido, a pesquisa opta por encontrar seus sujeitos no fazer-se daquela pequena cidade, onde o impulso decorrente dos cafezais - com grande quantidade de pequenos proprietários - proporcionou revigoramento em vários outros setores .

A visualização pretendida optou por caminhos diversos. As Posturas Municipais, as Infrações de Posturas, os Almanques, as Atas da Irmandade de São Benedito, os Inventários, os Testamentos, as Ações Cíveis, os Relatórios de Qualificação de Votantes, as Certidões de Nascimentos, o jornal "A Vida" revelam vários espaços se constituindo, nesse primeiro momento do olhar e caminhar pela cidade.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Almanaque de São José dos Campos para 1922 -organizado por Napoleão Monteiro. Biblioteca Pública Cassiano Ricardo. São José dos Campos, S.P.

<sup>58</sup> Ver relação de fontes anexa.

Sujeitos históricos como os trabalhadores escravos, fazendeiros, lavradores, sitiante, negociante, camarada, vereador, médico já irão deixando marcas de suas experiências vividas. Experiências que serão mais tarde, quando a cidade de São José se confronta com as questões levantadas pela emancipação dos escravos, fundamentais, quando a procura pela delimitação de lugares sociais se tornará mais e mais evidente naquela cidade. Portanto, torna-se necessário esse primeiro momento. Momento de percorrer os campos e a cidade de São José, procurar por seus sujeitos, perceber seus contornos, seus embates, seus medos e seus conflitos. Enfim, um primeiro contato com as muitas experiências dos sujeitos históricos de São José dos Campos, no final do século XIX.

## 1 - *PROCURANDO PISTAS...DESCOBRINDO VESTÍGIOS*

Quando, em 1886, o boticário Antero de Paula Madureira fundou seu pequeno jornal "A Vida", lá na cidade de São José dos Campos, provavelmente o fez pensando em melhor propagar suas fórmulas medicinais, seus licores e poções, sua farmácia, enfim. Foi um caminho escolhido. O que talvez não soubesse aquele boticário era que seu jornalzinho, com o tempo, fosse adquirindo considerável importância, a

medida que foi abrindo espaço para as querelas e contendas daquele município.

Publicar um jornal, para nele serem anunciados seus Vinhos de Pacová, Licores de Jathaí ou outras fórmulas mais<sup>59</sup>, tem certamente o significado de um crescimento. De um aprendiz de boticário, moço pobre de Rezende, que cresce com a cidade. Tudo leva a crer que quando o boticário Antero lá chegou, em terras de São José, provavelmente em finais da década de sessenta<sup>60</sup>, a cidade oferecia possibilidades. Uma cidade que crescia devagar, chamando pessoas.

A lavoura, o comércio, o dinheiro circulando, com certeza faziam daquela urbe do norte da Província de São Paulo uma promissora cidade de futuro. Com suas diferenças, sua maneira de ser. Uma cidade que, provavelmente, crescia mantendo a peculiaridade das cidades do mundo rural. Assim como nosso Antero Madureira, caminhando pacientemente no aprendizado de fórmulas e de letras e no descobrimento de poções medicinais que vagarosamente ganharam fama e trouxeram prestígio para o laborioso farmacêutico.<sup>61</sup>

O propósito inicial de ser o jornal "A Vida" apenas um veículo de divulgação da Pharmácia Madureira vai sendo deixado para trás, abrindo espaço para editoriais e noticiários sobre a cidade.<sup>62</sup> A cidade que vai sendo retratada, por aquele pequeno jornal, a partir de 1887, demonstra o vigor de

---

<sup>59</sup> É uma constante no jornal os anúncios dos ditos medicamentos e os chamados "Attestados", onde moradores da cidade informavam da eficácia deles.

<sup>60</sup> A pesquisa não conseguiu a data exata, inferindo esta junto ao depoimento sobre a família Madureira, concedido por D. Maria Aparecida Ramos Ferreira, bisneta do Sr. Antero de Paula Madureira.

<sup>61</sup> Depoimento concedido por D. Alcina Madureira Rodrigues ( Ceci ), neta do Sr. Antero Madureira.

<sup>62</sup> No editorial do segundo aniversário do jornal "A Vida" em 15 de outubro de 1887, em seu discurso, o Sr. Antero confirma o fato de ser a "missão" daquele jornal, algo muito maior do que simplesmente mostrar o avanço de suas fórmulas medicinais.

seus habitantes, em suas contendas diárias, na luta por espaços conquistados. Além dos anúncios dos licores e xaropes produzidos pelo Sr. Antero, são publicadas também propagandas de oficinas de seleiros, sapatarias, destilarias, armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos; e aqueles certamente mais vultosos em termos financeiros, como é o caso do "Café Torrado":<sup>63</sup>

*" Tendo os Srs. Lebrão & Comp. ultimamente em sua machina montado um moinho e torrador de café para exportar, que pode produzir vinte arrobas de pó de café por dia, faz sciente as pessoas que usarem comprar este genero, que tem sempre a venda em seu estabelecimento, e garantem a qualidade, por que torrão café móca e chato de primeira qualidade e dá a prova para todo aquelle que quizer afreguezar com os ditos Srs. "<sup>64</sup>*

Um outro anúncio, que reflete a provável vitalidade dos cafezais de São José, que aparece em todos os números do jornal "A Vida", de 1887 a 1889 :

*J. SILVA & CO.  
COMMISSARIOS DE CAFÉ*

---

<sup>63</sup> As citações do jornal "AVida" estão de acordo com os originais pesquisadas. Ressalta-se, portanto, que manteve-se a grafia da época, bem como os erros, quando existentes.

<sup>64</sup> Jornal " A Vida ", 11 de março de 1888. No Inventário do Sr. Francisco Vieira Cabral ( datado de 1886) foi encontrada uma nota promissória referente a uma outra firma de beneficiamento de café, denominada "Machina Central de Beneficiar Café "de Fagundes & Irmão. No Inventário do finado Sr. Antonio Leite dos Santos foi encontrada uma nota de venda do Sr. Antonio Rodrigues Bastos & Cia de firma denominada "Compra e Venda de Café", datado de 1878, s. n. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

*E mais generos do paiz*  
*CAIXA DO CORREIO N. 97*  
*N. 34 RUA DA CONCEIÇÃO N. 34*  
*S.PAULO*

Comerciantes, negociantes, fazendeiros, lavradores de médio porte, sitiantes, funcionários públicos ligados à Câmara Municipal são sujeitos históricos largamente encontrados nas páginas do jornal "A Vida", bem como em várias outras fontes trabalhadas por essa pesquisa. Sujeitos ligados, de certa forma, à vitalidade conferida pelos cafezais e negócios com o café, assim como também aos hábitos e costumes vivenciados e incorporados cotidianamente pelos moradores da cidade de São José dos Campos.

No entanto, o trabalhador das lavouras daquela cidade, o escravo negro, há muito o construtor das riquezas do município, só terá espaço, no jornal "A Vida", a partir de janeiro de 1888, quando o desmoronamento da organização do trabalho escravo, já se manifestava de várias maneiras em toda a Província<sup>65</sup>

A partir de então a presença do escravo no jornal "A Vida" se torna frequente, possibilitando-se perceber - através da visão do próprio jornal - uma cidade dependente em relação a esse trabalhador. É quando o boticário Antero, começa a mostrar uma São José dos Campos que, representada por uma parcela de seus moradores, se vê ameaçada de perder o que conseguiu. Em meio a declarações ambíguas sobre os possíveis culpados pelo momento incerto pelo qual passava a cidade, as discussões

---

<sup>65</sup>Ver: AZEVEDO, Célia Marinho - *Onda negra, medo Branco : o negro no imaginário das elites, séc. XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

travadas no jornal "A Vida", recaem sempre em torno da lavoura e abolição dos escravos.

A partir de janeiro de 1888, ao invés de uma cidade que vinha crescendo, com um comércio tranqüilo e campos plantados, conforme descrito nas folhas do jornal "A Vida", desde o início de 1887, começa a surgir nas páginas desse periódico uma São José dos Campos convulsionada, como que passando por uma dessas doenças impossíveis de se prever o resultado. É o que vem denunciar o editorial de 12 de fevereiro de 1888:

*" Realmente é dezanizador o estado de abandono em que de dia a dia vai se immergindo o nosso S. José dos Campos, outrora tão rizonho, tão commercial... " tudo definha, esmorece, morre como si de um momento para outro sobre nós cahisse um desses castigos que fazia as maiores cidades apagar-se n'um instante, do mappa das nações..."<sup>66</sup>*

Fazendo uma denúncia do desalento em que vai se tornando subitamente aquela cidade, com casas fechadas e ruas vazias, nosso boticário não deixa, no entanto, de evidenciar a palavra "subitamente", não só naquele artigo, como em outros em que o mesmo assunto é abordado. Algo que, de repente, começa a perturbar a vida mais ou menos previsível da gente daquela cidade. Medo generalizado de que, de uma hora para outra, aquela cidade pudesse parar. Tanto é, que, significativamente, no

---

<sup>66</sup> Jornal "A Vida ", editorial de 12 de fevereiro de 1888.

mesmo editorial, o Sr. Antero Madureira considera, no final do artigo, a seguinte questão:

*" Entretanto ainda hontem, por assim fallar, todas as boccas diziam ser a nossa pequena cidade uma das praças mais commerciais e mais garantidas do norte de S. Paulo "67*

O que parece ir ficando claro, ao longo das páginas e números semanais daquele periódico, é justamente isso: a cidade não mais oferecia garantia . Junto com a desorganização do trabalho nas lavouras, que o jornal "A Vida", também tanto mostra, nosso boticário, representante ativo do comércio daquela cidade, clama por garantias. Garantias estas que, certamente, foram asseguradas, ou tidas sob controle, durante muito tempo, pela participação contínua do trabalhador escravo, em terras de São José.

O que mais desnorteia alguns moradores daquela cidade, como lavradores, negociantes e comerciantes - em boa medida os maiores dependentes do trabalhador escravo daquela urbe - é a instabilidade gerada pelo momento. O "mal súbito", está mais ligado ao medo, ao imprevisível, do que a uma realidade concreta de desalento irrecuperável.

Isso por que São José tinha lá suas peculiaridades. Uma cidade campo. Cidade de passagem. De caminhos. Mas também de raízes profundas em suas maneiras de ser. Uma cidade ambígua. Ambiguidades mais que nunca evidenciadas naquele agitado final do séc. XIX, quando

---

<sup>67</sup> Jornal "A Vida ", 12 de fevereiro de 1888.

questões como liberdade e propriedade, encontraram, na pessoa do trabalhador escravo, a impossibilidade de encontrar qualquer solução.<sup>68</sup>

O trabalhador escravo, real, pensante, sujeito ativo naquele e noutros momentos, há muito construía, junto aos demais sujeitos e grupos sociais daquela cidade, toda uma rede de vivências e experiências acumuladas, que foram, aos poucos, ditando as normas, os costumes, os hábitos, as diretrizes, ou seja, a peculiaridade do viver e agir, naquele final de século, em terras de São José.<sup>69</sup>

O medo, os conflitos, as contradições que foram, aos poucos, sendo evidenciados pelo jornal "A Vida", dizem respeito não só a perda de um trabalhador valioso para as lavouras de café. Sem dúvida, tal questão foi, provavelmente, importante para uma significativa parcela de fazendeiros e negociantes da região. No entanto, a cidade campo de São José, de longa data já continha, entre aqueles que a moldavam cotidianamente, escravos, escravas, africanos, crioulos, mulatos, que ocupavam espaços naquelas ruas, becos e campos, e também lavradores, quituteiras, tropeiros, cozinheiras, vendedores de café, e participantes assíduos de irmandades religiosas, como a Irmandade de São Benedito.

Em ensaio sobre as possibilidades historiográficas descortinadas a partir dos estudos de E. P. Thompson, Sílvia Hunold Lara<sup>70</sup> reflete sobre quantas instigantes maneiras os historiadores brasileiros

---

<sup>68</sup> Importante contribuição, no estudo desse tema, encontra-se em : CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. e LARA, Sílvia Hunold - *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>69</sup> Sobre questão de reciprocidade, paternalismo e "negociação" entre escravos e senhores ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*: Tradução Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhães Garschagen, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>70</sup> LARA, Sílvia Hunold - *Blowin ' In The Wind : E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*, in: Projeto História 12, outubro/ 95, Programa de História, PUC/SP.



precisam, ainda, sondar a vasta e rica experiência negra em terras deste país. Em determinada passagem, a autora afirma o seguinte:

*"...Lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração".<sup>71</sup>*

É justamente nesta vasta rede de relações imbricadas, difíceis, muitas vezes, de perceber os limites das rupturas que a pesquisa procurou rastrear, na tentativa de reconstrução de um final de século tumultuado, na cidade de São José dos Campos. Era preciso, portanto, mudar caminhos, procurar novas pistas, encontrar uma cidade se fazendo, em finais do séc. XIX, na ação conjunta e ao mesmo tempo conflitiva de seus vários sujeitos e grupos sociais.

A pesquisa procurou reunir todos os vestígios possíveis, relativos ao final do séc. XIX, deixados em terras daquela cidade<sup>72</sup>. Só assim foi possível buscar um olhar sobre aquele tempo, obter uma leitura, um

---

<sup>71</sup>Idem, ibidem, pág.46.

<sup>72</sup> Muitos desses vestígios, foram sendo encontrados aos poucos, nos Inventários, Testamentos, Ações Cíveis, Libelos de Dívidas, pesquisados na Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

panorama das situações vivenciadas pelos vários grupos de moradores daquela urbe. Uma visão de final de século em terras de São José poderia ter sido, talvez, um outro título para esse trabalho. Um final de século onde as relações sociais entre negros, brancos, senhores, escravos e escravas provavelmente se aguçaram, e aquela cidade deixou revelar uma face um tanto dúbia, uma maneira singular de estar resolvendo suas pendências.

São José dos Campos tem mesmo lá suas peculiaridades. Uma delas, característica forte ainda hoje entre boa parcela da população, diz respeito à rejeição, quase que ao nível inconsciente, de uma memória que traduza os tempos de escravidão na cidade. Almanques e crônicas não se cansam de mostrar a origem indígena do município e falam dos bons guaranis, conduzidos por jesuítas àquelas planícies. Certamente tais tempos existiram. Pacíficos e romantizados silvícolas perpassam pela memória coletiva da cidade como os grandes responsáveis pelos contornos maiores da formação da velha urbe.<sup>73</sup>

Quanto aos tempos da escravidão, do trabalhador escravo no município, impera um longo e desconcertante silêncio. Tempos citados, apenas aqui e ali, por antigos cronistas, todos, significativamente, dando ênfase aos três dias de festas que tomaram conta da cidade, por ocasião da abolição.<sup>74</sup>

Se os lavradores de São José dos Campos - principalmente os maiores - temeram tanto pelo futuro, sem a presença do trabalhador escravo em suas lavouras, torna-se necessário mostrar esse trabalhador o melhor

---

<sup>73</sup> Ver sobre o tema : SIQUEIRA, Jairo César. *Nossa cidade de São José dos Campos : história, crônicas, memória, folclore*, S.J.C. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1991. --- BONDESAN, Altino : *São José em quatro tempos*, S. J. C. 1978. --- JUNIOR, Agê : *São José dos Campos e sua história*, S.J.C. s/d.

<sup>74</sup> SIQUEIRA, Jairo César, O.P.cit, pág. 225.

possível, nas várias relações estabelecidas, nas experiências diárias, para se compreender o quanto aqueles homens e mulheres escravos representaram, como suporte e temor, em tempos de liberdade e abolição. No jornal "A Vida", o discurso ambíguo do boticário Antero mostra a importância de se entender melhor a experiência do escravo na cidade de São José. Ao mesmo tempo em que tal discurso indica a dependência da lavoura da cidade em relação ao escravo; as páginas daquele jornalzinho, por ocasião da abolição, contêm referências às festas da abolição, das quais tanto falam as crônicas e livros de memórias da cidade.

Tornou-se imperativo, então, investigar mais, e mostrar que, naquela cidade, viveram e trabalharam vários escravos, participantes ativos das querelas e contendas do final do século, situações que evidenciaram relações tensas, conflitivas, por vezes amistosas, duras, e até passionais, dadas a ver por todo um leque de fontes documentais diferenciadas, que, em boa medida, ainda se encontram bastante espalhadas, por hoje ruas e avenidas da cidade.<sup>75</sup>

Estão todos lá, nas fontes. Escravos de grandes e pequenos proprietários... O João, o Constantino, o Benedito, as muitas Marias nascidas ingênuas, os crioulos, os mulatos e mulatas, os velhos africanos, assim como os irmãos aborígenes, participando do fazer daquela cidade, em um outro momento histórico.

---

<sup>75</sup> Em pleno funcionamento, o Arquivo Histórico do Município de São José dos Campos, por ser recente, ainda não deu conta de organizar toda a documentação relativa à cidade de São José, em sua grande maioria, nas mãos das antigas famílias, e espalhadas pelo Fórum e Cartórios da cidade, muitos de difícil acesso.

Em livro de crônicas e memórias, sobre o viver em São José dos Campos entre 1917 e 1930, o cronista Jairo César de Siqueira<sup>76</sup>, ao relembrar sua infância junto ao Largo da Cadeia ( hoje Praça Afonso Pena) revive, como um detalhe curioso, uma passagem daqueles tempos, que merece ser transcrita na íntegra :

*"O Largo da Cadeia era tão espaçoso que dava condições para os volteios das Cavalhadas nas festas de 13 de Maio. Na ocasião, a população era avisada por soturnos toques de caixas-surda, vibrados pelo velho preto ex-voluntário do Paraguai, Roque Simão, que arrancava batidas com solenidade e ritmo enquanto percorria as ruas do centro durante três dias, numa cadência monótona, informando a aproximação da festa ".<sup>77</sup>*

Durante três dias duraram, de acordo com vários cronistas, as festas da abolição na cidade de São José. Segundo o memorialista Jairo Siqueira, muito tempo depois, o velho preto Roque Simão anunciava, pacientemente, por toda cidade, o retornar daquelas festas. "*Soturnos toques de caixas-surda*" foram, certamente, repetidos ano após ano, numa tentativa do velho negro em não deixar a cidade esquecer a vida escrava vivida por ele, e tantos outros, em ruas e campos de São José.

Já vão bem longe esses dias. As batidas de caixas-surdas do velho preto já não ecoam mais. Sua música cessou. A cidade esqueceu. Esse trabalho que aqui se inicia pede licença ao velho Roque, ao trazer um

---

<sup>76</sup> SIQUEIRA, Jairo César : *Nossa cidade de São José dos Campos*, S.J.C. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1991.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, pág. 194.

pouco da vida da gente escrava, vivida naquelas terras. Não é música, nem som. Apenas pesquisa. Não tem a cadência harmoniosa do vivido. É só reconstrução. Mas tem a seriedade, o compromisso, de chegar perto da gente escravizada daquela cidade, naquele agitado final do séc.XIX. Para tanto, pede licença ao bom velho, fazendo, com isso, talvez, ressoar, mesmo que ao longe, um pouco daquelas suas batidas surdas, secas, e tão insistentes...

## 2 - DE CAMINHOS E CAMINHANTES...

No capítulo 6 do Código de Posturas da cidade de São José dos Campos, de 1873, capítulo intitulado "Construção, reparos e conservação das estradas", consta, em um dos artigos, os seguintes dizeres :

*" Nenhum proprietário poderá impedir a abertura de estradas por suas terras, uma vez que seja declarada de utilidade publica "*<sup>78</sup>.

Não se pode falar de estradas ou caminhos sem que se pense neles como vias de acesso, como possibilidade, os meios pelos quais chegamos ou saímos de algum lugar . Parece ter sido esse o destino histórico da cidade de São José

Dizem os cronistas e os velhos almanaques que a bela aldeia construída num planalto por jesuítas, constituiu-se em cidade caminhando, andando, procurando por terras férteis e boas, ares saudáveis e a presença generosa e auspiciosa de um poderoso rio <sup>79</sup>. Nos idos de 1873 , melhor dizendo, durante toda a década de 70, quando a cidade muito reformulou seus Códigos de Posturas, mudando o inevitável, mas mantendo a essência dos Códigos da década anterior, os artigos referentes à conservação e

---

<sup>78</sup> Posturas Municipais de São José dos Campos, capítulo 6 "*Construção, reparos e conservação das estradas*", art. 86, para 1873 - Tombo/ 000178. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

<sup>79</sup> Ver: *Almanaque de São José dos Campos para 1922*; organizado por Napoleão Monteiro, pág. 19. Biblioteca Municipal Cassiano Ricardo, São José dos Campos S.P.

construção de estradas aparecem como nunca revitalizados, acrescidos de novas e interessantes recomendações .<sup>80</sup>

Em resenha de documentos reunidos pela Câmara Municipal de São José dos Campos, datada de 1982 encontra-se em determinado trecho a seguinte frase: "*Quem analisar o progresso de São José dos Campos, irá creditá-lo às estradas de rodagem e caminhos da serra da Mantiqueira, pelos quais fluíram as riquezas de Minas e os produtos agro - pecuários*"<sup>81</sup> .

O autor de tais resenhas possivelmente não errou em suas reflexões , apenas não se aprofundou o necessário, na análise da grande quantidade de caminhos e trilhas responsáveis pela composição, disciplina e amadurecimento de hábitos e costumes daquela então pequena cidade. Um deles foi o café . E com o café o escravo, sempre presente por onde quer que passasse a "*onda verde dos cafezais*"<sup>82</sup> .

Segundo consta em várias pesquisas historiográficas sobre a escravidão brasileira, relacionada diretamente com o desenvolvimento da economia cafeeira, na Província de São Paulo, em 1836 a produção cafeeicultora e a concentração de escravos já eram notáveis em cidades

---

<sup>80</sup> Nas Posturas da década de sessenta, existe uma preocupação grande com a construção das "casinhas do Mercado", entendido como um local onde seriam vendidas hortaliças e demais gêneros alimentícios oriundos principalmente de cidades vizinhas, a serem comercializados em São José dos Campos. Os artigos referentes à conservação de estradas e caminhos que já constam das Posturas da década de sessenta, nas reformulações efetuadas nas Posturas da década de setenta, se desdobram, são mais bem explicados e detalhados, entendendo-se que as normas da cidade passam a olhar mais por esse item. Posturas Municipais de São José dos Campos 1862 / 1887 Tombo 000178 Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

<sup>81</sup> *Resenha de documentos da Câmara Municipal de São José dos Campos*, executado por Geraldo Marcondes Cabral, fascículos 1 a 9, pág. 1, editado em 1982. Biblioteca Municipal Cassiano Ricardo, São José dos Campos S.P.

<sup>82</sup> Termo bastante utilizado por: COSTA, Emília Viotti : *Da senzala à colônia*, São Paulo, Brasiliense,1989.

como Jacareí, Lorena, Taubaté, Guaratinguetá e Bananal. Em ritmo constante, praticamente quadruplica em 1850, sendo que, daí em diante, cada vez mais se desloca para a região do Oeste paulista<sup>83</sup>.

Algumas pesquisas mostram, no entanto, que a caminho do Oeste, o café, com sua riqueza e seus escravos, vai deixando suas marcas e impulsionando algumas cidades que margeavam as estradas escolhidas pelo tão sedutor ouro verde dos cafezais.<sup>84</sup>

Wanda Moreira Magalhães, em um artigo, onde procura questionar o conceito generalizado, que diz respeito à decadência das cidades valeparaibanas no final do século XIX, aponta para a seguinte conclusão:

*" O exame de alguns dados numéricos mostra que até o final do século XIX a atividade econômica do Vale foi ainda bastante expressiva. A produção cafeeira da região diminuiu em torno de 24% entre 1854 e 1886, mas não em todos os centros produtores. Bananal, Guaratinguetá e São José dos Campos, por exemplo, aumentaram muito sua produção no período "*<sup>85</sup>.

Analisando algumas das fontes trabalhadas por essa pesquisa, encontram-se em documentos reunidos e publicados em 1982 pela Câmara

---

<sup>83</sup> Ver: COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1989, pág. 91. MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios - contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*, quarta edição, São Paulo, Hucitec, 1982. MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias : a evolução ferroviária e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. PRADO, Caio Jr. *História econômica do Brasil*, 38 edição, São Paulo, Brasiliense, 1990.

<sup>84</sup> Ver, entre outros: MATOS, Odilon Nogueira. op.cit.

<sup>85</sup> MAGALHÃES, Wanda Moreira. *"Dos barões aos coronéis, de Taubaté a Campinas: uma trajetória política "* in: Vale do Paraíba, Política e Sociedade - Gabriel Chalita ( org.), Aparecida, São Paulo, Ed. Santuário, 1993, Vale Livros ( coleção Vale Livros), pág. 93.



Municipal de São José dos Campos dados estatísticos referentes à produção cafeeira do município e região .

Dizem tais dados que, em 1836, o município de Areias era considerado o maior produtor de café regional, com 102. 997 arrobas; São José dos Campos contribuía com apenas 9. 015, do total de 510. 406 arrobas produzidas por toda a região norte do Vale do Paraíba . Ainda segundo tais documentos, São José dos Campos teria incrementado tanto sua produção, a ponto de, em 1886, contar com o interessante número de 250 mil arrobas produzidas<sup>86</sup>. Tais dados foram encontrados também em Sérgio Milliet, onde, segundo tal autor, São José dos Campos estava no auge de sua produção em 1886, com 250 mil arrobas anuais, ultrapassando cidades como Jacareí, Pindamonhangaba e Lorena.<sup>87</sup>

Não se pretende aqui, nem é objetivo desse trabalho, estabelecer contrapontos com o desenvolvimento acelerado e diferenciado, que, na cafeicultura, acontecia nas lavouras do Oeste paulista, à mesma época . Pretende-se apenas, e principalmente, caminhar por São José, tentando entender, nesse percurso, os contornos, as contradições e as polêmicas suscitadas por uma cidade que sente os lampejos do ouro cafeeiro, com tudo que ele traz, mas de seus benefícios não pôde usufruir totalmente , pois aquele ouro corre ...

Mas a cidade, através dos embates diários de seus moradores, brigava . Afinal, os caminhos para o progresso precisavam ser abertos,

---

<sup>86</sup> *Resenha de Documentos da Câmara Municipal de São José dos Campos*, executado por Geraldo Marcondes Cabral : "*Café e outros produtos agrícolas* ", pág. 17. Biblioteca Municipal "Cassiano Ricardo", São José dos Campos, S. P. Tais dados foram encontrados pelo autor em : MULLER, Pedro Daniel. *Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Tip. de Costa Silveira, 1923.

<sup>87</sup> MILLIET, Sérgio, op. cit, pág.41.

mantidos, reformados e constantemente adequados àqueles novos e turbulentos tempos .

Enfim, foi com grande algazarra que, segundo alguns cronistas, chegou a estrada de ferro na cidade de São José, em 1877, anunciando que a cidade passava por um novo momento, onde, certamente, outras turbulências se fariam sentir, acompanhando o ruído trépido dos trilhos, que, com a altivez da máquina , não pedia licença para entrar<sup>88</sup>.

Estradas de ferro tão esperadas, modernos trens, que traziam, em seus comboios, anônimos agentes construtores da história local: fazendeiros, escravos, camaradas, comerciantes, todos aqueles que, falando e agindo de maneira muito próxima aos interesses de seus grupos sociais, travavam os embates diários, na construção do cotidiano daquela pequena cidade. <sup>89</sup>

Se estradas trazem progresso e circulação da riqueza, possibilitam também que olhares distraídos não percebam a existência de várias maneiras de caminhar ... Existem, por exemplo, os caminhos da noite, aqueles que se utilizam da cumplicidade do silêncio, para irem abrindo, devagar, seus atalhos .

Nas Posturas Municipais de São José dos Campos, de 1873, encontra-se, no art. 41 da Polícia e Segurança Municipal, a seguinte observação :

---

<sup>88</sup> *Almanaque de São José dos Campos para 1922*, organizado por Napoleão Monteiro. Biblioteca Municipal "Cassiano Ricardo".

<sup>89</sup> Ver: MATOS, Odilon Nogueira, *Café e ferrovias* op. cit. HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico ( do império à república) T.2, V.5* Difel, 1977. DEAN, Warren, *A industrialização de São Paulo ( 1880 - 1945 )*, São Paulo, Difel, s/d.

*" Todo aquele que durante a noite comprar mantimentos, ou café de escravos, sem que este traga autorização de seu Senhor, por escripto, pagará a multa de dez a vinte mil reis, e cinco a dez dias de prisão, e o duplo na reincidencia "<sup>90</sup>.*

Nenhum código, ou lei, é uma normatização à priori. Ao contrário, trata-se de um ajuste, de uma imposição de regras àquilo ou àqueles que, ao longo do tempo, vão adquirindo espaço e se apropriando de lugares considerados indevidos para se compartilhar com os detentores do poder local .

O artigo acima mostra claramente a presença do escravo pelas ruas de São José dos Campos. Por suas praças, vielas e becos, andando, vendendo café e mantimentos, desde que à luz do dia, ou com o consentimento de seus senhores . Mas, se o artigo insiste que os caminhos da noite são perigosos para que escravos deles se apropriem, naturalmente não formulou esta preocupação em vão .

Os escravos de São José, andando e vendendo café pelas ruas daquela cidade, vão também se tornando usuários de caminhos construídos com o suor de seu trabalho. As ruas, becos, casas e igrejas contam, em boa medida, a história desses trabalhadores, levantando tijolos, erguendo colunas, construindo as tão almeçadas estradas de ferro.

---

<sup>90</sup> Atas das Posturas Municipais de São José dos Campos, para 1873 : capítulo "*Polícia e Segurança Municipal*", art. 41. Tombo / 000009. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

Em várias pesquisas realizadas, sobre o viver de escravos e escravas nas cidades<sup>91</sup> pôde-se constatar que, dentro das urbes, serviam estes a muitas modalidades de ofício. Escravos de ganho, de aluguel, libertos e mestiços pobres provavelmente se misturavam nas ruas, na venda de mantimentos, na "*feitura de caminhos*", no ir e vir da construção diária de um município. Ao findar o dia, depois de entregue a fêria estipulada por seus senhores, ficavam esses trabalhadores, ganhadores de jornais (diárias), proibidos de tornar a vender, ou simplesmente circular pelos espaços da cidade.

Ao andar pelas ruas, com a cumplicidade da noite, vendendo o tão precioso ouro em pó representado pelo café naqueles idos, os escravos de São José vão construindo, através desse e outros mantimentos por eles comercializados, sua maneira de interação, num mundo que, constantemente, reiterava a necessidade de mantê-los em seus lugares, em seus devidos horários.

Mas, se as Posturas Municipais de São José dos Campos estipulavam que escravos e escravas não deveriam sair de seus horários, o exame dos livros de Infrações de Posturas vai mostrar que, essas práticas, de infringir, de transgredir, foram vivências bastante adotadas naqueles tempos. Nas relações de Infrações de Posturas, durante toda a década de setenta, no município de São José dos Campos, são várias as multas aplicadas a escravos andarilhos noturnos, notívagas criaturas, que tão teimosamente pareciam conspirar com a noite.

Em uma dessas infrações, encontra-se o seguinte termo:

---

<sup>91</sup> Ver, sobre o tema: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982. SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo, Hucitec; Brasília, CNPQ, 1993. ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano : escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*, Dissertação Mestrado, PUC/ RS, 1994.

*"Ao primeiro dia do mes de janeiro do anno de mil oitocentos e setenta e trez, n'esta Cidade de São José dos Campos, em caza do actual Fiscal desta, o Cidadão Manoel Rodrigues de Araujo Brito, onde eu Secretario abaixo nomeado, fui vindo a chamado do mesmo, ahi por ele Fiscal me foi ordenado, que lavrasse o presente termo de infração de Postura , da multa de - dois mil reis - imposta por elle Fiscal a João José do Nascimento, por andar pelas ruas desta Cidade depois do toque de recolhida, uma escrava sua alugada, sem autorização, cuja escrava sendo pela ronda encontrada, fôra recolhida a prizão, ficando assim o mesmo Senhor Nascimento , incurso no art. 41 das Posturas approvadas em maio de 1862 "<sup>92</sup>.*

Uma escrava sem nome. Alugada. Certamente outras haviam que como esta deveriam andar pelas ruas da cidade, vendendo café e quitutes para seus senhores. A esta escrava foram arroladas outras pela pesquisa, também infratoras do mesmo artigo, andando, vendendo pela noite. Todas sem nome . Estranhas criaturas que, mesmo pertencentes a seus respectivos proprietários, permanecem anônimas nos códigos por elas burlados. São mulheres difíceis de se encontrar nas fontes, bem o sabe Maria Odila Leite

---

<sup>92</sup> Livro de Infração de Posturas - 1862/1887- Do Município de São José dos Campos - Tombo /000009. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

da Silva Dias que, em belíssima obra, procurou por todas elas em ruas de São Paulo<sup>93</sup>.

Quando, em 1887, o boticário Antero Madureira, em uma de suas contendas com a Câmara Municipal, cobrando desta uso mais adequado para o dinheiro público, dedicou alguns números de seu jornal "A Vida", para a denúncia de como se encontrava a Rua dos Bambus (Dr. Nelson D'Ávila) com suas enchentes perversas<sup>94</sup>, não poupou adjetivos ao qualificá-la de pobre e desprezada pelo poder público daquela cidade.

Ao constatar isso, o boticário Antero se referiu à rua, como aquela onde morava *"a gente pobre do lugar"*, *"gente que vive do trabalho quotidiano"*. Provavelmente jornaleiros, escravos de aluguel, libertos, mestiços pobres, camaradas. Sem dúvida, a gente pobre do lugar.<sup>95</sup> Vivendo do trabalho diário, abrindo caminhos, construindo estradas, conferindo vida e significado às ruas daquela cidade... Em determinado trecho, diz o editorial o seguinte:

*"Com effeito, o transeunte que em o dia o qual cahiram as ultimas chuvas sobre esta cidade, se dirigisse a Rua dos Bambus, n`aquella parte situada entre os dois beccos que da Rua do Humaytá veêm ter a rua em questão, ficaria sinão contristado ao menos admirado do espetaculo que se lhe -antolhava: ribeirões*

---

<sup>93</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1995.

<sup>94</sup> O primeiro artigo intitulou-se : *A Enchente da Rua dos Bambus* , jornal "A Vida, 15 de novembro de 1887.

<sup>95</sup> Ver: FRANCO Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976. A autora estuda, a partir de fontes da cidade valeparaibana de Guaratinguetá, os vários tipos de pobres livres produzidos pela "civilização do café".

*formados pelas enxorradas a se despejarem  
n`aquella como uma bacia que ali se forma...  
Acrescente-se a este facto, de serem quasi todos  
os moradores d`aquelle bairro, sinão todos,  
pessoas de modestissimos haveres, gente que vive  
do trabalho cotidiano, a gente pobre do  
lugar"...*<sup>96</sup>

Tentar entender a pulsação de uma cidade, tantos são seus sujeitos, imersos em vivências e práticas cotidianas tão díspares, não se constitui, certamente, numa tarefa fácil. É preciso sempre estar lembrando Tamara, cidade invisível de Ítalo Calvino, cidade onde os símbolos se sucedem atrás de outros símbolos, onde cada coisa tem, na verdade, outras informações, onde ruas, placas e códigos escondem significados que não se vê simplesmente a uma primeira vista. Os símbolos de Tamara advertem o que é certo ou errado de se fazer. Mas os símbolos escondem a verdadeira cidade. É preciso descortiná-la pela sutileza do olhar...<sup>97</sup>

Lá, em São José dos Campos de finais do séc. XIX, os caminhos da cidade ainda muito se mesclavam com as trilhas e odores do campo, contendo aquela urbe, não só fortes elementos rurais na composição de sua vida econômica, como também na tessitura dos componentes de seu cotidiano. Assim como suas vizinhas ilustres, tais como Taubaté, Lorena ou Guaratinguetá, São José também se encaixava na condição de "Cidades de Domingo", com muitas de suas casas se abrindo só nesta data, aos

---

<sup>96</sup> Jornal "A Vida", 15 de novembro de 1887.

<sup>97</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pág.17.

fazendeiros que, indo à missa na cidade, levavam consigo as práticas do mundo rural, no lombo de suas mulas e cavalos.<sup>98</sup>

Tais vivências poderiam se constituir, certamente, numa peculiaridade de São José, na maneira de ser dos moradores daquela cidade, como uma cidade campo. No Código de Posturas de São José dos Campos, de 1873, no capítulo Disposições Diversas, encontra-se, em um de seus artigos, os seguintes dizeres:

*" É proibido vagarem porcos e cabras pelas ruas desta Cidade; multa de dez mil reis ao contraventor"<sup>99</sup>*

É nesse sentido, de realidade histórica concreta, diferenciada, amalgamada em práticas urbanas e rurais, de um momento histórico específico, que se pretende ir aos poucos descobrindo a singularidade de espaços se constituindo, na então bucólica e também inquieta São José dos Campos de finais do século XIX.

Se os porcos nas ruas da cidade eram indicadores de um viver ainda bastante ruralizado, já que também as grandes casas com quintais, pomares e criação de animais domésticos traziam em si o sentido da permanência, da não ruptura com os ares do campo, as Posturas da Câmara Municipal traziam a lembrança de que ao menos alguns grupos de moradores sentiam, naquele momento, necessidade de conduzir São José dos Campos nas diretrizes de uma cidade moderna. Tal constatação era vista pelas várias

---

<sup>98</sup> Ver: MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano: na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

<sup>99</sup> Posturas Municipais de São José dos Campos, para o ano de 1873 : Capítulo "*Disposições Diversas* ", art. 4 Tombo / 000/ 178. Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.



denúncias no jornal "A Vida", cobrando mais eficiência dos Fiscais e Inspetores de Quarteirão.<sup>100</sup>

Na tentativa em se constituir nessa "condição" de cidade, São José procurava, através de suas Posturas, eliminar porcos, cabras e outros animais de um viver anárquico, das ruas de uma cidade que se pretendia limpa, alinhada, asséptica e bela, conforme os códigos que suas leis internas prometiam delinear. No Código de Posturas de São José dos Campos, de 1872, no capítulo intitulado "Alinhamento, limpeza e embelezamento da Cidade", encontra-se, em um de seus artigos, as seguintes recomendações:

*"Ninguém poderá edificar, nem reedificar casas dentro do limite da Cidade, sem ser no alinhamento, que será pela planta da Camara, sob pena de trinta mil reis de multa".<sup>101</sup>*

O caráter de ordem e delimitação do uso de espaços, conferido pela Postura acima, onde a reconstrução de novos lugares deveria passar pela aprovação de alinhamentos rígidos impostos pela Camara, mostra não só a presença de leis atuando no sentido da disciplina urbana, como coloca em evidência o poder público da cidade se infiltrando no cotidiano de seus moradores.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Torna-se uma constante, em praticamente quase todos os números do jornal "A Vida", denúncias sobre vacas e porcos vagando pela cidade, sobre a não-extinção dos formigueiros, e, conseqüentemente, sobre o mau trabalho realizado pelos Fiscais do Município.

<sup>101</sup> Posturas Municipais de São José dos Campos, para 1872, art. 3, *"Alinhamento, limpeza e embelezamento da cidade"*. Tombo/ 000178 - Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

<sup>102</sup> Ver: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Poder este que será constantemente questionado, como evidenciam as inúmeras Infrações de Posturas, cometidas pelos mais diversos moradores da cidade, como revelam os embates travados pelo jornal "A Vida" com a "ilustre edilidade" daquela urbe; ou como sugerem as tantas Ações Cíveis, promovidas ou rebatidas pelos pequenos e médios proprietários do local<sup>103</sup>.

A partir de 1871, a cidade de São José dos Campos consegue mais autonomia, ganhando Comarca própria sendo que, até então, esta funcionava na cidade vizinha de Taubaté.<sup>104</sup> A conquista da autonomia jurídica, nesta data, é significativa, pois pode indicar que a cidade tenha adquirido esse direito, tendo crescido o suficiente para resolver suas pendências, que aliás não eram poucas.

As cobranças em relação às Posturas se aguçavam, servindo não só para serem questionadas pelos próprios cidadãos, mas também como desculpa para que, alguns moradores daquela urbe, fossem se apropriando de terras vizinhas.<sup>105</sup> Bem interessante é o exemplo de uma Ação de Embargo, de 1881, onde o reclamante diz o seguinte:

*"Diz Manoel José Pereira que possuindo um sítio n'este termo e lugar denominado os "Freitas", onde alem de outras benfeitorias tem*

---

<sup>103</sup> Estas questões serão abordadas ao longo do trabalho, na tentativa de traçar um perfil da cidade, em finais do séc. XIX.

<sup>104</sup> Almanaque de São José dos Campos para 1922 - organizado por Napoleão Monteiro - Biblioteca Pública Cassiano Ricardo, São José dos Campos, S.P.

<sup>105</sup> Muitas Ações Cíveis, envolvendo questões de demarcações de terras, foram encontradas, durante as décadas de 70 e 80, na Primeira Vara Cível, do Fórum de São José dos Campos. Um outro tipo de queixa comum, tem como exemplo a Ação Cível movida pelo Sr. Alexandre Ribeiro de Farias, morador do bairro Buquirá contra os Srs. Jordão Pires d 'Aguiar e Benedito Serafim, pelo fato de estarem estes senhores abrindo caminhos em terras de sua propriedade. Ação Cível 456 ( 1870) Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

*pastos fechados, acaba de sofrer violencias em razão de ser os pastos invadidos por Manoel Pinto Ferraz que, a pretexto de ter ordem da Camara Municipal para abrir um caminho pelo referido lugar, mandou derrubar os respectivos fechos*"<sup>106</sup>

Abrir novas estradas implicaria na resistência oferecida pelos proprietários de terras de São José, os quais eram múltiplos e diferenciados. Aquela cidade campo abrigava grande quantidade de pequenos e médios sítiantes, lavradores que usufruíam de grandes extensões de terras em comum (geralmente partilhadas entre familiares), além, é claro, dos fazendeiros maiores, cujas propriedades certamente cresciam, à medida que os pequenos proprietários não resistiam às inúmeras pressões exercidas por muitos desses senhores.<sup>107</sup> Tudo isso, gerando muitos embates, sendo alguns abordados no decorrer deste trabalho, na expectativa de se entender melhor a gente daquela cidade, naquele tumultuado final do século XIX.

---

<sup>106</sup> Ação de Embargo ano 1881- Ação 409 - Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

<sup>107</sup> Ações Cíveis, Inventários, Testamentos e Relação de Qualificação de Votantes se constituem em importantes fontes para esse entendimento. Um exemplo disso foi a atuação do Tenente Coronel José Caetano de Mascarenhas Ferraz, que entre 1871 e 1879 promoveu quatro ações contra sítiantes de São José dos Campos, penhorando suas terras : em 1871 o sítio do Sr. José Rodrigues Pereira foi penhorado no bairro do Buquira, por cobrança de dívida, Ação n. 720. Em 1875, mais uma vez o Coronel Mascarenhas Ferraz irá obter sítios como penhora, resultado de Ação movida contra o Sr. José Antonio de Moraes ( pagamento de dívida) e contra o Sr. Jordão José Lopes, ambos com sítios penhorados no bairro do Cajuru. Ações Cíveis n. 1278 e 1273. Em 1875 outro sítio será penhorado por esse mesmo coronel ( no bairro de Santa Cruz ) como resultado de Ação movida contra Lauriano Alves Ferreira ( cobrança de aval ) Ação Cível 1875, s.n. Outros negociantes, lavradores e ou coronéis cujos nomes constam de várias Ações para obtenção de penhora em terras e escravos são: Coronel Bento Pinto da Cunha, Major Francisco Leite Machado, Tenente Coronel Manoel Joaquim de Andrade, Major Antonio Gonçalves da Rocha, João Batista dos Santos ( negociante), José Fortunato Moreira de Sá ( negociante ) e Manoel Ricardo Leite da Silva ( negociante ) Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

Lá, em São José dos Campos de finais do século, alguns sujeitos históricos se rebelavam de uma maneira provavelmente mais conflitante, mais perigosa, contra as investidas disciplinantes das Posturas Municipais. Não foi certamente em vão que o dono do escravo José se viu tão duramente multado pelas Posturas daquela urbe:

*"Art.35 - Aos oito dias di mez de outubro do anno de mil oitocentos e setenta e quatro nesta Cidade de São José dos Campos, em caza do actual Fiscal deste Município, me foi ordenado que lavrasse termo de multa da quantia de - dez mil reis- imposta ao infractor João Honório Corrêa por haver seu escravo José infringido a disposição do art. 35 das Posturas approvadas em 1862, dando hoje na rua Direita desta Cidade um forte galope, em um cavalo em pello, ficando assim o mesmo Sr. Corrêa multado na quantia de dez mil reis, visto ser os Senhores responsáveis pelos seus escravos, segundo dispoem o art. 27 das Posturas de 1872"<sup>108</sup>.*

Provavelmente, muitos Senhores de São José, foram multados , naqueles idos, de acordo com o art. 27 das Posturas Municipais. A infração acima citada não foi a única onde o escravo infrator aparece montado num cavalo em pêlo, contendo, esse termo, forte significação de selvageria pura, do correr incontrolado, ofensivo, imprevisível. Isso, além do que, todos apareciam, nas infrações, alterando os ânimos da Rua Direita, rua

---

<sup>108</sup> Livro de Infração de Posturas - 1862/1887 - Município de São José dos Campos - Tombo 000009. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

considerada, pelo memorialista Jairo César de Siqueira, como a rua nobre da cidade :

*"A Rua Direita, atual XV de Novembro, sempre teve o aspecto de uma rua nobre. É para São José dos Campos o que a "Main Street" é para qualquer cidade norte-americana... Reta, larga limpa e bonita, começa na esquina do Largo da Matriz e vai até o esquina da atual Praça Afonso Pena, que era popularmente conhecida como Largo da Cadeia, Largo do Rosário e Largo São Benedito..."<sup>109</sup>*

Galopando lá pela Rua Direita, o escravo José provavelmente pisava, através dos cascos de sua montaria, em ruas assentadas daquela cidade, como num galope conquistado, desalinhando a bela rua, deixando sua marca, influenciando nos caminhos daquele município. Com certeza, alguns desses escravos cavaleiros deveriam ser os tropeiros, trabalhadores escravos, na grande maioria mulatos, jovens, comprados de cidades vizinhas, principalmente Mogi das Cruzes, que essa pesquisa encontrou, nas relações dos Inventários pesquisados, referentes principalmente à década de setenta do final de século daquela cidade.<sup>110</sup> Tropeiros de São José, que com certeza também muito andaram lá pelos campos disputados, pelos sítios, fazendas e terras em comum, contribuindo, também, com suas andanças, com novas trilhas e picadas daquelas paragens.

---

<sup>109</sup> SIQUEIRA, Jairo César, op. cit, pág 159.

<sup>110</sup> Inventários pesquisados na Primeira Vara Cível, do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

Nas Infrações de Posturas da cidade de São José dos Campos, no dia dezoito de setembro de 1872, o Sr. Sebastião José da Cunha, também incorrerá em multa pelos desacertos de seu escravo Daniel:

*"...Foi lavrada multa de cinco mil reis ao Sr. Sebastião José da Cunha, dono do escravo Daniel ( o infrator ) por ter o mesmo dado uma forte esbarrada com um carro sobre um pau em que se achava collocado um dos lampeões pertencentes à iluminação publica desta Cidade, rezultando dáhi o mesmo vir sobre o chão, e ficar reduzido a pedaços, sendo o mesmo Sr. Cunha obrigado pelo pagamento da dita multa, em que incorreu seu escravo, em virtude de que dispoem o art. 27 das Posturas deste anno".<sup>111</sup>*

Lá estavam eles, escravos de São José, dispendo da cidade, alvoroçando proprietários e moradores, quebrando frágeis recipientes da sonhada luz cidadina.. Pedestres, andarilhos, cavaleiros... Errantes criaturas, protagonistas da missão insana das pequenas mudanças diárias.

Se espaços já estavam sendo disputados, naqueles idos, não é menos verdade que a voz da administração pública tentava alertar aos interessados, pois o art. 27 das Posturas de 1872 enfatizava, e mesmo reiterava, o sentido de propriedade conferido aos escravos, pelos seus senhores. Que olhassem direito, pois nas noites, nas estradas, nas ruas de São José, lá estavam eles: o escravo Daniel, o escravo José, as escravas

---

<sup>111</sup> Livro de Infrações de Posturas - 1862/ 1887 - Tombo 000009. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

sem nome, todos, andando, vendendo café, burlando normas, quebrando lampeões, conferindo contornos próprios às ruas e campos daquela cidade, representando perigosos sinais de insurgência, como construtores incansáveis de caminhos cotidianos.

### 3 - *AFRICANOS, CRIoulos, MULATOS: TRABALHADORES ESCRAVOS EM SÃO JOSÉ.*

Essa pesquisa vem, deliberadamente, denominando os escravos encontrados na cidade de São José dos Campos como trabalhadores. Sem dúvida nenhuma, escravos, "propriedades", de seus senhores, atuando nos limites que todo um conjunto de medidas duras e coercitivas logrou se chamar escravidão. Mas, indubitavelmente, trabalhadores, que dessa forma mesmo eram designados, não só pelos códigos das Posturas Municipais, como em outros documentos oficiais, encontrados nas relações dos Inventários daquela cidade.

Homens e mulheres que foram atravessando a penosa jornada do processo escravista, em meio a lutas, fugas, rebeldias, acomodações e, não raras vezes, interações, no duro mundo do escravismo. Escravos e escravas, não só designados como trabalhadores por um simples uso terminológico, mas efetivamente incorporados às dezenas de atividades exercidas por todos eles, tanto na lavoura como na cidade.

Em recente artigo sobre a influência de E. P. Thompson, para o estudo da experiência negra no Brasil ( já citado nesta pesquisa), Silvia Hunold Lara vai denunciar a forma como a grande maioria dos historiadores brasileiros simplesmente descaracterizam o trabalho realizado pelos negros escravos ( primeiros trabalhadores desse país, aliás), anulando esse tipo de trabalho da história social do país. De certa forma, desvinculando o trabalho realizado pelos negros no Brasil, do sentido maior, específico, "profissional", conferido ao trabalho assalariado,



novo, "progressista", trazido a estas terras pelos imigrantes europeus. Existe significativa denúncia nas palavras da autora:

*" A história dos trabalhadores ( a história social do trabalho) no Brasil continua, ainda, assentada num ocultamento imenso ou, no mínimo, na construção de uma ruptura radical. Há, portanto, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo - milhares de trabalhadores, que viveram e lutaram durante séculos, desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos."*<sup>112</sup>

Desaparecem para dar lugar à "verdadeira" história do trabalho. Livre, assalariado, organizado e "branco". Uma ruptura que só se entende a partir da construção de um fosso historiográfico entre esses dois mundos. É preciso, portanto, estar constantemente repensando o processo.

Se vários moradores, principalmente os maiores lavradores da cidade de São José dos Campos, sentiram tanto o temor da abolição, um dos motivos, tenha sido, talvez, a desorganização repentina conferida ao trabalho, por aqueles trabalhadores escravos joseenses, que tão bem conheciam as entranhas daquela cidade, sujeitos construtores que foram, assim como os fazendeiros, comerciantes, sitiantes, negociantes, camaradas e artesãos, das riquezas, hábitos e tradições da velha urbe.

É da ótica de um movimento social, no qual se mesclaram trabalhadores escravos e abolicionistas, que Maria Helena Machado vai

---

<sup>112</sup> LARA, Silvia, Hunold in: Projeto História 12, PUC/SP 1995, op. cit. pág. 54.

reconstruindo aquele momento histórico, deixando pistas, através de suas reflexões, da necessidade de trazer à tona, novas pesquisas sobre o tema.<sup>113</sup>

O sentido da liberdade e suas práticas não foram certamente vivenciados de uma só maneira, por toda a comunidade escrava do país.<sup>114</sup> A necessidade de um estudo de suas especificidades ainda constam de uma gama de temas, os quais, dentro da historiografia brasileira, embora aparentemente bastante discutidos, se perderam nas generalizações que tanto perpassam a história da escravidão no Brasil. Talvez aqueles escravos abolicionistas, tenham lutado pelo primeiro direito vislumbrado pelos trabalhadores brasileiros : uma prática de liberdade que ainda não conheciam.

Lá, em São José dos Campos de finais do séc. XIX, foram muitas e diversificadas, as maneiras pelas quais os escravos e escravas daquela cidade foram sendo incorporados e discriminados, no viver, trabalhar e agir, de uma cidade ambígua, de cujas ambigüidades, foram, aqueles homens e mulheres escravos, também participantes e construtores.

Trabalhadores, sem dúvida, bastante requisitados para a formação da cidade. Ao dedicar um capítulo à "construção, reparos e conservação das estradas", as Posturas Municipais de São José dos Campos, deixavam claro que a conservação e construção das estradas deveriam ser feitas por "trabalhadores" obrigatoriamente enviados por moradores da cidade.<sup>115</sup> Lê-se, por exemplo, no capítulo "da factura das estradas", no segundo artigo, o seguinte:

---

<sup>113</sup> MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Ed. UFRJ/ EDUSP: Rio de Janeiro, 1994.

<sup>114</sup> Em *Visões da liberdade* (op. cit) Sidney Chalhoub estuda um momento específico, no Rio de Janeiro, nas últimas décadas da escravidão.

<sup>115</sup> Grifos meus

*"Para a factura das estradas, os moradores mandarão trabalhadores,<sup>116</sup> no dia designado pelo Inspector. Os trabalhadores serão dados em proporção; o que tiver um, mandará um, o que tiver trez, mandará dous; o que tiver cinco, mandará trez, e assim por diante, na razão de dous terços"<sup>117</sup>*

Os próprios termos utilizados pela Postura acima designam os escravos de São José dos Campos como trabalhadores. Ora, moradores da cidade, daqueles tempos, que tinham trabalhadores, só os poderiam ter na forma de escravos. Pelo menos na sua grande maioria. Que alguns fossem camaradas, libertos, brancos pobres, jornaleiros, é certo que os escravos daquela cidade estavam, juntamente com todo esse contingente, relacionados como trabalhadores pelas Posturas da cidade. E designados como tal, apenas quando a questão levantada se referia ao universo do trabalho para o qual teriam sido requisitados.

Na leitura dos Inventários da cidade de São José dos Campos, durante as décadas de setenta e oitenta, as relações dos escravos e escravas apontam para questões importantes. Os Inventários trabalhados não possuem todos o mesmo padrão ao indicarem a relação dos escravos inventariados. Em alguns deles - principalmente nos maiores - a relação dos escravos aparece completa, com nome, naturalidade, filiação, estado civil, cor, idade e profissão. Em outros, porém, apenas indicações como "o

---

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Posturas Municipais para São José dos Campos, ano 1873, capítulo 1, *Factura de estradas*, art. 2. Pesquisa realizada no Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

*crioulo Benedicto*" ou "*a escrava Maria*", fornecem os dados considerados suficientes por tal documentação.<sup>118</sup>

Muitos Inventários foram encontrados contendo apenas 3 ou 5 escravos em suas relações ( às vezes até menos ), o que vem a ser, provavelmente, um indicativo da existência de um bom número de pequenos proprietários no município de São José. Nos Inventários onde a pessoa do escravo aparece mais detalhada - quem era, o que fazia - algumas indicações interessantes podem ser observadas. Para exemplificar, no Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha, que havia sido fazendeiro e negociante, possuidor de terras para a lavoura do café, e tendo residido no Largo da Matriz ( atual Praça João Pessoa ), Inventário considerado amigável, como consta das laudas, foram encontrados importantes documentos, emitidos pela Coletoria da cidade, os quais merecem ser retratados, na sua forma original, dada a possibilidade de leitura que pode oferecer.<sup>119</sup>

O Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha traz a relação de seus escravos , matriculados junto à Coletoria de São José dos Campos, em 1872. A tabela I trata-se da reprodução de documento original emitido pela Coletoria da cidade, e que foi encontrado no Inventário do respectivo Senhor.

## TABELA I

---

<sup>118</sup> Foram pesquisados 29 Inventários ao todo, entre as décadas de 70 e 80 do séc.XIX. A grande maioria se constitui de pequenos Inventários, amigáveis e de poucas páginas, onde os poucos bens inventariados não ofereciam problemas na partilha. Outros, porém, como o exemplo citado, são Inventários maiores, geralmente acompanhados de alguma cobrança de comerciantes locais, ou até mesmo de credores de São Paulo ou Rio de Janeiro, que mandavam cobrar suas louças e pratarias pendentes. Primeira Vara do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>119</sup> Não foi possível encontrar o livro da Coletoria de São José dos Campos, com a relação completa dos escravos matriculados na cidade, durante as décadas de 70 e 80 do séc. XIX. Sendo assim, essa pesquisa trabalha só com a relação dos escravos encontrados nos Inventários pesquisados sobre as respectivas décadas. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

Nome	Côr	Idade	Estado	Natural	Filiação	Aptidão trabalho	Profissão	Observ.
Felisberto	Preta	48	casado	Africano	Desco.	Boa	Lavoura	Herança
Escolástica	Preta	38	casada	Piauí	Filha de Margarida	Boa	Cozinheira	Herança
Paulo	Preta	24	solteiro	Desta	Filho de Escolástica e Felisberto	Boa	Lavoura	Doação
João	Preta	48	casado	Africano	Desco.	Boa	Lavoura	Compra
Eva	Mulata	46	casada	Desta	Desco.	Boa	Cozinheira	Compra
Caetana	Fula	20	solteira	Desta	filha de João e Eva	Boa	Lavadeira	Crioula da caça
Joaquim	Fulo	17	solteiro	Desta	Filho de João e Eva	Boa	Lavoura	Crioulo da caça
Caetano	Mulato	25	casado	Mogy das Cruzes	Filho de Benedita	Boa	Tropeiro	Compra
Antonio	Fulo	25	solteiro	Mogy das Cruzes	Desco.	Boa	Tropeiro	Compra
Daniel	Mulato	20	solteiro	Mogy	Filho de Maria	Boa	Tropeiro	Compra

Fonte: Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha (fal.), D. Maria Anna e filhos (inventariantes), caixa ano 1886. Ver relação de fontes anexa.

Outro documento, também conservado integralmente, constando da listagem de escravos do Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha (tabela II), diz respeito a uma relação de escravos matriculados em 1879:<sup>121</sup>

<sup>120</sup> Formulário da Coletoria de São José dos Campos, anexo ao Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha, datado de 1886, pesquisado na Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos, S.P.

<sup>121</sup> Contêm as mesmas listagens oficiais os seguintes Inventários: Inventário Amigável entre Manoel Joaquim de Oliveira sua mulher e outros - inventariada: finada D. Anna Joaquina Ferraz, datado de 1885, sem número. Inventário datado de 1880 : Bibiano Leme de Souza ( inventariante ) D. Anna Ignácia dos Santos (inventariada ) s.n. Inventário e Partilhas amigáveis entre: D. Anna Pereira de Mello Fagundes, filhos e genros : finado Capitão Francisco Alves Fagundes, 1875, s.n. Os demais Inventários contêm a relação dos escravos inventariados, com as respectivas descrições manuscritas. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

TABELA II

122

Nome	Côr	Idade	Estado	Natural	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Obs.
Benedito	Mulato	28	Solteiro	Mogy das Cruzes	Filho de Joaquina	Boa	Tropeiro	Compra
Maria	Mulata	45	Casada	Desta	Filha de Clara	Boa	Cozinheira	Herança
Lauriano	Mulato	25	Casado com Benedita	Jambeiro	Desc.	Boa	Tropeiro	Compra
José	Preta	23	Solteiro	Caçapava	Filho de Antonio Gertrudes	Boa	Boiadeiro	Compra
Rufino	Preta	34	Casado	Desta	Filho de Eva e João	Boa	Lavoura	Da Caza
Benedita	Fula	25	Casada com Lauriano	Desta	Filha de Maria	Boa	Quituteira	Crioula da Caza
Zeferina	Mulata	27	Casada com Joaquim	Desta	Filha de Escolastica	Boa	Lavoura	Crioula da Caza
Julião	Mulato	28	Solteiro	Mogy das Cruzes	Desc.	Boa	Tropeiro	Compra
Efigenia	Fula	35	Solteira	Desta	Filha de Clara	Boa	Lavoura	Crioula da Caza
Manoel	Fulo	25	Solteiro	Desta	Filho de Maria	Boa	Tropeiro	Da Caza
Joaquim	Mulato	25	Casado	Mogy das Cruzes	Desc.	Boa	Tropeiro	Compra

Fonte: Inventário do Sr. Manoel Pinto da Cunha (fal.), D. Maria Anna e filhos (inventariantes), caixa ano 1886. Ver relação de fontes anexa.

<sup>122</sup> Idem, Ibidem.

O que, a princípio, chama bastante atenção, independente de se constituir em uma forma usual, ou não, de tratamento, é o item *profissão* que tais listagens contém. Profissionais eram os tropeiros, os boiadeiros, os trabalhadores da lavoura, as cozinheiras e lavadeiras, todos aqueles homens e mulheres escravos, vinculados em sua grande maioria ao trabalho braçal, que foram deixando marcas em ruas, becos e campos de São José.

Sendo aquela cidade, como vem sendo apontada, uma mescla mesmo de campo e cidade, pode-se imaginar a importância do tropeirismo, como função vital, dentro das mais variadas atividades requeridas por aquele cotidiano. Tropeiros eram aqueles que, provavelmente, levavam a carga do café colhido nas fazendas a ser beneficiado nas máquinas de torrefação<sup>123</sup>, ou que buscavam as mais diversas encomendas, chegadas na cidade pelo trem de ferro e deixadas na velha Estação da cidade.<sup>124</sup>

No entanto, segundo indicam os Inventários trabalhados, a maioria dos escravos de São José dos Campos estavam vinculados ao trabalho na lavoura (ver tabelas III e IV) principalmente a partir da década de 80, sendo também bastante expressivo o número de trabalhadores escravos sem indicação profissional nas relações dos Inventários.

### TABELA III

#### **Profissões exercidas por escravos de São José dos Campos durante a década de 70**

---

<sup>123</sup> Sérgio Buarque de Holanda afirma que foi só a partir da década de 60, do séc.XIX, que os modernos maquinários de beneficiamento de café foram introduzidos no Brasil, e só a partir dos anos 80 esses maquinários adquirem características que marcam o advento da moderna tecnologia na cafeicultura brasileira. HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico: declínio e queda do império* T.2 V.4 Difel, 1974, pág.101. De acordo com os velhos cronistas de São José dos Campos e também segundo depoimento concedido pela família Madureira, as firmas denominadas "Máquinas de Beneficiar Café" teriam sido, na cidade de São José dos Campos, um ramo de negócio forte e rentável. Ver relação de fontes anexa.

<sup>124</sup> Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque: *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Total de Escravos	130	100%
Lavoura	49	37,6%
Tropeirismo	12	9,2%
Trabalho doméstico	15	11,5%
Jornaleiro	2	1,5%
Sem registro	52	40%

Fonte: Inventários relativos à década de 70 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

TABELA IV

**Profissões exercidas por escravos de São José dos Campos durante a década de 80**

Total de Escravos	150	100%
Lavoura	85	56,7%
Tropeirismo	4	2,7%
Trabalho doméstico	21	14%
Jornaleiro	4	2,7%
Sem registro	36	24%

Fonte: Inventários relativos à década de 80 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

Foram arrolados, pela pesquisa, 280 escravos encontrados nos Inventários da cidade de São José dos Campos, entre as décadas de 70 e 80 do séc. XIX. Esse número não significa, certamente, toda a população escrava da cidade de São José, por essa época.<sup>125</sup> Entretanto, possibilita uma sondagem, um olhar sobre quem eram e o que faziam aqueles trabalhadores. A grande quantidade de trabalhadores escravos na lide com a lavoura, principalmente na década de 80, sugere o quanto as lavouras

<sup>125</sup> Foram arrolados apenas os escravos encontrados nos Inventários das décadas de 70 e 80. Os demais documentos não foram utilizados nessa quantificação. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.



vinham sendo aproveitadas, naqueles idos. Significativo também o número de escravos cuja profissão não consta da relação dos Inventários. Nesse caso, são escravos que, provavelmente, não se encontram matriculados na Coletoria da cidade, pois o número da matrícula não acompanha a descrição de todos os escravos arrolados nos Inventários.<sup>126</sup>

Torna-se interessante perceber a grande quantidade de crioulos e "crioulos da casa",<sup>127</sup> que vão constando das listas dos Inventários, à medida que vai se adentrando pela década de oitenta, do final do séc. XIX (Ver tabela V e VI). Alguns Inventários, ao apresentarem a relação de escravos, trabalham com valores estipulados em casais de escravos, ou escravas e seus filhos:

*" Um escravo de nome Victorino cazado com Maria, o casal dois contos de reis ( 2:000\$000 ) Um casal de escravos de nomes Joaquim e Ignacia, por um conto oitocentos mil reis ( 1:800\$000 ) Francisca e seus filhos Ritta e José por um conto de reis ( 1:000\$000), Leonor e seus filhos Fortunata, João e Amaro por um conto e quinhentos mil reis ( 1:500\$000 ) ".<sup>128</sup>*

---

<sup>126</sup> Nos Inventários maiores, os escravos relacionados aparecem com todos os seus dados, bem como o número de sua matrícula junto à Coletoria da cidade. Nos Inventários menores (com poucos bens), os escravos relacionados geralmente não aparecem com o número de sua matrícula, além de dados incompletos.

<sup>127</sup> Por crioulos da casa entende-se os filhos de escravos da cidade de São José dos Campos, não necessariamente filhos legítimos de casal escravo. Muitos eram dessa forma mesmo designados nos Inventários trabalhados. Ver relação de fontes anexa.

<sup>128</sup> Inventário Amigável entre os filhos e genros dos finados Domingos Pereira da Silva e D. Ignacia Maria dos Santos. Ano 1873, s. n. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

TABELA V

**Naturalidade de escravos de São José dos Campos durante a década de 70**

Total de Escravos	130	100%
Africanos	31	23,8%
Crioulos	48	36,9%
*Crioulos da casa	26	9,2%
Cidades vizinhas	12	9,2%
Nordeste	8	6,1%
Sem registro	5	3,8%

Fonte: Inventários relativos à década de 70 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver relação de fontes anexa.

TABELA VI

**Naturalidade de escravos de São José dos Campos durante a década de 80**

Total de Escravos	150	100%
Africanos	12	8%
Crioulos	71	43,3%
Crioulos da casa	50	33%
Cidades vizinhas	3	2%
Nordeste	5	3%
Sem registro	9	6%

Fonte: Inventários relativos à década de 80 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver relação de fontes anexa.

Embora o número de escravos arrolados não corresponda a toda população escrava da cidade de São José entre as décadas de 70 e 80 do séc. XIX, torna-se significativo perceber a quantidade de escravos crioulos e crioulos da casa - nascidos em sítios e fazendas de seus senhores - e como esse número aumenta na década de 80, ao mesmo tempo em que aumentam o número de escravos casados.<sup>129</sup> ( Ver tabelas IX e X )

Assim como os velhos africanos, que nunca deixaram de constar daquelas relações, mesmo quando já libertos pela idade, mas valendo ainda alguns mil réis, a presença dos mulatos e fulos são constantes naquelas listagens ( Ver tabelas VII E VIII). E, a presença, também, cada vez maior, da mulher escrava trabalhadora das lavouras de café. Não só da cozinha ou dos quitutes, cuidava a mulher escrava daquela cidade. Assim como seus homens, muitas pegavam na enxada e na pá, revolvendo a terra de um solo, que sabiam, também era seu.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Em artigo recente, Maurício Martins Alves trabalha a existência de família escrava estável, de várias gerações, na então Vila de Taubaté entre 1680/1729. ALVES, Maurício Martins. *A família escrava em Taubaté - 1680/1729* In: Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, caderno 2, 1995. Valéria Zanetti, em trabalho realizado sobre o cotidiano de escravos em Porto Alegre entre 1840 - 1860, encontra quantidade bem reduzida de escravos casados. De um total de 625 escravos arrolados foram encontrados apenas 50 deles casados. No entanto, a autora discute trabalhos efetuados na região valeparaibana de Bananal, onde o pesquisador Flávio Motta descobre, em 1801, 52% de escravos casados naquela localidade. Um outro estudo apontado pela autora será o de Robert Slenes e Stuart Schwartz, indicando a existência , em 1801, de metade da população escrava de Lorena constituída em casamento. ZANETTI, Valéria. op. cit. pág. 135/137.

<sup>130</sup> Foram analisados 29 Inventários ao todo, entre as décadas de setenta e oitenta, do final do século XIX, na Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Relação de fontes anexa.

TABELA VII

**Relação de escravos de São José dos Campos por "cor" durante a década de 70**

Total de Escravos	130	100%
Pretos	57	43,8%
Mulatos	26	20%
Fulos	7	5,3%
Sem registro	40	30,7%

Fonte: Inventários relativos à década de 70 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver  
relação de fontes anexa

TABELA VIII

**Relação de escravos de São José dos Campos por "cor" durante a década de 80**

Total de Escravos	150	100%
Pretos	70	46,6%
Mulatos	35	23,3%
Fulos	9	6%
Sem registro	36	24%

Fonte: Inventários relativos à década de 80 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver  
relação de fontes anexa.

Pode-se supor que a falta de registro da cor da pele de trabalhadores escravos em alguns Inventários, ou era um dado irrelevante para certos

herdeiros, ou pressupunha algum tipo de mestiçagem, difícil muitas vezes de ser classificada.<sup>131</sup>

Significativos, de certa forma, foram os aumentos consideráveis dos casamentos, entre escravos e escravas, principalmente entre aqueles que habitavam os mesmos sítios, as mesmas fazendas, como a leitura dos Inventários das décadas de setenta e oitenta indicam:

TABELA IX

**Estado Civil de escravos de São José dos Campos durante a década de 70**

Homens	77	59,2%
Mulheres	53	40,7%

Total de Escravos	130	100%
Casados	20	15,3%
Solteiros	71	54,6%
*Sem registro	39	30%

Fonte: Inventários relativos à década de 70 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver  
relação de fontes anexa.

---

<sup>131</sup> Ver, entre outros: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op. cit.

TABELA X

**Estado Civil de escravos de São José dos Campos durante a década de 80**

Homens	74	49,4%
Mulheres	76	50,7%

Total de Escravos	150	100%
Casados	45	30%
Solteiros	79	52,7%
Sem registro	26	17,3%

Fonte: Inventários relativos à década de 80 do século XIX. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.  
Ver  
relação de fontes anexa.

Olhando as tabelas acima, percebe-se o número considerável de trabalhadores escravos casados, tendo esse número aumentado na década de 80. O percentual de solteiros praticamente não muda entre as duas décadas, sendo que o índice de escravos com estado civil não registrados diminui bastante na década de 80. Essa oscilação no índice de registros, mais a evidência da quantidade extremamente proporcional entre homens e mulheres escravos, pode sugerir a existência, em boa medida, de relacionamentos monogâmicos - mesmo não oficializados - entre os trabalhadores escravos de São José dos Campos.

São sugestivos também exemplos como de Margarida e Fortunato, encontrados nos registros das Certidões de Nascimento:

*"Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do anno de mil oitocentos e setenta e seis, nesta Cidade e Parochia de São José dos Campos... compareceu Luiz Augusto de Andrade, natural e residente nesta Parochia, solteiro, Lavrador... me*

*apresentou uma criança de sexo feminino de nome Maria que declarou que nasceu no dia cinco de novembro do corrente anno, no Bairro do Jaguary, deste termo, declarou que é filha de sua escrava de nome Margarida, sua captiva, natural desta Parochia, casada com Fortunato, seu escravo, cuja criança é filha legítima do casal...<sup>132</sup>*

Evidente que nem todos os ingênuos nascidos naquelas paragens eram filhos legítimos, filhos de pais e mães conhecidos. Uma grande parcela ainda eram os filhos da "*Benedicta, escrava, crioula, solteira*", ou da Leonor ou Luiza Preta, e mais outras tantas mulheres escravas de São José, dispostas a criar seus filhos sozinhas, ou sob o signo do apadrinhamento, como a pesquisa às fontes pôde indicar.<sup>133</sup>

Padrinhos eram expressivos fazendeiros e negociantes da cidade como José Bicudo de Oliveira, negociante e morador do prestigiado bairro de Santa Cruz, ou o Tenente Coronel José Caetano de Mascarenhas Ferraz, negociante e morador da cidade, ou Bibiano Leite Machado, fazendeiro e morador no bairro do Buquira. Ao lado, porém, desses destacados padrinhos, algumas certidões surpreendiam, quando alguns ingênuos recebiam, como padrinhos e madrinhas, trabalhadores escravos da cidade, conhecedores da dura luta de seus pais:

---

<sup>132</sup> Registros de Nascimento - 1875/77 - Registro n. 592 - Tombo 843 - Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

<sup>133</sup> Ver: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. GUDERMAN, Stephen e Stuart Schwartz. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XIII in: Escravidão & Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pág.35/37.

*" Compareceu Sebastião José da Cunha, natural de Portugal, residente neste termo, lavrador...me apresentou uma ingenua do sexo feminino, de nome Joaquina, e declarou que nasceu no Bairro do Jaguary, deste termo... e é filha de Benedicta, solteira, crioula, escrava d'elle declarante e sua mulher... a qual ingenua vai ser batizada nesta Matriz, serão seus padrinhos os escravos Candido e Candida, aquella de João Monteiro Ferreira e esta de Mauro Lopes".*<sup>134</sup>

Os Registros das Certidões de Nascimentos, das décadas de setenta e oitenta do séc. XIX, da cidade de São José dos Campos, evidenciam também que uma grande quantidade de moradores daquela cidade, ao registrar seus filhos, mostravam serem naturais de cidades vizinhas, como Jacareí, Mogi das Cruzes, Caçapava, ou mesmo Guaratinguetá ou Taubaté, ou até cidades um pouco mais distantes, como o caso não muito raro da cidade fluminense de Rezende (de onde veio nosso boticário Antero, aliás), indicando que São José dos Campos vinha recebendo pessoas, principalmente a partir da década de sessenta, quando a cidade se configurava promissora, e a abolição dos escravos ainda se mantinha relativamente distante.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> Registros de Nascimento - 1875/77 Registro n. 38 - Tombo 842 - Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

<sup>135</sup> Das 246 certidões de nascimentos pesquisadas, 82 delas mostram que os pais ou avós das crianças registradas eram oriundos de cidades vizinhas. Registros de Nascimentos 1875/76 Tombo 000845 e Registros de Nascimentos 1876/77 Tombo 000843. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.



De muitas maneiras viviam e agiam os escravos trabalhadores de São José. Não só arando campos, construindo ruas, casas e igrejas, vendendo quitutes ou café, carregando tropas de burros por entre estradas e caminhos hostis, lavando a roupa de seus senhores, preparando refeições diárias, mas também, como num contraponto ao duro trabalho realizado, entre jogos e festas, sendo estas vivências sempre vigiadas mais de perto por aqueles que se supunham os únicos donos da cidade. As Posturas Municipais da cidade eram rígidas na proibição dos jogos e jogatinas e na regulamentação das Festas ( Bandeiras, Congadas, Festa do Divino ), na sua grande maioria promovida pelas Irmandades, principalmente a de São Benedito, de São José dos Campos.<sup>136</sup>

Nas Posturas Municipais de São José dos Campos, das décadas de setenta e oitenta do final do século passado, dentre os artigos normatizando os mais diversos tipos de jogos, um tipo de proibição se destaca não só pelas penalidades impostas ao infrator, como também pela sua permanência em todas as reformulações feitas:

*" É proibido nas cazas publicas, ou particulares de jogos, tabernas e botequins, ou outra qualquer de negocio, jogarem filhos de familia e escravos,<sup>137</sup> sobre pena de ser multado, o dono do estabelecimento, em vinte mil reis, e oito dias de prizão<sup>138</sup>*

---

<sup>136</sup> Atas da Irmandade de São Benedito 1878 /1880 e 1886 / 1888, s.n.. Tais livros se encontram no Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

<sup>137</sup> Grifos meus

<sup>138</sup> Código de Postura n 37, capítulo 4 *Da policia e segurança municipal* 1873 /86. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

O que fica claro, no artigo acima, notoriamente sugestivo, aliás, é a forma como ele se fecha, não deixando brechas para nenhuma possibilidade, ou seja, a multa incidiria em vinte mil reis e oito dias de prisão,<sup>139</sup> sendo que, na quase totalidade dos demais artigos das Posturas, o infrator poderia substituir a prisão por um percentual em dinheiro, cobrado como alternativa à multa.

Parece que alguns moradores da cidade de São José muito temiam os jogos. E temiam mais ainda determinados elementos que deles participassem. Escravos e filhos de família, dois pólos distintos num sistema que deveria permanecer inalterado. Representantes por excelência da continuidade e manutenção dos lugares sociais, pelos quais certamente lutavam os detentores do poder daquela cidade. Ou seja, perigos constantes poderiam advir da permanência destes dois elos em ambientes provocativos como tabernas e botequins, em jogatinas insalubres, desordenadas...

Ao temor diário dessas pequenas sublevações sociais, aliava-se, com certeza, a incômoda presença representada pela experiência escrava em ruas daquela cidade. Os trabalhadores escravos da velha urbe, ao andar vendendo café pelas noites, galopar lá pela Rua Direita, formar compadrios, manter relações de companheirismo entre seus pares, vinham, aos poucos, construindo um mundo próprio, alargando ruas, forçando espaços, forjando, na medida do possível, sua própria sorte.

Um universo que vinha se ampliando, e que criava possibilidades, na labuta diária, de maneiras de interação em universos distintos, configurando os medos e temores expressos nas normas da cidade. É como lembrar Michel de Certeau, para quem a "Invenção do Cotidiano" acontece

---

<sup>139</sup> Grifos meus.

continuamente, na prática, na constante atualização pelo oprimido, das suas necessidades de lugares...<sup>140</sup>

São José dos Campos foi, com certeza, lá pelo final do século XIX, palco vivo dessas constantes atualizações. As Infrações de Posturas da cidade, nos segredam isso. Os jogos e as jogatinas, por exemplo, abundavam, tanto em casas particulares, como em estabelecimentos comerciais da cidade. Em um termo de Infração de Posturas, de 1873, lê-se, por exemplo, o seguinte:

*" Aos dezesseis dias do mez de março do anno de mil oitocentos e setenta e trez, nesta cidade de São José dos Campos, em caza do actual fiscal desta... me foi ordenado que lavrasse o prezente termo de Infração de Posturas da multa de vinte mil reis - e oito dias de prizão imposta ao infrator Pedro Rodrigues Fernandes, por ter o mesmo infringido o disposto no art. 37 das Posturas desta cidade aprovadas em 1872, consentindo o mesmo em sua caza jogarem filhos de família e escravos".<sup>141</sup>*

A essa infração, outras se sucederam, ao longo das décadas, indicadoras da presença do escravo em jogos e jogatinas, também usufruídos, mesmo que sob certa vigilância, pelos filhos da elite daquela cidade, numa mistura de espaços e valores, nem sempre vistos com bons olhos por aqueles que, de certa forma, intuíam do perigo representado pela

---

<sup>140</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>141</sup> Livro de Infrações de Posturas - 1862/1887 - Município de São José dos Campos - Tombo 000009 - art.37. Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

construção contínua de hábitos e costumes no interior de uma sociedade. Tais reflexões nos remete a E.P.Thompson, para quem os embates sociais se dão em vários níveis, onde as relações de valores se igualam às relações de produção, visto que:

*" Os valores não são "pensados nem chamados", são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas ( e "apreendidas " no sentimento) no "habitus"de viver; e aprendidas em primeiro lugar, na família, no trabalho, e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida, e toda produção cessaria"<sup>142</sup>*

Lá, em São José dos Campos de finais do século XIX, alguns hábitos e costumes se mesclavam por entre ruas e campos daquela cidade, tendo como alguns de seus agentes construtores aqueles homens e mulheres trabalhadores escravos, que tanto se empenharam, por exemplo,<sup>143</sup> na organização e manutenção das Irmandades Religiosas da velha cidade.

A Irmandade que mais se destacou, na cidade de São José dos Campos, no final do século passado, foi a Irmandade de São Benedito, dada a participação efetiva de escravos e escravas, libertos, pobres livres,

---

<sup>142</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pág. 194.

<sup>143</sup> Como Irmandades Religiosas existentes em São José dos Campos, em finais do séc. XIX, sabe-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e da Irmandade de São Benedito, sendo que várias atas de tais Irmandades se encontram, hoje, no Arquivo Público do Município de São José dos Campos. Arquivo que funciona, coincidentemente, num dos poucos edifícios que restaram do séc. XIX, que é a Igreja de São Benedito, fundada pela Irmandade do mesmo nome.

mestiços, camaradas, ou seja, "*a gente pobre da cidade*", aliados a alguns pequenos proprietários, como a pesquisa às fontes pôde indicar.<sup>144</sup>

Irmandade que aglutinava uma grande parcela dos trabalhadores escravos daquela cidade e que promovia as festas de São Benedito, as quais, segundo os velhos almanaques, levavam, com seu brilho, ricos e pobres para ruas e largos daquela urbe. Congadas, Moçambiques, Folias do Divino, quermesses e leilões davam o tom necessário à ocupação de lugares e luta cotidiana que tais eventos certamente traziam em seu bojo.<sup>145</sup>

Segundo João José Reis e Eduardo Silva, espaços de negociação eram sempre possíveis no mundo da escravidão; mundo onde não só os conflitos abertos representavam ganhos para a maioria oprimida. Houve momentos, e não foram poucos, em que ganhos e perdas foram a medida das relações diárias. Momentos nos quais : "os escravos rompiam a dominação por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural"<sup>146</sup>

Em São José dos Campos, alguns desses momentos foram, talvez, as festas promovidas pela Irmandade de São Benedito, para cuja realização eram arrecadadas esmolas em "caixinhas da roça", e "caixinhas da cidade", sendo que os trabalhadores escravos se encarregavam de conseguir o dinheiro necessário para a confecção dos luxuosos ornamentos e vestes de reis e rainhas, pompa imprescindível para espaços de tanta vida. Contendo possivelmente os mesmos elementos desordenadores dos jogos, tais festas

---

<sup>144</sup> As Atas da Irmandade de São Benedito, referentes ao século passado, se encontram no Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.

<sup>145</sup> Ver: Almanaque para São José dos Campos para 1922, Napoleão Monteiro, Op. cit. - SIQUEIRA, Jairo César de, Op. cit. pág. 211.

<sup>146</sup> REIS, João José e Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pág. 32.

religiosas, onde a inserção de valores preservados pelos escravos era notória, traziam, com certeza, o burburinho, a alegria, a irreverência daqueles que, naqueles espaços misturados, se sentiam reis e rainhas, inventores e donos daquele momento mágico...

Foram espaços preciosos para alguns sujeitos históricos, como as escravas trabalhadoras de São José. Se as escravas sem nome vagavam incógnitas em ruas e becos da cidade, na Irmandade de São Benedito ocupavam o lugar de mesárias, juízas maiores, juízas menores, irmãs, enfim, entre aqueles que as designavam pelo seu nome devido. Era a "*Benedicta, escrava de D. Lionina; Eva, escrava de D. Maria das Dores; Josefha, escrava de Manoel Antonio*". Muitas, sem dúvida, com forte participação nas comissões festeiras, comissões eleitas anualmente, que constam das Atas da referida Irmandade.<sup>147</sup>

Jogos e festas peculiares, práticas diferenciadas de viver e agir, vinham sendo incorporadas à rotina daquela cidade campo de São José, por trabalhadores escravos daquela cidade, em finais do séc.XIX. A Irmandade de São Benedito talvez tenha sido, em terras de São José dos Campos, mais que um espaço negociado. Muito provavelmente, tenha sido um território conquistado...

---

<sup>147</sup> Ata da Irmandade de São Benedito, 13 de abril de 1879, efetuada na Capela do Rosário, s.n.. No dia 9 de outubro de 1881 acontece a primeira reunião na Capela nova de São Benedito, constando em Ata do mesmo dia. As reuniões da Irmandade, aconteciam aos domingos, "lá pelas três horas da tarde", e todo ano aconteciam eleições para a formação da Comissão Festeira. Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S.P.



#### 4 - AÇÕES, LIBELOS E OUTRAS QUERELAS MAIS...

Quando, em torno de finais da década de sessenta, do séc. XIX, o jovem Antero Madureira chegou, assim como tantos outros, em terras de São José, para lá tentar um começo de vida<sup>148</sup>, talvez não imaginasse as tantas efervescências e disputas pelas quais, certamente, já vinha passando aquela pequena cidade. Não teria sido por mera coincidência que seu jornal "A Vida", publicado inicialmente em 1886, quando nosso boticário já era então proprietário da Pharmacia Madureira, consegue tanto sucesso, ao conceder espaço para as querelas e reivindicações, de muitos moradores daquela cidade.

É que São José dos Campos, daqueles idos, era terra de muitos embates. Durante as décadas de setenta e oitenta do séc.XIX, foram numerosas as Ações judiciais por dívida ( movidas por enriquecidos credores daquela cidade) e também Ações por divisa de terras, entre os muitos e diferenciados moradores daquele município.<sup>149</sup>

Na grande maioria dessas Ações, a presença do escravo de São José se fazia notar, fosse como penhora ou como motivo de richa entre irmãos como a análise de alguns desses documentos mostra.

A leitura de tais documentos permitiu encontrar uma cidade tensa, onde as mais diversas possibilidades jurídicas foram usadas, na

---

<sup>148</sup> As informações sobre a vida do Sr. Antero Madureira, proprietário do jornal "A Vida", constam dos depoimentos colhidos junto à família Madureira : D. Maria Aparecida Ramos Ferreira ( bisneta do Sr. Antero) e D. Alcina Madureira Rodrigues ( neta do nosso boticário).

<sup>149</sup> Documentos como Ações de Libelo de Dívida, Ações Cíveis, Força Velha, foram encontrados por essa pesquisa, na Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos,S.P. Ver relação de fontes anexa.



tentativa de concentração de terras e escravos, em mãos dos mais ilustres munícipes daquelas paragens, como a leitura de tais fontes indicam.<sup>150</sup>

O que algumas fontes sugerem é, que São José cresceu chamando pessoas de localidades vizinhas, como Mogi das Cruzes, Jacareí, Caçapava, Taubaté e várias outras, algumas nem tão próximas assim, como o caso de algumas cidades fluminenses.<sup>151</sup> Em grande quantidade eram os sítios, chácaras e, curiosamente, terras em comum, que compunham os belos campos daquela cidade. Tudo isso, é claro, rodeado pelas terras maiores. Fazendas de café, com seus promissores fazendeiros.

Mas todos, grandes e pequenos proprietários, plantavam café naqueles campos (além da cana e do arroz, gêneros comuns na região).<sup>152</sup> E se utilizavam do trabalhador escravo, cada um a sua maneira, porém, nunca dispensando a ajuda valiosa que o suor daqueles homens e mulheres representavam para seus cafezais e suas plantações. Terras e "gentes" se misturavam, e as querelas judiciais mostram, que era preciso, aos poucos, separar tudo de "valioso" que se vinha conquistando, como terras, escravos ou café.

Em São José dos Campos daqueles idos não faltou disposição a muitos de seus moradores em estar movimentando ações na justiça, por questões de divisa de terras, como constam em vários autos examinados

---

<sup>150</sup> Nas Ações Cíveis pesquisadas durante as décadas de 70 e 80 em São José dos Campos, alguns nomes se destacam na promoção de Ações de penhora de terras e escravos. São eles: Tenente Coronel José Caetano Mascarenhas Ferraz, Coronel Bento Pinto da Cunha, Major Francisco Leite Machado, Major Antonio Gonçalves da Rocha, Tenente Coronel Manoel Joaquim de Andrade, João Bicudo Leite, José Fortunato Moreira de Sá, João Batista dos Santos e Manoel Ricardo Leite da Silva. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>151</sup> Registros de Nascimentos 1875/1876 Tombo 000842 - Registros de Nascimentos 1876/1877 Tombo 000843 - Relatório de Qualificação de Votantes 1871/1875 Tombo 000040 - Memória Família Madureira - Jornal "A Vida" 1887/1890.

<sup>152</sup> Tipos de cultura também bastante encontrados em alguns Inventários.

pela pesquisa. As terras em comum, geralmente utilizadas por parentes próximos, começavam a incomodar. Se, num primeiro momento, serviram de berço a tantas famílias, com o tempo passando e os cafezais crescendo passaram a significar motivo de desavenças entre seus vários membros.

Um sentido maior de propriedade parece ter vindo junto com o crescimento dos campos, eliminando vestígios comunitários que porventura ainda existissem. Ações judiciais dessa natureza foram encontradas principalmente durante a década de setenta, indicando ter ocorrido, neste período, uma corrida para a legalização e delimitação dos campos de São José.<sup>153</sup>

Em bairros como o Buquira, Capão Grosso e Rio do Peixe, a grande quantidade existente dessas Ações evidencia também, que as Terras em Comum foram maneiras de trabalhar o campo, bastante experimentadas naquelas localidades. Muitas querelas aconteceram por divisões de terras malfeitas, como brejos ignorados, próximos aos rios, que, ao se transformarem em bonitos arrozais, despertavam a cobiça daqueles que os tinham desprezado.<sup>154</sup>

Mas de comum mesmo, só as terras, quando ainda havia espaço para isso. Cunhados, genros e noras poderiam até compartilhar alguns roçados, que mais tarde, iriam pleitear arduamente na justiça. Mas só. Havia

---

<sup>153</sup> Foram pesquisadas 10 Ações referentes à década de 70 da seguinte natureza: Ação de Doação de Terras, Ação Cível de Divisão de Terras e Ação Cível de Divisão Amigável de Terras. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>154</sup> Uma interessante Ação de "Força Velha" ( tipo de Ação que reivindica o tempo de uso da terra ), movida pelo negociante Tenente Coronel José Caetano de Mascarenhas Ferraz contra o lavrador José Rodrigues Cardozo, mostra uma contenda entre esses dois cidadãos, em torno de uma divisa malfeita entre terras dos dois homens, cuja demarcação se constituía em um brejo próximo ao Rio Paraíba, que, ao ir se firmando, com o tempo, desperta o interesse dos dois proprietários. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos - Ação Cível "Força Velha" n. 1317, ano 1879.

escravos, em número razoável, mas todos devidamente vinculados junto aos chefes das famílias nucleares daqueles locais.

Em 1875 existiam no município de São José dos Campos, 818 cidadãos qualificados para o pleito eleitoral. Desses, 699 eram lavradores, ou seja, a grande maioria.<sup>155</sup> No entanto, um outro setor que vinha crescendo era o dos negociantes, sendo que, em muitas Ações Cíveis trabalhadas - entre as décadas de 70 e 80 - muitos lavradores eram também citados como negociantes nesses documentos. O que os relatórios não explicitam, contudo, são os tipos de negócios nos quais se envolviam tais senhores. Só a leitura de várias fontes<sup>156</sup> pôde indicar alguns deles, como por exemplo: negócios com a venda do café (exportação), negócios relativos ao comércio local, e, principalmente, em alguns casos - sendo este um negócio bastante rentável - o empréstimo de dinheiro a pequenos e médios proprietários, cujas penhoras (terras e escravos), se constituíam em devoluções bastante cobiçadas por aqueles lavradores e homens de negócios.<sup>157</sup>

No entanto, se alguns negociantes e lavradores da cidade estavam criando condições para uma maior concentração de terras e escravos em

---

<sup>155</sup> Relatório de Qualificação de Votantes 1871/75 Tombo 000040.

<sup>156</sup> Fontes preciosas para esse entendimento foram, além do Relatório de Qualificação já citado, as Ações Cíveis, os Testamentos, os Inventários, as Atas da Câmara, as Certidões de Nascimento e, é claro, os vários números do jornal "A Vida". Relação de fontes anexa.

<sup>157</sup> Algumas Ações indicam envolvimento de negociantes de São José dos Campos com a locação de escravos, como a Ação Cível Precatória n. 1250 de 1874, onde Carlos Augusto Ribeiro Escobar pede autorização para buscar a escrava Ephygenia, que teria evadido-se para Jacareí. Segundo o Sr. Escobar, essa escrava foi arrendada do senhor José Victoriano Leme, negociante da cidade. Em outra Ação, o Sr. Cyrio Bustamante Braulio Martins (negociante) é intimado a pagar dívida contraída com o Sr. José Antonio Pacheco Netto. O Sr. Antonio recebe como penhora da dívida os serviços do escravo Thomáz, por quatro anos. No entanto, essa penhora é imediatamente contestada por D. Balbina Nogueira do Amor Divino, natural de São Bento do Sapucaí. Tal senhora alega que o escravo Thomáz é de sua propriedade, não do Sr. Bustamante. Tal senhor seria apenas seu procurador na cidade de São José dos Campos, para aluguel de seus escravos no município. Consta da lista de D. Balbina mais cinco escravos alugados pelo Sr. Bustamante na cidade de São José. Ação Cível n. 1226, ano 1873. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

suas mãos, a grande quantidade de Ações evidencia também pequenos e médios proprietários dispostos a brigar. Algumas dessas Ações, trazem à tona a tenacidade e criatividade de muitos moradores da cidade de São José dos Campos. Em Ação de Libelo de Dívida, movida pelo Sr. Manoel Ricardo Leite da Silva, importante negociante de São José<sup>158</sup>, a ré D. Thereza Maria de Jesus, sitiante e moradora do Buquira, vai até última instância, na tentativa de não pagar a penhora da dívida, constituída na pessoa de seu escravo Constantino<sup>159</sup>

De acordo com o longo processo, o Sr. Manoel Ricardo teria feito empréstimo em dinheiro para a referida senhora, obtendo, como garantia da dívida, a penhora de um escravo dela, de nome Constantino. Só que, findo o prazo para o pagamento, e, tendo o Sr. Manoel Ricardo efetuado a cobrança, D. Thereza reluta quanto ao valor cobrado, alegando possíveis irregularidades, como, por exemplo, o cálculo dos juros devidos. Aberta a Ação, as páginas do processo relatam as aventuras de D. Thereza, que, contando com os préstimos de seu escravo Constantino, tenta driblar, a todo custo, seu poderoso adversário.

D. Thereza argumenta, a uma certa altura, ter sido seu escravo Constantino avaliado, à época do empréstimo (1875), em trezentos mil réis *"sendo que hoje um escravo vale muito mais"*. Esta é sua constante defesa. Argumentações, porém, muito mais interessantes perpassam o processo quando, em outra recorrência, D. Thereza afirma *"ser o escravo*

---

<sup>158</sup> O termo "importante negociante desta praça", foi muito utilizado pelo boticário Antero, quando, em 1888, em um "atestado", o Sr. Manoel Ricardo elogia a eficácia dos medicamentos do nosso boticário. A publicação deste atestado, foi anunciada em várias edições anteriores, evidenciando a relevância de tal pronunciamento.

<sup>159</sup> Ação de Libelo de Dívida, movida pelo Sr. Manoel Ricardo Leite da Silva, constando da mesma várias recorrências. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos, S.P. Ação n. 104, ano 1879.

*Constantino pessoa de grande estima junto a sua casa " e, "não achar justo deixar um escravo assim dessa valia ir ter a mão de estranhos".*

Situações ambíguas como esta, demonstrada por D. Thereza, que ora sabia exatamente o valor em dinheiro de seu escravo, ora o colocava como "*pessoa de grande estima*", portanto merecedora de atenção especial, não foi com certeza a única a acontecer lá por terras de São José. No jornal "A Vida", lá pelos idos de 1888, alguns noticiários mostram casos semelhantes, onde algumas viúvas, na liquidação de Inventários de seus maridos, tudo fazem, para que seus ex-escravos "*não fossem ter a mão de estranhos*"<sup>160</sup>

Na Ação movida pelo Sr. Manoel Ricardo vai ficando claro, ao longo das páginas, que aquele importante negociante de São José dos Campos não queria, de maneira nenhuma, abrir mão da "penhora" do escravo Constantino . Condição esta rebatida o tempo todo por sua devedora. De negócios, talvez bem entendesse aquele senhor...

Em meio às idas e vindas do processo, e se tornando evidente que o Sr. Manoel Ricardo não prescindiria do escravo Constantino, D. Thereza argumenta, colocando um ponto final na questão, que Constantino teria fugido "*lá pelos matos da serra*", não conseguindo tal senhora deter o fugitivo.

Se tal realmente aconteceu nunca se saberá ao certo. O fato é que Constantino nunca mais foi encontrado, lá pelo sítio de D. Thereza. O

---

<sup>160</sup> Um desses noticiários refere-se à senhora D. Mariana Nunes Ferraz, dando liberdade a sete escravos e desistindo de oito ingênuos, na liquidação do Inventário de seu marido. O noticiário do jornal "A Vida" enfatiza o seguinte "É tanto mais digno de louvor o acto praticado por tão respeitavel Sra., pelos inauditos sacrificios que ella e seus dignos filhos fizeram para conseguir, como de fato conseguiram, que nem um só de seus escravos fosse ter a mão de extranhos" Jornal "A Vida" 26 de fevereiro de 1888.

longo processo foi se resolver, com tudo lavrado, com o pagamento de duzentos e sessenta e sete mil e vinte reis ao negociante Manoel Ricardo. O escravo Constantino talvez tenha logrado mesmo a serra, ou quem sabe até a cumplicidade de sua criativa senhora...

Situações assim, onde querelas judiciais vão mostrando as delimitações e interações entre senhores e escravos, se tornam comum, em terras de São José. Talvez, aquela cidade campo, ao ser constituída por moradores tão diferenciados, se tornasse por vezes tão rígida, ao mesmo tempo em que vai tornando possível uma certa mescla, em outros espaços.

Bastante interessante, para uma leitura, é o Inventário do Sr. Francisco Ferreira dos Santos. Inventário tumultuado, resultando em várias Ações Judiciais movidas por seus irmãos, supostos herdeiros do referido senhor<sup>161</sup>. Tendo sido solteiro, e sem nenhum descendente, deveria tal senhor deixar seus bens aos familiares mais próximos, no caso, seus quatro irmãos. Porém, tal não acontece, e seus supostos herdeiros se degladiam, por não aceitarem aquela última vontade do finado irmão.

No desenrolar do processo, vai ficando claro, que o Sr. Francisco tinha sérios ressentimentos com sua família, visto que, por ter contraído lepra, foi sendo relegado ao esquecimento, e mesmo segregado pelos familiares, conforme denúncia do amigo e herdeiro oficial, Sr. Antonio Vieira de Souza Neves. Várias testemunhas dão conta do desapego da família em relação ao irmão doente, havendo até o caso de, estando o Sr. Francisco já desenganado, um de seus irmãos, Sr. João Batista dos Santos, rico negociante e morador do Bairro de Santa Cruz, ter ido à Europa *"sem*

---

<sup>161</sup> Inventário Sr. Francisco Ferreira dos Santos, ano 1880, n. 1322. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

*se preocupar com a doença do irmão", segundo fala de uma das testemunhas.*<sup>162</sup>

A razão pela qual os irmãos não aceitaram, de forma nenhuma a vontade do falecido, por considerarem *"vergonhoso para a família"*, segundo suas próprias palavras, só vai se tornar realmente clara, com a leitura do Testamento deixado pelo Sr. Francisco, escrito em 1879.<sup>163</sup> Tal Testamento nomeia herdeiros provavelmente pouco comuns por aqueles idos, em terras tão conflitantes.<sup>164</sup>

Em seu Testamento, o Sr. Francisco, depois de nomear o Sr. Antonio Vieira de Souza Neves seu herdeiro oficial, faz a seguinte distribuição de seus bens: para suas escravas, Francellina, Paulina e Francisca, além da liberdade e da desistência do tempo dos ingênuos (Benedita, Adão e Agner), cem mil réis para cada uma.

Em uma cláusula separada, mais no final do Testamento, o Sr. Francisco acrescenta que, para a escrava Francellina, deixa também *"uma chacara que foi de Joaquim Bento que se acha divizando com terras de Bibiano Leme"*. Ao seu escravo Henrique, além da liberdade (que para todos seria como se forros nascessem), o Sr. Francisco deixou testado o seguinte: *" declaro mais que deixo ao meu escravo Henrique os terrenos*

---

<sup>162</sup> O termo "rico negociante" foi usado por uma das testemunhas que constam do processo.

<sup>163</sup> Testamento do Sr. Francisco Ferreira dos Santos. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos, S.P. Ano 1880, n. 1338.

<sup>164</sup> O Testamento do Sr. Bertolino José Nogueira aponta para questões parecidas. Nesse Testamento, tal senhor também se diz solteiro, sem filhos e portanto livre para deixar seus bens a quem desejar. Ao mesmo tempo em que irá declarar possuir como bens "terras, escravos e trastes de caça", o Sr. Bertolino nomeia seus escravos ( em número de 11 ) como seus herdeiros, distribuindo suas terras entre eles "pela amizade que tenho em ditos escravos e a bem que me tem servido " Situações ambíguas que a leitura de Testamentos - por se tratar da "vontade"de alguns senhores - pode indicar. Testamento n. 1235, ano 1873. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos.

*que se achão com o café plantado na chacara que foi de Roza Leme, que se acha cercado de Vallos" ...*

De todos os herdeiros, no entanto, a mais agraciada foi Leonina, sua caseira e ex-escrava. Para sua caseira, o Sr. Francisco deixa sua casa "*com toda a prataria*", no bairro de Santa Cruz. Além disso, uma chácara "*onde está a caza que foi de Joaquim Machado, no cume da estrada que vem da Cidade e vai ao Parahyba*". Chácara com café plantado, animais, juntas de boi e vacas de leite. Deixa também, o escravo Benedicto, libertado com a condição de servir a Leonina pelo prazo de quatro anos. Não bastando tudo isso, o Sr. Francisco deixa, para sua caseira, a significativa quantia de dez contos de reis, com a condição de seu herdeiro oficial comprar, com tal dinheiro, ações da estrada de ferro, para que Leonina recebesse os juros, e assim bem vivesse.

Depois de deixar uma quantia em dinheiro para "os pobres", para a Igreja de Santa Anna, e até uma tropa de mulas para Benedicto, irmão de Leonina, o Sr. Francisco descreve aqueles dos quais era devedor, em geral também negociantes da cidade. Entre seus credores, o Sr. Francisco aponta Amaro, escravo de João Batista dos Santos, a quem devia, então, a quantia de novecentos mil reis.

Muito instigante se revelou o Testamento do Sr. Francisco. Seus irmãos, através das Ações Judiciais, que constam do seu Inventário, reclamaram da falta de honestidade do irmão falecido, do "desavergonhoso" apego deste para com a escrava e caseira Leonina, de cuja amizade estreita com o falecido a sociedade poderia supor uma relação mais íntima, uma amásia, quem sabe...



De qualquer maneira, Leonina não seria bem aceita por aqueles supostos herdeiros. Nem ela, nem seus demais companheiros beneficiados, como Henrique, Francellina, Francisca, Agnes, Benedicto e todos os ingênuos. Nem mesmo Amaro, escravo de João Batista, para quem o falecido devia. Todas essas situações colocavam em evidência contrastes existentes naquelas terras, situações que mostravam algumas fragilidades, dentro do próprio mundo escravista. Muito mais sério que a questão de quem ficaria com a herança do Sr. Francisco foi a situação criada por este, ao evidenciar tantas imbricações.

Os trabalhadores escravos de São José dos Campos lá estavam, participando das querelas do município, assim como marcando presença no jornal "A Vida", na época da abolição. Cumprindo jornadas duras na enxada, nas tropas de mula, na cansativa cozinha. Ou casando-se, promovendo festas, jogando, galopando em ruas da cidade. Nem todos tiveram, com certeza, a sorte de Leonina e seus companheiros. Mas a experiência daqueles homens e mulheres, como trabalhadores e participantes da formação de hábitos daquela gente, já vinha, certamente, conferindo contornos próprios ao cotidiano daquela cidade, e influenciando nas relações de todos os sujeitos daquele município.

Em 1888, quando o jornal "A Vida" começa a lidar com as prováveis consequências da abolição, com os temores vivenciados pela lavoura do café e pelo comércio local, em função da perda de "braços para a lavoura", a cidade de São José dos Campos - com seus moradores tão envolvidos em contendas - há muito já habitava as páginas daquele jornal, indicando que a gente daquela cidade não poupava mesmo esforços ao lutar por espaços conquistados...

## CAPÍTULO II

### UMA CIDADE, UM JORNAL... TEMPOS TUMULTUADOS EM SÃO JOSÉ.

*Temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se "urbaniza", mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico".*

*Michel de Certeau*

## 1 - EM PAPEL JORNAL, *A LUTA PELA VIDA*.

São José dos Campos, representada por alguns grupos de moradores, passou, em finais do séc. XIX, segundo versão do jornal "AVida", pelo temor da abolição, principalmente pelas consequências que tal situação poderia acarretar à lavoura de café da cidade. Alguns dados estatísticos apontam para um crescimento daquela cidade, em torno das décadas de sessenta, setenta e oitenta, antes de sofrer o abalo da emancipação dos escravos. Abalo que só será sentido, lá pelo final mesmo da década de oitenta, quando as retiradas e fugas de escravos, aliado à campanha abolicionista, acordam aquela cidade do sonho de desenvolvimento, que com certeza, já vinha acalentando.

Ao se falar aqui, de crescimento em São José dos Campos, em finais do século XIX, é bom que fique bem claro que se trata de um crescimento relativo. Nunca comparado ao grande desenvolvimento econômico e urbano que acontecia pelo Oeste Paulista, onde cidades como Ribeirão Preto, São Simão e Cravinhos se tornaram mesmo o ponto de referência, para alguns moradores de São José, quando, em 1888, o temor decorrente do fim da escravidão (principalmente pela instabilidade da lavoura) tomou conta daquela cidade.<sup>165</sup>

O que se pretende aqui é justamente compreender, reconstruir, as peculiaridades daquela cidade. Percorrer suas ruas e becos, e perceber os contornos que vão sendo conferidos à velha urbe, por sujeitos históricos tão

---

<sup>165</sup> Estas cidades são apontadas no jornal "A Vida", como lugares para onde muitos moradores de São José, começaram a ir "a procura do enriquecimento rápido", questões estas que serão aprofundadas mais adiante.

diferenciados, como fazendeiros, sitiantes, negociantes, artesãos, escravos, jornaleiros, pequenos e médios proprietários, além dos artistas ( profissionais artífices ), comerciantes e um número ainda reduzido, mas bastante atuante politicamente, de profissionais liberais, como médicos e advogados.<sup>166</sup>

A existência de um considerável contingente de pequenos proprietários talvez tenha feito daquela cidade um município, onde vários grupos de moradores procuravam defender seus interesses, seus direitos. Isso talvez tenha sido possível em função de suas peculiaridades. As muitas chácaras e sítios, os pequenos proprietários rurais e citadinos, certamente contribuíram para a existência de tantas Ações Judiciais, tantas querelas e tantas reclamações retratadas pelo jornal "A Vida".

A partir de 1887, o espaço que vinha ocupando o jornal "A Vida", na cidade de São José, teve, certamente, a importância e a dimensão daquilo que ele tentava mostrar. Não teria sido inútil, nem tampouco motivado por um simples jogo de palavras, que os dizeres escolhidos por aquele periódico, numa tentativa de autodefinição, encontrassem na frase "A luta pela Vida"<sup>167</sup> o sentido mesmo de sua existência.

Para entender melhor o significado dessa frase, torna-se necessário repensar a própria trajetória do boticário Antero, representante, sem dúvida,

---

<sup>166</sup> Em artigo intitulado: *Entre o regional e o nacional: o vale em questão*, Cláudio Bertolli Filho, embora tratando de maneira global, sobre a evolução e decadência das cidades valeparaibanas, não vai deixar de pontuar, no entanto, que, a partir da segunda metade do séc.XIX, tais cidades passam a receber profissionais liberais, advogados, médicos, vindos até de regiões distantes do país. BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Entre o regional e o nacional: o vale em questão* in: Vale do Paraíba: Política & Sociedade, Aparecida, S.P: Ed. Santuário, 1993, Vale Livros ( Coleção Vale Livros).

<sup>167</sup> "A luta pela Vida" foi o subtítulo usado pelo jornal , desde janeiro de 1888, até suas últimas publicações, em 1990.

de um grupo de moradores daquela urbe, que cresceu com a cidade, quando as condições estavam favoráveis para isso. Quem afinal era Antero? De origem humilde, natural de Rezende, casado com a "*empregadinha da casa do dono da farmácia onde trabalhava*", conforme relato de seus descendentes,<sup>168</sup> Antero vai encontrar, em terras de São José, campo fértil para desenvolver sua criatividade na lide com boticas, e, conseqüentemente, obter, através de sua atividade como farmacêutico, melhorias consideráveis para sua vida econômica e ascensão social junto à comunidade local.

De aprendiz de boticário, na cidade de Rezende, torna-se, em São José dos Campos, proprietário da Pharmácia Madureira e do jornal "A Vida", em 1886<sup>169</sup>. Era um homem que transitava entre dois mundos: o mundo do pobre livre<sup>170</sup>, próximo ao do escravo, do liberto, do mestiço<sup>171</sup>, ou seja, "*da gente pobre da cidade*", sofrida gente da Rua dos Bambus, rua das enchentes perversas da cidade de São José, as quais lhe lembravam o passado; e o mundo do fazendeiro, dos negociantes, "*das gentes cheias de conchegos*" daquele município.

Transitar entre esses dois mundos, sem excluir nenhum, foi o caminho escolhido pelo Sr. Antero Madureira. Era o representante típico de um grupo social daquela cidade, cuja origem era humilde e obtivera oportunidade de ascender socialmente.<sup>172</sup>

---

<sup>168</sup> Depoimentos gentilmente concedidos por D. Maria Aparecida Ramos Ferreira ( bisneta do S. Antero), e D. Alcina Madureira Ramos ( neta do nosso boticário).

<sup>169</sup> Sabe-se, por consulta aos depoimentos junto à família Madureira, e até por questões de lógica, ser a Pharmácia Madureira, bem anterior ao jornal "A Vida".

<sup>170</sup> Ver: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

<sup>171</sup> Consta do depoimento de D. Maria Aparecida Ramos Ferreira ser a esposa do Sr. Antero, uma "cria", da casa onde trabalhava, descendente de índios guaranis.

<sup>172</sup> Exemplo característico é a trajetória do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha, médico negro natural da Bahia, que em 1878 se instalou na cidade valeparaibana de Cunha, obtendo ascensão social junto aos

O Relatório de Qualificação de Votantes revela que São José dos Campos já vinha, desde meados da década de setenta, sendo palco do ir e vir de uma quantidade significativa de negociantes. Entre a cidade (o espaço urbano), o bairro de Santa Cruz e o bairro do Jaguary, a lista de Qualificação de Votantes de 1875 aponta para um total de 58 negociantes naquela cidade.<sup>173</sup> Desse total, alguns estavam ligados aos negócios realizados com o café, como torrefação e exportação, sendo que, dentre esses, alguns estariam também, colhendo dividendos em função de empréstimos efetuados para pequenos proprietários da cidade.<sup>174</sup>

Além dos maiores negociantes, São José dos Campos também teria, entre seus homens de negócios, aqueles ligados ao comércio local: pequenos e médios comerciantes, na lide com boticas, armazéns, sapatarias, lojas de tecidos, açougues, destilarias e outros possíveis pontos comerciais destinados ao cotidiano de uma cidade.<sup>175</sup>

Sem dúvida nenhuma, a cidade de São José dos Campos já despontava, em 1875, como bastante ligada ao comércio. No entanto, a mesma lista de Qualificação de Votantes, de 1875, revela como o campo ainda tinha muita força naquela cidade. No total de votantes de todos os bairros, 699 lavradores representavam o contingente qualificado ao pleito

---

poderosos do local. NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro: a vida do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da "república velha"*. São Paulo: EDUSP, 1992.

<sup>173</sup> Relatório de Qualificação de Votantes 1871 / 1875 Tombo : 000040 Arquivo Público do Município de São José dos Campos, S. P.

<sup>174</sup> O Relatório dos cidadãos votantes da cidade de São José dos Campos não explicita a que tipo de negócios estariam ligados os negociantes da cidade. Só foi possível encontrar esses dados através da leitura de várias fontes, como as Ações Cíveis, os Inventários, e as pistas fornecidas pelos noticiários do jornal "A Vida". Foram analisadas 25 Ações Cíveis por cobrança de Dívida, entre os anos de 1871 e 1879. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver, anexa, relação de tais fontes trabalhadas pela pesquisa.

<sup>175</sup> Através de uma Ação de Libelo de Dívida, de 1871, Ação n.1185, foi possível encontrar mais um boticário em São José dos Campos por esses idos, o Tenente Carlos Augusto Ribeiro Escobar, que, em tal Libelo, acionava D. Maria das Dores por esta não ter pago uma dívida contraída junto à sua botica.

eleitoral naquela época. Portanto, é significativa a presença do lavrador em São José dos Campos, durante as décadas analisadas. Eram pequenos e médios proprietários, que, assim como os maiores fazendeiros, dependiam, para o crescimento de suas lavouras, do suor do trabalho escravo, na lide com as plantações de café daquele município. E o comércio da cidade funcionava como um termômetro, medindo o bom andamento dos negócios da lavoura.

Não terá sido só por mera coincidência que o boticário Antero - impulsionado pelos bons ares que o comércio já vinha lhe conferindo - tenha julgado por bem fundar, em 1886, aquele pequeno jornalzinho, justamente quando a cidade atingia seu ápice na produção cafeeira<sup>176</sup> e, também, quando as questões relativas à abolição do trabalho escravo já eram temas de discussões e confrontos, em toda a Província.<sup>177</sup> Os tempos já se avizinhavam difíceis. Era preciso cuidar, resguardar o que já se tinha conseguido. Em um editorial de 15 de outubro de 1887, o jornal fundado pelo Sr. Antero de Paula Madureira indica o sentido que norteava o periódico e explicava a razão de sua fundação:

*"Da revista que fizemos, maximé desde ao tempo em que A Vida entregou-se aos interesses geraes, consta que por vezes buscamos*

---

<sup>176</sup> Dados relativos à produção cafeeira da cidade de São José foram encontrados em *Resenha de documentos da Câmara Municipal* organizado por Geraldo Marcondes Cabral, editado pela Câmara Municipal de São José dos Campos, em 1982. Segundo tais dados, em 1886, São José dos Campos teria atingido o máximo em sua produção, em torno de 250 mil arrobas anuais. Sérgio Milliet irá apontar para os seguintes dados na mesma época: Taubaté : 300 mil arrobas - Guaratinguetá : 350 mil arrobas - Pindamonhangaba : 200 mil arrobas - Jacareí : 86 mil arrobas - São José dos Campos : 250 mil arrobas. MILLIET, Sérgio, op. cit pág.41.

<sup>177</sup> Ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco*. op. cit pág.199.

*desempenhar essa missão elevadíssima a que nos impomos: ora chamamos a preciosa atenção da nossa edilidade para urgentes necessidades deste lugar, ora censurando prudentemente os incertos dessa corporação a cujo cargo está entregue o destino, por assim dizer, do nosso município"*<sup>178</sup>

O trecho acima é significativo para compreender o modo de atuação do jornal na cidade e a preocupação em contribuir para o bom andamento do município. Além dos artigos que tratavam dos "interesses gerais", havia um espaço para as queixas da população, principalmente em relação ao que vinha sendo feito ao nível de melhorias para a cidade, ou de cobranças em relação à Câmara.<sup>179</sup>

Com certeza aquele periódico traduzia a fala de um determinado grupo. Mas a cidade perpassa inteira nas páginas daquele jornal. Remédios amargos, porém considerados eficazes, são cada vez mais ofertados pelo boticário Antero, na tentativa de curar as chagas de uma cidade que, a partir de 1888 - de acordo com o jornal "A Vida"- começava a viver um período de preocupação, em função das inquietações causadas pelo avanço do movimento abolicionista.

Através do jornal "A Vida", é possível perceber o processo, muitas vezes contraditório, de uma cidade em formação. Aquelas páginas, em boa medida, revelam as ambigüidades que tanto caracterizaram as discussões

---

<sup>178</sup>Jornal "A Vida", 15 de outubro de 1887.

<sup>179</sup> Em trabalho realizado sobre cultura letrada e vida urbana entre 1890 e 1915 Heloisa de Faria Cruz analisa diversos jornais da época, na cidade de São Paulo, mostrando como tais veículos vão se articulando com a metrópole em formação. CRUZ, Heloisa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada periodismo e vida urbana em São Paulo (1890 / 1915)* : Tese Doutorado, USP, 1994.



travadas em cidades valeparaibanas, em finais do séc. XIX. Mas é um jornal que mantém vivo o sentido que atribui ao trabalho jornalístico:

*"Somente quem uma vez ao menos esteve a testa da redacção d'um jornal qualquer nas pequenas localidades do interior de um paiz como o nosso, em que predomina a ignorancia, a força bruta e o bacamarte, contrapesos que mais de uma vez tem feito suspender a concha da balança da justiça em que estavam o direito, a equidade e a razão, é que poderá avaliar as tremendas difficuldades que tem a enfrentar aquelle que se dedica a vida jornalística, maximé quando quer erguer o seu jornal acima da vulgaridade, a altura da missão da imprensa"<sup>180</sup>*

Além de indicar as dificuldades financeiras pelas quais passava a produção de um jornal na época, o articulista enumera três condições básicas para a existência de um jornal: ser verdadeiro, para ter credibilidade junto ao público, ou seja, ser fiel na reprodução da verdade; ser prudente no uso da linguagem, procurando ser comedido nas palavras quando se refere a pessoas e usar uma linguagem mais forte (até severa, áspera), quando se trata de denunciar abusos ou transgressões nos costumes; e escolher temas para matéria jornalística, preferindo assuntos de interesse geral, em particular aqueles voltados para o melhoramento do homem e a grandeza da pátria.

---

<sup>180</sup> Jornal "A Vida" 22 de abril de 1888.

Talvez o boticário Antero, com seu pequeno jornalzinho (modéstia a que sempre recorria), tenha entendido muito bem a necessidade de se ater a essas sutilezas. Condições como as citadas acima, principalmente a segunda delas, ou seja, *"uma linguagem comedida em relação às pessoas, e uma linguagem severa e áspera em relação aos costumes"*, foram largamente utilizadas naquele periódico durante os quatro anos em que circulou, conseguindo registrar os embates e querelas do cotidiano de São José dos Campos.

O espaço que o jornal "A Vida" vai adquirindo na cidade torna-se mais evidente, quando, em janeiro de 1888, um outro jornal existente no município, conhecido como "Segundo Districto", encerra suas atividades e vende sua tipografia para o boticário Antero de Paula Madureira.

O "Segundo Districto", de propriedade do Sr. Francisco Antonio Mariano Leite, Procurador da Câmara Municipal de São José dos Campos, e morador da cidade (centro urbano), provavelmente sucumbiu por não resistir às tensões relativas àquele agitado final de século naquelas terras.<sup>181</sup>

A carta de um leitor anônimo, publicada no jornal "A Vida" logo após o encerramento das atividades do "Segundo Districto", faz uma analogia entre os artigos publicados por um médico da cidade num e noutro jornal. Na carta, o leitor comenta ironicamente a "morte" do jornal "Segundo Districto" em função dos assuntos publicados pelo referido médico, que tinha espaço nos dois jornais:

---

<sup>181</sup> Dados relativos à vida do Sr. Francisco Antonio Mariano Leite foram possíveis através do próprio jornal "A Vida", e com as informações obtidas no Relatório de Qualificação de Votantes de São José dos Campos, de 1874. Ver relação de fontes anexa.

*"Como assinante do "Segundo Districto", venho por meio desta patentear os meus sentimentos de pesar pela morte do mesmo órgão de publicidade. Deve ser imposta ao Sr. Dr. Brito a culpa dessa morte, pois, ingerio-lhe tantos artigos de "loucura" a ponto de desenvolver-se n'aquela órgão uma loucura furiosa; hora maltratava os abolicionistas, hora atribuía socos e pontapés aos liberais: até que lhe sobreveio a morte, e nosso maior jornal sucumbiu para sempre. Outro tanto não pôde fazer o Dr. Brito com referencia a "Vida", visto como apesar dos muitos "envenenamentos" que introduziu no estomago deste jornalzinho, não conseguiu resultado, pelo fato do proprietário da "Vida", ser o autor de numerosos medicamentos contra os males que roem a vida, quando nosso médico administrava ao jornalzinho em questão qualquer veneno, immediatamente o proprietário fazia-o tomar um contra de força; Vinho de Pacová, por exemplo. Eu vivia amargurado pelo resultado destas applicações medicinais no estomago de um jornalzinho que tanto tem buscado defender nossos interesses; parecia-me que "A Vida" ia immagrecendo...e previa-lhe já um marasmo...a morte enfim. Felizmente deu-se o contrário e já agora penso, em vista do seu crescimento, que morrerá de hydropisia"<sup>182</sup>*

---

<sup>182</sup> Jornal "A Vida", 5 de fevereiro de 1888.

Ao que indica a carta do leitor, o "Segundo Districto" desapareceu por não saber lidar com as especificidades do momento, sendo realista demais, ou seja, distribuindo "socos e pontapés", aleatoriamente, aos abolicionistas e liberais da cidade, ao contrário do "A Vida", onde a "linguagem comedida" suavizava as críticas. Portanto, o jornal "A Vida" parece ter conseguido lidar melhor com a situação e com o momento tenso pelo qual passava a cidade, dividida diante da postura diferenciada adotada por seus moradores frente ao movimento abolicionista. Essa questão vai se tornando clara, não só pelos discursos nos jornais, como pelas práticas adotadas diante do movimento emancipatório.<sup>183</sup>

Em Retrato em Branco e Negro, Lilia Moritz Schwarcz faz uma análise dos principais periódicos da imprensa paulistana veiculados em finais do século XIX. Ao analisar o funcionamento e o papel dos periódicos, através da leitura de seus históricos, Schwarcz consegue como que abstrair sua "essência".<sup>184</sup> Ao analisar, por exemplo, o "Correio Paulistano", a autora define o posicionamento desse jornal ao afirmar que: "O Correio sem dúvida representou os anseios e interesses de uma aristocracia rural, que sempre relutou em aceitar as novas configurações, aliando-se a elas tardiamente ou quando o conflito tornava-se inevitável e evidente"<sup>185</sup>.

Ao analisar o jornal "A Província de São Paulo", Schwarcz ressalta sua preocupação com a neutralidade, pois seus maiores acionistas eram os cafeicultores do Oeste Paulista. Contudo, é pelo caminho antimonárquico,

---

<sup>183</sup> Práticas que vão sendo relatadas pelo jornal "A Vida", e serão abordadas mais adiante, como um capítulo específico deste trabalho.

<sup>184</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*, pág. 71.

positivista, e se declarando adepto do progresso e de idéias novas, que "A Província" vai encontrando seus objetivos. Em relação à abolição, entretanto, como coloca Schwarcz, o jornal se mantém tímido e se posicionará a favor só no último momento<sup>186</sup>.

Analisando "A Redenção", outro grande jornal da época, Schwarcz o aponta como aquele que trata da questão abolicionista mais diretamente, assumindo discussões e provocações com outros periódicos. A autora observa a rebeldia do jornal, ao adotar, em certos momentos, uma linguagem agressiva e até vulgar para os padrões da época. Não deixa de salientar, porém, que também "A Redenção" sofre mudanças ao longo do tempo, sintoma talvez, do que a autora denominou "limites do abolicionismo brasileiro"<sup>187</sup>

Favorável ao "progresso", à ciência e ao crescimento da cidade de São José dos Campos, o jornal "A Vida", inquestionavelmente menor do que os citados pela autora acima, sempre teve espaços para cartas e reclamações dos moradores da cidade, além é claro, de suas próprias pendências junto à Câmara Municipal, à "ilustre edilidade" e aos Fiscais e Inspectores de Quarteirão, considerados pouco eficazes. Nesse sentido, o jornal "A Vida" foi importante para a análise das práticas e experiências vividas por vários grupos sociais de São José. Em suas páginas revelam-se os temores do comércio e da lavoura em relação à libertação dos escravos, além de registros sobre as festas da Irmandade de São Benedito, sobre as atividades da Câmara Municipal, as aplicações e infrações das posturas municipais...Enfim, de suas páginas surgem os trabalhadores escravos, os

---

<sup>186</sup> SCHWARCZ, op. cit, pág. 79.

<sup>187</sup> Idem, ibidem, pág. 86.

fazendeiros, negociantes, vereadores, médicos e *"toda a gente pobre da cidade"*, retratados na luta pela vida cotidiana.

## 2 - EM CONTENDAS COM A CÂMARA.

Durante praticamente toda sua existência - de 1886 a 1890 - o jornal "A Vida", através de seus editoriais e da colaboração de artigos publicados por leitores e assinantes vinha mantendo um constante diálogo com o poder público da cidade de São José, representado pela Câmara Municipal e seus vereadores. Interlocação que se fazia pela publicação freqüente de Atas da Câmara, pelas cobranças e provocações que o jornal "A Vida" muitas vezes fazia em relação ao comportamento dos vereadores, dos fiscais do Município, como também ao uso do dinheiro público.<sup>188</sup>

A cobrança em relação às normas das Posturas Municipais adquiriam enorme transparência nas folhas daquele pequeno jornal. Não raras vezes, espaços eram concedidos aos moradores da cidade, para que manifestassem seu descontentamento em relação ao trabalho efetuado pelos fiscais do município, ou fizessem reivindicações de melhorias para suas ruas ou bairros, ou até mesmo reclamações sobre vizinhos que relutavam no cumprimento das Posturas da cidade. Um espaço do jornal "A Vida", intitulado "Secção Livre" trazia sempre alguma recomendação dos moradores daquela cidade como, por exemplo, este endereçado à Câmara Municipal:

A ' Camara

---

<sup>188</sup> Foram consultados 52 números desses periódicos entre os anos 1887 e 1890 e, na maioria das suas edições, o jornal "A Vida" vinha interpelando o poder público da cidade, reivindicando melhorias e reclamando da alta dos impostos cobrados.

*" Pede-se a mesma acima que mande abrir um caminho que partindo do Rio abaixo e atravessando a chacara do Pilão Velho, venha ter as proximidades desta Cidade; visto ser esta via de grande commodidade para os moradores das margens do Parahiba".*<sup>189</sup>

*Os Rio-baixenses.*

Abrir caminhos ou procurar por eles parece ter sido a marca daquela urbe. Caminhos cortando as tantas chácaras e sítios que formavam o município daquela pequena cidade... Na mesma seção, logo abaixo, uma outra reivindicação vinha expor outro grande problema da cidade, que eram os formigueiros:

*Formigueiros*

*" Existindo no potreiro de Nho Bino Miguel, morador nesta, diversos formigueiros; e o mesmo, só por espirito de fazer mal ao proximo, não os querendo matar rabujando mesmo quando o Sr. Fiscal dá correcção em seus dominios; pedimos aos Snrs.Camaristas que fassam aquelle Sr. comprehender que a lei é igual para todos*  
".<sup>190</sup>

*Os visinhos victimas das formigas.*

Nos dizeres acima, havia a formulação clara de um pedido à Câmara Municipal, efetuado por moradores da cidade, para que ordens quanto à

---

<sup>189</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

<sup>190</sup> Idem, ibidem.



extinção dos formigueiros fossem efetivadas. No entanto, em muitas outras reclamações, estas reicidiam sobre a má atuação dos Fiscais do Município. Eram constantes, no jornal "A Vida", reclamações sobre a não-extinção dos formigueiros do local. Parece que as formigas tinham vida longa naquelas terras.<sup>191</sup> Em uma dessas contendas travadas com a Câmara Municipal e seus fiscais, o boticário Antero Madureira, através de um artigo intitulado "O Fiscal", emite claramente a opinião daquele órgão sobre o trabalho tido como incompleto dos fiscais do município:

*" Dedicada aos interesses geraes, não pode o nosso pequeno jornal deixar de aplaudir e muito a proposta que o vereador Gonçalves de Freitas, apresentou ultimamente a nossa illustre edilidade, referente a prompta extincção dos formigueiros que existem nos limites desta cidade... Havendo posturas municipais sobre o caso, e estando portanto o Sr. Fiscal autorizado antecipadamente a fazer tal serviço, afiguramos pelo modo de ser da proposta do Sr. Freitas, que aquelle empregado da Camara não tem a risca cumprido com os deveres inherentes a seu cargo..."<sup>192</sup>*

Colocações como as que sugerem as frases ditas acima são indicativas da provável força política que, em alguns momentos, certamente detinha aquele jornal. Ao chamar a atenção do "Sr. Fiscal" por

---

<sup>191</sup> Em várias ocasiões o jornal "A Vida" chegou a publicar Atas da Câmara onde a questão relativa à grande quantidade de formigueiros existentes na cidade era tema de discussão entre os senhores camaristas.

<sup>192</sup> Jornal "A Vida", 1 de Dezembro de 1887, artigo intitulado "O Fiscal".

não cumprir com seu dever, o boticário Antero chama-o de "empregado da Camara", conferindo ao poder público da cidade parte da responsabilidade por este procedimento. Não apenas isso, mas também sendo irônico com as palavras, ou seja, agradecendo ao vereador pela formulação de uma lei que já existia nas Posturas da cidade...

São vários os espaços que vão se abrindo naquele periódico, onde cobranças efetuadas por moradores da cidade em relação à Câmara - e mesmo o discurso do próprio jornal - evidenciam a consciência destes moradores sobre a função da Câmara Municipal. Se a ingerência do poder público vinha se tornando cada vez mais frequente na vida das pessoas daquele município, torna-se também maior a vigilância dos moradores em relação à organização e competência do poder institucionalizado.

A ironia presente no artigo do jornal, demonstra a preocupação de trabalhar os temas com a relativa autonomia adquirida por aquela pequena imprensa junto à comunidade local. Em uma seção intitulada " Petições Noticiosas", de novembro de 1887, algumas anedotas mostram isso:

*" Temos sobre a meza as seguintes Petições Noticiosas": " Varios Assignantes - pedindo que convidem o fiscal a matar os formigueiros : Indefferido: não costumamos estimular ninguem contra os ENTES que lhe são caros". Ou,*

*" Um eleitor - pedindo que se limpem ou carpam as ruas desta cidade: Indefferido: Por isso que precisamos de pastagens para os porcos, cabritos, bois, que por ahi vagueiam".<sup>193</sup>*

---

<sup>193</sup> Jornal "AVida", 1 de Dezembro de 1887.

Conforme já vem sendo apontado, através da leitura do jornal " A Vida", torna-se possível encontrar uma São José dos Campos cheia de contendas. As páginas daquele jornal evidenciam a existência de alguns moradores dispostos a empreender jornadas pela manutenção de dispositivos que as leis internas daquela cidade traziam expressas, leis que certamente significavam a vontade de grupos sociais existentes naquela localidade.

De acordo com fontes analisadas, a cidade de São José dos Campos tinha, nas suas lavouras de café, a presença significativa do pequeno e médio proprietário<sup>194</sup>. Conforme o Relatório de Qualificação de Votantes de São José dos Campos, em 1875, a grande maioria da população votante daquela cidade era constituída por lavradores.<sup>195</sup> No entanto, ao analisar a população votante da cidade entre 1871 e 1875, percebe-se que, junto com o crescimento dos cidadãos votantes representantes da lavoura, um outro grupo de moradores, os negociantes da cidade, vinha crescendo e participando como cidadãos qualificados para o pleito eleitoral daquela municipalidade.

Embora a documentação relativa à Qualificação de Votantes da cidade de São José dos Campos se encontre fragmentada - só foi possível consultar o Relatório de Votantes entre os anos de 1871 e 1875 - a pesquisa em outras fontes documentais possibilitou a interpretação de que, possivelmente o comércio - e com ele o negociante - vinha crescendo na

---

<sup>194</sup> As Certidões de Nascimentos consultadas - entre 1875 e 1877 - apontam para um considerável contingente de moradores vindos de outras localidades. As Ações Cíveis analisadas durante as décadas de setenta e oitenta também fornecem preciosas pistas neste sentido. Os Inventários e Testamentos, por sua vez, possibilitaram uma leitura bastante precisa neste sentido. Ver relação de fontes anexa.

<sup>195</sup> Relatório de Qualificação de Votantes do Município de São José dos Campos 1871 / 1875 Tombo 000040 Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

cidade de São José dos Campos, durante as décadas de setenta e oitenta do séc. XIX.<sup>196</sup>

Eram negociantes ligados ao comércio local, aos negócios com a venda e exportação do café, com o provável comércio de venda e locação de escravos - como a leitura de algumas fontes sugerem -<sup>197</sup> tudo levando a crer que aquele grupo de moradores estaria entre os que vinham crescendo paulatinamente, conquistando um lugar junto aos mais poderosos do local, ou seja, junto aos maiores fazendeiros e coronéis da cidade.

São José dos Campos vinha se caracterizando como terra de muitos proprietários. Uma urbe onde campo e cidade se misturavam, não só nas evidências que caracterizavam suas peculiaridades, como também na formação do próprio comércio local, onde a lavoura se constituía num dos seus grandes alicerces. A cidade de São José, embora muito ligada ao campo, vinha demonstrando - pela muitas Ações Cíveis encontradas durante as décadas de setenta e oitenta - que muitos de seus moradores não relutavam em acionar judicialmente aqueles que os ameaçassem em seus direitos e benefícios, fossem negociantes ou lavradores. Um estudo mais aprofundado sobre o tema ainda precisa ser feito, possivelmente ligando essa característica da cidade de São José dos Campos a outras

---

<sup>196</sup> A consulta às fontes possibilitou tal indicação pelas muitas Ações Cíveis promovidas para pagamento de Dívidas - onde grande parte dos autores eram negociantes - pela leitura de alguns Inventários, e com a indicação objetiva do Relatório de Qualificação de Votantes entre 1872 e 1875. Ver relação de fontes em anexo.

<sup>197</sup> Em algumas Ações onde aparece a figura do intermediário na locação de serviços de escravos, esses intermediários são designados como negociantes da cidade, e, em duas dessas ações os escravos alugados em São José são oriundos de outras localidades, como a cidade de São Bento do Sapucaí. Maria Sylvania de Carvalho Franco trabalha com a concepção de que vários tipos de negócios paralelos teriam se originado como alternativa possível entre os pequenos comerciantes, no mundo escravista. FRANCO, Maria Sylvania. op. cit. pág.170/183. Ver relação de fontes anexa.

idades valeparaibanas vizinhas, possibilitando assim um estudo temático mais abrangente.<sup>198</sup>

O jornal do Sr. Antero Madureira deixava claro que alguns grupos de moradores daquela cidade tinham plena consciência de serem, em boa medida, responsáveis por parte da arrecadação para os cofres públicos daquele município. Em uma de suas contendas com a Câmara Municipal, o articulista, em artigo no jornal "A Vida", ao reclamar das obras efetuadas no Largo do Mercado - obras consideradas supérfluas e onerosas para a receita pública - usa como argumento principal sua condição de contribuinte, preocupado, portanto, com o destino dado às verbas públicas:

*" Consta-nos ainda que se pretende fazer mais alguma coisa para completar a obra do Largo do Mercado... Não nos oppomos a isso porê[m] como contribuintes que somos do cofre publico<sup>199</sup>, seja-nos licito tambem dar a nossa opinião a respeito"<sup>200</sup>.*

Segundo relato do jornal "A Vida", em finais da década de oitenta do séc. XIX, a Câmara Municipal de São José dos Campos aumenta o valor dos impostos cobrados dos moradores da urbe. A alta na cobrança de impostos, aliado ao fato de existirem na cidade de São José muitos pequenos proprietários e comerciantes, faz com que o jornal "A Vida" - sendo este órgão representante do setor - comece a cobrar mais da Câmara

---

<sup>198</sup> Cláudio Bertolli Filho, em um artigo intitulado: *Entre o regional e o nacional: o vale em questão*, questiona a necessidade de um estudo sobre o Vale do Paraíba de maneira global e não de forma fragmentada e ufanista como vem acontecendo. BERTOLLI FILHO, Cláudio. op.cit. pág.24.

<sup>199</sup> Grifos meus

<sup>200</sup> Jornal "A Vida", 1 de dezembro de 1887, artigo intitulado "O Largo do Mercado".

e dos Fiscais do Município, por se sentirem "contribuintes do dinheiro público", portando mercedores de serem ouvidos em sua reivindicações. Querer opinar sobre os rumos de uma cidade é se saber importante o suficiente na condução política de uma localidade.

Nesses embates com a Câmara, o jornal "A Vida" mostra-se ora se posicionando favorável aos menos privilegiados da cidade - como no caso da Rua dos Bambus em que o poder público é denunciado pelo jornal como conivente com a situação de penúria daqueles moradores -<sup>201</sup> ora reclamando dos gastos da Câmara com o valor da diária, considerada elevada, paga a trabalhadores pelos serviços prestados à feitura de caminhos.

Exemplificando melhor, no editorial onde as reformas no Largo do Mercado são contestadas pelo jornal "A Vida" - por serem consideradas desnecessárias e onerosas - o articulista sugere que um melhor uso teria sido feito do dinheiro público, se este fosse utilizado para melhorias com a Rua dos Bambus, ou com obras na Ladeira do Parahyba, conferindo um sentido utilitário ao uso daquele dinheiro:

*" Não seria mais util, mais logico que o dinheiro que se gastou com aquelle disparate ( disparate sim; porque nenhum outro qualificado se ajusta melhor ao que se fez naquella praça ) fosse gasto na Ladeira do Parahyba afim de evitar que entrando as aguas, se perca todo*

---

<sup>201</sup> O artigo intitulado *A Enchente da Rua dos Bambus* foi publicado no jornal "A Vida", em 15 de Novembro de 1887. Nesse artigo, o jornal denuncia a falta de interesse do poder municipal com os pobres moradores daquela rua, que vinham sendo vitimados pelas chuvas e consequentes enchentes do local. O boticário Antero chega até a formular um projeto para a resolução do caso, que se constituiria na "mudança do curso das águas", para livrar a "gente pobre do local" do infortúnio das enchentes.

*serviço ali principiado, maximê quando é sabido que aquella representa a parte mais tranzitada deste lugar... Não seria mais racional, mais humano mesmo que esse dinheiro fôsse dispensado em proveito dos moradores da Rua dos Bambus, afim de que não se vissem nas duras immergencias em que se viram ultimamente, e que falamos em nosso jornal...<sup>1202</sup>*

Um jornal que se preocupa com os gastos públicos, certamente representa um grupo social da cidade que sabe de onde vem aquele dinheiro. O embelezamento da cidade é algo reivindicado por aquele jornal, porém desde que ligado a um fim prático e de retorno rápido aos moradores do local.

Em outra de suas querelas com a "Ilustre Edilidade" da cidade de São José dos Campos, o boticário Antero Madureira deixa mais claro as questões ambíguas que tanto nortearam o discurso daquele jornal. Em um editorial de 15 de dezembro de 1887, intitulado "A Camara", onde o jornal revê seu posicionamento duro em relação a ela - considerando-se, no entanto, correto quanto às causas que o levam a isso - um fecho, nesse sentido, é bem esclarecedor:

*" Agora mesmo chega-nos as mãos uma informação que nos diz haver trimestre em que se gasta de 150\$ a 200\$ réis com a conservação das ruas desta e isto por que em vez dos*

---

<sup>202</sup>Jornal "A Vida", 1 de dezembro de 1887.

*trabalhadores receberem o jornal de dois ou três dias, que é o que trabalham durante a semana, recebem o dobro como se trabalhassem a semana toda. Assim sendo como nos calar?...Não! nós não somos injustos; simplesmente os defensores de um povo victimado por centenaes de impostos que a titulo de beneficios proprios, lhes lança sobre os hombros, mas que jamais elle uzuifruirá. É esse o nosso modo de ver, até prova em contrário ".<sup>203</sup>*

Portanto, a grande questão com a Câmara Municipal era, com certeza, motivada pelos altos impostos que a referida instituição vinha cobrando. E, pelo que indica a reivindicação do jornal "A Vida", impostos cobrados a título de " benefício próprio", provocando ainda mais indignação entre os moradores contribuintes do local.

Se o caso da Rua dos Bambus foi merecedor de tanto espaço naquele pequeno jornal, onde o boticário Antero defendeu *"a gente pobre do lugar"* para que recebessem a devida atenção dos senhores camaristas, o mesmo não acontece com os trabalhadores ganhadores de jornais ( ganhadores de diárias), a serviço da conservação das ruas daquela cidade. É que neste caso, o dinheiro público utilizado seria com o pagamento de jornais, não simplesmente com mais uma obra para ruas da velha urbe.

Algumas coisas pode-se depreender disso. Por que o " pagar em dobro" para o serviço dos trabalhadores incomodava tanto? Acaso o dinheiro utilizado na pleiteada reforma da Rua dos Bambus não seria

---

<sup>203</sup> Jornal "A Vida", 15 de Dezembro de 1887.



também provindo de recursos públicos? Dinheiro oriundo de impostos? Talvez "pagar a mais" em tempos de escravidão - e, pior, em tempos onde a possibilidade do trabalho assalariado já estava em andamento - significasse um precedente perigoso. Afinal, aquele periódico mais uma vez teria razão...

No jornal "A Vida", o trabalhador escravo da cidade de São José só tem mais espaço que os formigueiros ou fiscais da Câmara, quando o movimento abolicionista começa a ameaçar as lavouras e o bom andamento comercial da cidade. A partir de janeiro de 1888, as contendas com a Câmara se intensificam, só que, tendo como eixo principal as preocupações com a lavoura, associadas com a provável falta de braços que ela teria de enfrentar com a emancipação do trabalho escravo.<sup>204</sup>

A partir daí, como que impulsionado por um novo desafio, o jornal "A Vida", que era quinzenal, passa a circular semanalmente. Era o mês de janeiro de 1888. Ano em que muitos embates se travam na cidade de São José dos Campos. Ano em que a cidade se denuncia. A partir desse momento, além das notícias e editoriais que são veiculados constantemente, enfocando os problemas da lavoura do café e a desorganização do trabalho escravo naquela cidade, o periódico ganha vida nova, circulando em várias redações de jornais do país inteiro, bem como trazendo notícias desses outros jornais à modesta tipografia do boticário Antero.<sup>205</sup> Tempos em que outros sujeitos históricos passam a percorrer as páginas daquele jornal, como escravos e agricultores, que, junto à "Ilustre

---

<sup>204</sup> Ver sobre o tema: AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*. op.cit. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico* op. cit. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. op. cit. MACHADO, Humberto M. *Escravos, senhores & café*. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993.

<sup>205</sup> A partir do mês de janeiro de 1888, uma nova seção surge no jornal, intitulada "Visitas", onde são citados jornais de várias localidades do país que chegam ao jornal "A Vida", provavelmente como cortesia ou retribuição.

Edilidade" do município são também cobrados como responsáveis pelo bom andamento do comércio daquela cidade...

### 3 - DE LAVOURA E LAVRADORES

De acordo com a historiografia clássica, a lavoura cafeeira no Vale do Paraíba teria surgido na região fluminense em torno de 1820 e a partir daí se disseminado por todo o Vale do Paraíba Paulista, sendo que, em finais da década de trinta, algumas cidades valeparaibanas como Areias, Lorena, Guaratinguetá, Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté se tornam importantes núcleos de produção cafeeira e com uma grande quantidade de trabalhadores escravos. A partir do fim da década de setenta, essa lavoura intensifica-se cada vez mais na região do Oeste Paulista, onde cidades como Campinas, São Simão, Ribeirão Preto e outras próximas, conquistam de maneira acelerada, cafezais, escravos e riquezas.<sup>206</sup>

A cidade de São José dos Campos, próxima à Jacareí, Caçapava, Santa Isabel, Jambeiro, Paraibuna e Taubaté, com certeza nunca mereceu lugar de destaque entre as cidades valeparaibanas produtoras de café, de finais do séc. XIX. Embora apresentando um quadro de crescimento na produção cafeeira entre 1850 e 1886 ( sendo 1886 o seu ápice ),<sup>207</sup> a cidade de São José daqueles tempos não chegou a conhecer os famosos barões do

---

<sup>206</sup> Sobre o tema: STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1967. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. op.cit. MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias : A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1981 ( Coleção Monografias ). BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1968. MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano: na bacia do rio paraíba*. op. cit.

<sup>207</sup> Dados encontrados em Resenha de Atas da Câmara de São José dos Campos, organizado por Marcondes Cabral - Tais dados foram colhidos de estatística elaborada por Pedro Daniel Muller. Referências a tais dados se encontram também em Wanda Moreira Magalhães. op.cit. Dados semelhantes foram encontrados em MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. op. cit.

café do Vale do Paraíba, ou mesmo grandes e poderosos coronéis, que chegavam a comandar toda uma região.<sup>208</sup>

A documentação consultada indica que a cidade de São José dos Campos vinha se constituindo, e formando seus cafezais, pela presença bastante numerosa de pequenos e médios lavradores. Sitiantes e "meeiros" povoavam aquelas paragens em grande quantidade.<sup>209</sup> A cidade de São José possuía também seus coronéis, seus grandes fazendeiros, seus negociantes em ascensão, mas, certamente, nenhum deles com a característica de um mandatário local que ultrapassasse os limites daquela municipalidade.<sup>210</sup>

Provavelmente seja essa uma peculiaridade das lavouras de café de São José dos Campos de finais do séc. XIX. Mesmo as maiores fazendas não deveriam ter as dimensões que as grandes fazendas dos barões do café, tiveram nos áureos tempos da cafeicultura, no Vale do Paraíba Paulista. O número de escravos encontrados nos Inventários e Testamentos das décadas de setenta e oitenta da cidade de São José dos Campos é um indicativo dessa característica. A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas.<sup>211</sup> Alguns

---

<sup>208</sup> Um dos poderosos coronéis da região valeparaibana próxima a São José dos Campos foi o coronel da cidade de Jacareí, João da Costa Gomes Leitão, que, em uma Ação Cível encontrada por essa pesquisa, consegue a hipoteca de uma fazenda em São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>209</sup> As numerosas Ações Cíveis, Ações de Divisa de Terras, Libelos, Registros de Certidões de Nascimentos, Inventários e Testamentos revelam a presença de pequenos e médios proprietários de terra. Ver relação de fontes anexa.

<sup>210</sup> São muitas as indicações do poderio regional exercido pelo cafeicultor e escravocrata de Jacareí João da Costa Gomes Leitão. Ver: LENCIONI, Benedicto Sérgio. *O negro na história de Jacareí : da senzala ao preconceito*. Aparecida, S.P: B.S. Lencioni, 1989 pág. 65 / 69. "Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy" Edição : Indústrias de Papel Simão S.A. Pesquisa: Prof. Ivana de Souza e Prof. Cláudio Bertolli Filho, 1990, pág.39.

<sup>211</sup> Apenas um Inventário de grandes proporções foi encontrado. O Inventário da Sra D.Antonia Amelia Van - Herven, viúva do Tenente Coronel Eduardo Seixas Van - Herven, proprietário da Fazenda Santo Agostinho. A fazenda estava parcialmente hipotecada e o Inventário acaba tendo um curso longo e tumultuado. No entanto, a leitura do documento mostra a relação de grande quantidade de escravos existentes na fazenda entre 1875 e 1886. Este documento não pôde ser aproveitado por essa pesquisa pelo fato de a Fazenda Santo Agostinho fazer divisa com o município de Santa Isabel, e a maioria dos escravos

poucos proprietários chegavam a contar com o trabalho de 30 escravos em suas lavouras. Isso sem considerar que uma grande quantidade de Inventários, indicam a existência de sítios com apenas 3 ou 5 trabalhadores escravos em suas lides, ou seja, sitiantes e pequenos proprietários.<sup>212</sup>

O que parece ficar claro - dada a peculiaridade da existência de pequenas e médias lavouras em São José dos Campos - seja talvez o destaque adquirido pelas firmas de beneficiamento de café, algumas ligadas à exportação do produto, que certamente se encontravam entre o ramo de negócio mais lucrativo do município. Para tais máquinas deveria ser levada, toda a produção do município, dividida entre pequenas, médias e grandes produções. A grande diferença iria naturalmente aparecer no montante da produção, com o consequente benefício para o comércio local.<sup>213</sup>

Talvez essa relação entre lavoura e comércio explique a frequência com que o boticário Antero Madureira publicava, a partir de janeiro de 1888, artigos que tinham como tema as possíveis consequências que a abolição dos escravos traria para a economia da cidade. O jornal "A Vida" revelou-se, portanto, uma fonte importante para se compreender como era percebida, na cidade, a questão da liberdade do trabalhador escravo.

---

se encontrarem matriculados no referido município. Para a utilização de tal documento como fonte de dados para essa pesquisa, seria necessário uma investigação no município de Santa Isabel, o que não contaria dos objetivos desse trabalho.

<sup>212</sup> Foram pesquisados 29 Inventários relativos à década de 70 e 80 do séc. XIX. Vinte desses documentos contêm, em suas relações de bens inventariados, sítios, chácaras, juntas de bois e cavalos, nenhuma louça ou prataria, e uma relação de 3 a 5 escravos ( às vezes até menos ) Todos, porém, tinham suas "roças de café plantado", espalhados em sítios da região. Primeira Vara Cível do Fórum de São José dos Campos. Ver relação de fontes anexa.

<sup>213</sup> A existência das "máquinas de beneficiar café", foram constatadas, em primeiro lugar, no jornal do Sr. Antero Madureira e em alguns Inventários. Ver relação de fontes anexa.

Num único artigo, enfocando especificamente a questão da lavoura, o jornal "A Vida" recomenda aos lavradores de São José, a diversificação de seus produtos e que, "*nas imensas áreas devastadas pela inepcia dos lavradores*" fosse cultivado o pinheiro ou pinhão, como possibilidade de uma outra cultura.<sup>214</sup> A partir dessa data estes dois temas, a lavoura de café e a emancipação dos escravos, aparecem em muitos outros artigos, o que indica a preocupação de setores da sociedade com os problemas que a abolição poderia trazer para a economia do município:

*" O elemento servil agita-se momentaneamente em todo o solo brasileiro, pátria de um futuro imenso. E convem que os lavradores resolvam o problema da melhor forma para não afugentarem os braços dos ex-cativos...Para o interesse do comercio convem a abolição completa e immediata".*<sup>215</sup>

Nesse primeiro enfoque sobre a questão do trabalho escravo, o jornal "A Vida" não deixa dúvida sobre a importância que este tipo de trabalho tinha para o comércio local. Assim, resolver logo a questão da emancipação dos escravos significaria, na opinião do jornal, a possibilidade de revitalizar o trabalho nas lavouras, evitando que a demora na busca de uma solução trouxesse consequências para o comércio de São José dos Campos, tão dependente do bom andamento da agricultura cafeeira da região.

---

<sup>214</sup>Editorial do dia 5 de fevereiro de 1888. Jornal "A Vida".

<sup>215</sup> Jornal "A Vida", 5 de fevereiro de 1888.

A partir de janeiro de 1888, o boticário Antero Madureira denuncia, também, através de seu jornal, que alguns moradores da cidade começam a se retirar do município, em busca de locais considerados mais prósperos, os quais ofereciam possibilidade de enriquecimento rápido, de acordo com aquele periódico:

*"São Simão! Ribeirão Preto! Cravinhos! eis a palavra mágica, eis o imã que tem polarizado centenas de individuos que, como tribos nomades abandonam tudo, tudo esquecendo, seguem caminho de uma riqueza rápida, instantanea e incalculavel, sem pensarem que, como aqui, lá como em toda parte, a luta pela vida continua, a relatividade infallivel, e que quanto maior o clarão mais enganador é o seu efeito. os lugares acima referidos estão em relação directa hoje como em outros tempos estiveram para os nossos antepassados as luminosas minas de prata, ouro e preciosas pedrarias...Entretanto ainda hontem, todas as boccas diziam ser a nossa pequena cidade uma das praças mais commerciais do Norte de S. Paulo. E hoje? hoje o que vemos e com fartura são os impostos os mais pezados, os mais exagerados a mãos cheias lançados sobre a lavoura, industria e commercio".*<sup>216</sup>

---

<sup>216</sup> Jornal "A Vida", 12 de fevereiro de 1888.

Numa primeira leitura, a questão dos impostos considerados abusivos é o que parece nortear a campanha do jornal. Nesse sentido, mais uma vez a Câmara Municipal seria a maior responsável pelos dissabores pelos quais vinham passando alguns grupos sociais daquela municipalidade.

Logo depois de iniciar a campanha pela lavoura de São José dos Campos - e denunciar o desalento da cidade - o jornal "A Vida", começa a publicar periodicamente os nomes dos homens que, com suas famílias, começam a sair de São José em busca de locais que, segundo o boticário Antero, iriam oferecer melhores possibilidades de trabalho e negócios. Dos sete nomes encontrados no jornal, e feita a consulta ao Relatório de Qualificação de Votantes de 1875<sup>217</sup>, chegou-se à seguinte conclusão: dois desses homens eram negociantes, um era lavrador, três eram artistas (artesãos) e um deles não constava do mesmo Relatório até então. Por que essas pessoas estavam saindo de São José? Segundo o jornal "A Vida", a resposta para tudo estava no aumento dos impostos cobrados pelo poder público daquele município. O editorial do dia 19 de fevereiro de 1888, em que o mesmo assunto é abordado, diz o seguinte:

*"Não é nossa intenção criminal individualmente pessoas ou coletivas, mas simplesmente dizer que as ocasiões apropriadas para esse carregamento de impostos e multas já se passou e perde-se na noite em que o nosso município era apontado por todos os demais como uma fonte de riquezas...e não hoje que vai*

---

<sup>217</sup> Relatório de Qualificação de Votantes do Município de São José dos Campos 1871 / 1875 Tombo 000040. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.



*passando por uma evolução retroactiva que a todos amedronta, devido a falta de braços para a lavoura, devido as retiradas em massa dos nossos municipais em busca de melhores climas...a nossa Edilidade tem procedido para com os municipais deste termo, tanto que não é raro vermos pessoas da classe menos favorecida da fortuna retirando daqui porque os seus haveres não suportam o pezo dos tributos lançados sobre suas profissões".<sup>218</sup>*

Portanto, a partir dos artigos publicados no jornal "A Vida" fica clara a opinião do Sr. Antero Madureira a respeito da alta dos impostos cobrados pela Câmara, a qual seria a causa que explicaria a retirada de algumas pessoas da cidade. O boticário Antero argumenta ainda que os mais atingidos teriam sido pessoas das classes menos favorecidas, os quais estariam saindo da cidade por não conseguirem dar conta dos impostos e multas cobrados abusivamente.

Outra questão interessante foi a repercussão negativa que teve o editorial do jornal "A Vida" de 5 de fevereiro, quando o boticário Antero começa a tratar da questão da lavoura e, ao sugerir uma diversificação na agricultura, refere-se às terras de São José como "*immensas areas devastadas pela ineptia dos lavradores*". Respondendo a má aceitação que tais dizeres tiveram entre os moradores da cidade, o Sr. Antero Madureira argumenta, no dia 4 de março, o seguinte:

---

<sup>218</sup> Jornal "A Vida" 19 de fevereiro de 1888.

*"Nunca "A Vida" atribuiu a falha de café e transformação do trabalho agrícola o estado em que se encontra esta cidade, mas sim a ambição excessiva e a falta de amor de diversos agricultores a este lugar onde juntaram capitães mais ou menos avultosos... Nunca a "A Vida" desejou riscar o lugar que ocupa o nosso município da carta geográfica ...O mais que poderia "A Vida" desejar aos Sr. Edis d 'esta, era o que tanta gente deseja ao Sr. D. Pedro II sem criminalidade alguma - pol - o fora do poleiro..."<sup>219</sup>*

O que parece ir ficando claro é que a lavoura daquela cidade contava quase que unicamente com o trabalhador escravo nas lides com suas terras. Ou pelo menos isso se intensificou a partir da década de oitenta. Nos Inventários datados de meados da década de oitenta, praticamente todos os escravos relacionados naqueles documentos - homens e mulheres - estavam trabalhando nas lavouras de café daquele município.<sup>220</sup> Alguns documentos encontrados sobre locação de serviços - escravos alugados de outras localidades e trabalhando na cidade de São José - também são relativos a essa data.<sup>221</sup> Sabe-se que a colheita do café aconteceria em julho e a provável diminuição de trabalhadores para aquela lavoura certamente vinha atemorizando o comércio e agricultura da cidade.

---

<sup>219</sup> Jornal "A Vida", 4 de março de 1888.

<sup>220</sup> Conforme dados encontrados nos Inventários utilizados pela pesquisa. Ver tabela X.

<sup>221</sup> Embora só três Ações tenham sido encontradas tratando do assunto de locação de serviços, durante a década de oitenta, não deixa de ser uma indicação. Ver relação de fontes anexa

No dia 19 de fevereiro de 1888, quando o jornal "A Vida" inicia sua campanha em prol da lavoura de São José, sai publicada uma Ata de reunião da Câmara Municipal, onde são discutidas e aceitas as propostas de vereadores da cidade, reivindicando verba para a lavoura do município:

### Propostas

*" 1 - Do Vereador Gonçalves de Freitas, Francisco Rafael e Ferreira Lima para que se represente a Assembléa Provincial, pedindo uma verba de 10:000\$000 para estabelecer-se um nucleo agricola nos campos deste municipio, em vista das bôas qualidades das terras.*

*2 - Do mesmo, que se convide os possuidores de escravos para uma reunião que terá por fim a libertação dos mesmos no prazo de um anno; e estabelecer-se o imposto de 30\$000 sobre cada escravo de 25 de dezembro em diante, com fim especial.<sup>222</sup>*

Pelo conteúdo da Ata acima fica evidente que alguns grupos daquela cidade sentiam a necessidade de resolver o problema de "braços para a lavoura", com a criação de um Núcleo Agrícola, para só depois - e bem depois, aliás - conceder liberdade aos escravos do município. O que ocorria, no entanto, sendo bastante abordado no jornal "A Vida", é que uma boa parcela de trabalhadores escravos daquela cidade - assim como no restante da Província - já vinham fugindo e deixando os campos daquele município, desorganizando o trabalho, motivando, certamente, o início da campanha movida pelo referido jornal. Esse tema, relativo à abolição e

---

<sup>222</sup>Jornal "A Vida", 19 de fevereiro de 1888.

desorganização do trabalho escravo na cidade de São José, é abordado, especificamente, no próximo capítulo.<sup>223</sup>

No dia 10 de junho de 1888, o jornal "A Vida" publica um editorial conclamando a Câmara Municipal da cidade a isentar de impostos - ao menos provisoriamente - lavradores de café do município, dado o momento pelo qual estavam passando, às vésperas da nova colheita de café, e a frente do maior inimigo da lavoura - no dizer do próprio jornal - a terrível falta de braços:

*"Dedicado aos interesses do municipio antes que a qualquer outro, como é o nosso pequeno orgãm de publicidade, e sendo o café incontestavelmente o genero de lavoura que mais vitalidade tem dado a este lugar, como é tãobem o genero que mais tem sofrido e ha de soffrer com a evolução pela qual está passando a lavoura do nosso paiz, sem quebra dos principios de amor que votamos a esta localidade, nunca nos poderiamos furtar a defender os interesses da classe que entre nos se dedica a lavoura, a lavoura do café com especialidade, que é, como acima dicemos, a fonte de vitalidade deste lugar...Parece-nos que um tal apelo não é de todo dezarrazoado, podendo mesmo ser de muita*

---

<sup>223</sup> Ver: MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho-luta-resistência nas lavouras paulistas 1830/1888*, São Paulo, Brasiliense, 1987. Idem *O plano e o pânico : movimentos sociais na década da abolição* Op. cit. AZEVEDO Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*. op. cit.

*vantagem para a lavoura e para o commercio de café entre nos".*<sup>224</sup>

Provavelmente a lavoura e o comércio de São José tenham se ressentido com a desorganização do trabalho escravo naquela cidade. Não foi possível localizar outras fontes que pudessem mostrar como andavam os campos de São José. No jornal do Sr. Antero Madureira, uma única vez foi mencionada a possibilidade de "terras desgastadas" por aquelas paragens, sendo que, tal menção foi duramente combatida por moradores da cidade.<sup>225</sup> Se a crise aconteceu, tudo leva a crer que foi pela falta do trabalhador escravo, muito mais do que pelo cansaço da terra.<sup>226</sup>

Logo após a emancipação dos escravos, exatamente no dia 20 de maio, quando a abolição oficial estava sendo comemorada pelo jornal "A Vida", começa a circular, naquele periódico, um anúncio da venda de uma fazenda, sem dúvida bastante instigante :

*"Vende-se nesta cidade uma fazenda com 60 mil pés de café novos e dando, d 'aqui a uma legua - Tratar com C. Leite Machado.*<sup>227</sup>

O Coronel Leite Machado estava entre os nomes citados no jornal "A Vida" como um dos maiores fazendeiros daquela cidade. Sessenta mil

---

<sup>224</sup> Jornal "A Vida" 10 de junho de 1888.

<sup>225</sup> Em editorial do dia 19 de fevereiro de 1888, o boticário Antero Madureira relata que o seu jornal foi duramente qualificado de "exagerado" e sofrido o abandono público, ao considerar algumas áreas de São José dos Campos "desgastadas".

<sup>226</sup> É possível refletir sobre a grande dependência do trabalho escravo, com o qual contavam as lavouras de café da cidade de São José dos Campos.

<sup>227</sup> Jornal "A Vida", 20 de maio de 1888.

pés de café novos e dando<sup>228</sup> não estariam certamente à venda por qualquer motivo. O que se pode supor é que cafés novos precisavam de boas terras. Só não poderiam mais contar com os braços daqueles homens e mulheres escravos, trabalhadores que tanto vinham enriquecendo lavoura e lavradores daquela cidade...

---

<sup>228</sup> Grifos meus.

## CAPÍTULO III

### SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NOS TEMPOS DA ABOLIÇÃO

*"Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo".*

*Walter Benjamin*

## 1 - "NÃO SEJAMOS OS ÚLTIMOS"!

Dentro da historiografia brasileira sobre a abolição da escravidão, apesar das diferentes abordagens que são conferidas ao tema, o que parece consenso entre praticamente todos os estudiosos do assunto é que o movimento abolicionista tenha se intensificado a partir de 1880.<sup>229</sup>

Maria Helena Machado, em trabalho recente, estuda o abolicionismo a partir da ótica de movimentos sociais desencadeados durante a década de oitenta do século XIX, engendrados principalmente por escravos, abolicionistas, libertos, os quais recebem o apoio das camadas mais populares da sociedade. Movimentos que tiveram características diferenciadas conforme cada região ou local em que tais ações foram se instalando.<sup>230</sup>

Segundo a autora, o movimento mais radical - com o conseqüente abandono e fugas das fazendas - teria partido de Campinas e todo o Oeste Paulista, para só ganhar a dimensão de radicalismo no Vale do Paraíba Paulista a partir de 1887. De acordo com a autora, a região valeparaibana paulista teve, como ação abolicionista mais utilizada, os caminhos jurídicos.<sup>231</sup> No entanto, a pesquisadora mostra a época em que o movimento mais radical teria irrompido de forma violenta nas cidades valeparaibanas :

---

<sup>229</sup> Ver,entre outros: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. op.cit. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. op.cit.

<sup>230</sup> MACHADO, Maria Helena. op.cit. pág.68 /85.

<sup>231</sup> Idem, ibidem, pág.61.



*"...Tendo sido a região de Jacareí um dos redutos escravocratas mais ferrenhos, a ação abolicionista direta teve que aguardar até meados de 1887. Apenas em agosto deste ano, num golpe ousado, um grupo de abolicionistas invadiu algumas fazendas, libertando um grande número de escravos. O fato ganhou extrema popularidade, sobretudo porque redundou na abertura de um processo de sedição, no qual foram enquadrados 25 dos mais conhecidos abolicionistas locais".<sup>232</sup>*

Embora São José dos Campos seja próximo de Jacareí, fazendo divisa com a referida cidade, essa pesquisa não encontrou nenhum vestígio documental que pudesse mostrar o envolvimento de abolicionistas de São José em tal movimento. Talvez uma investigação maior sobre o fato possa trazer à tona nomes até agora ignorados pela história local.

Para se tecer algumas considerações sobre o processo abolicionista em São José dos Campos, a fonte principal serão as páginas do jornal "A Vida", as quais possibilitam uma leitura instigante daquela pequena cidade valeparaibana, daquela até então *"promissora cidade do norte da Província"*, sem dúvida um dos ferrenhos redutos escravocratas da região.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> Idem, ibidem, pág.61.

<sup>233</sup> Atráves da leitura do jornal "AVida" foi possível verificar o quanto a cidade de São José dos Campos protelou a emancipação definitiva dos escravos, bem como outras cidades vizinhas: Caçapava, Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba.

Uma das questões que tornam possível constatar a importância do jornal "A Vida", para uma interpretação do movimento abolicionista na cidade de São José, são também as lacunas e silêncios deixados por aquela pequena imprensa. Os silêncios impressos no jornal "A Vida" certamente traduzem o quanto alguns grupos daquela cidade relegaram para o futuro o enfrentar as questões relativas ao final do processo escravista na cidade.

Se o incidente ocorrido na cidade de Jacareí, relacionado com fugas de escravos e invasões de fazendas, tornou-se tão popular, tal notícia não circulou nas páginas do jornal "A Vida", evidenciando uma possível omissão do caso, dado o fato de aquela cidade ser tão próxima e tão presente no cotidiano de São José dos Campos.<sup>234</sup>

O silêncio em relação ao movimento abolicionista, que vinha impregnando as páginas daquele pequeno jornal, acaba se rompendo pela evidência dos fatos. Já não seria mais possível, em janeiro de 1888 - data em que o jornal "A Vida" inicia campanha pela lavoura e pela emancipação dos escravos - calar-se diante da desorganização irreversível do trabalho cativo.<sup>235</sup>

O jornal "A Vida" iniciou campanha em prol da lavoura de São José dos Campos juntamente com campanha pela emancipação dos escravos, ligando, de forma significativa, a dependência da lavoura cafeeira da cidade ao trabalhador escravo do município. No dia 19 de fevereiro de 1888, o jornal "A Vida" publicou uma Ata de reunião da Câmara

---

<sup>234</sup> Esse trabalho conta com os números do jornal "A Vida", dos anos de 1887 e 1888 e, em nenhum deles alguma menção foi feita ao referido incidente.

<sup>235</sup> Em pesquisa recentemente publicada, Hebe Maria Mattos de Castro encontra esta data - janeiro de 1888 - como data onde vários jornais interioranos (mineiros e fluminenses), teriam também iniciado campanha abolicionista. CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pág. 259/304.

Municipal, ocorrida em 24 de janeiro do mesmo ano, onde os senhores camaristas da cidade convocam os fazendeiros locais para a definição de uma data para a emancipação definitiva do município.<sup>236</sup> Em resposta a tal iniciativa, o jornal do boticário Antero Madureira publica um editorial, no dia 26 de fevereiro, onde questões pertinentes ao desenrolar do processo abolicionista começam a ser amplamente discutidas por aquele periódico:

*"Como à aquellas que leram a noticia Convocação, inserta no noticiario desta folha, possa parecer que a idéia escravagista ainda está profundamente enraigada na generalidade dos habitantes desta, ou por outra nos habitantes deste municipio, o que não nos seria muito honroso, appressamo-nos em fazer publico que tal fato não se dá; dando-se mesmo o contrário, por isso que tem sido pela maioria desta abraçada sem constrangimento algum, a cauza da redempção; tanto assim, que os possuidores de maior número d'escravos ja deram liberdade aos que possuíam: uns condicionalmente, isto é, com clauzula de prestação de um anno de serviço; outros sem condição alguma".<sup>237</sup>*

Algo já se pode depreender do primeiro parágrafo deste editorial. Existe nele, pode-se dizer, uma política de fazer crer que as coisas se passavam, naquela cidade, conforme os ditames das frases acima, ou seja,

---

<sup>236</sup> Ata da Câmara Municipal de São José dos Campos, publicada no jornal "A Vida" no dia 19 de fevereiro de 1888.

<sup>237</sup> Jornal "A Vida" 26 de fevereiro de 1888.

os moradores de São José dos Campos avançavam rumo à libertação definitiva de seus escravos. E, segundo fala do próprio jornal, liberdade assegurada pelos membros mais proeminentes da elite local.

A partir do dia 5 de fevereiro de 1888, o jornal "A Vida" registra, em suas páginas, nome e sobrenome dos possuidores de escravos que iam concedendo liberdade condicional e incondicional<sup>238</sup> a seus escravizados. Até o dia 6 de maio haviam sido publicados no jornal o total de 108 escravos (incluindo alguns poucos ingênuos), que tinham sido libertados pelos seus proprietários.<sup>239</sup>

Desse total, apenas dois nomes podem ser incluídos entre os de maior destaque naquela cidade. São eles, o Sr. Antonio Leite Machado, que no dia 5 de fevereiro, deu liberdade a 15 de seus escravos e D. Maria Nunes de Mascarenhas Ferraz que, na liquidação do Inventário do seu marido, o Tenente Coronel José Caetano de Mascarenhas Ferraz, deu liberdade plena a seus 16 escravos (fato noticiado no jornal "A Vida" no dia 26 de fevereiro). O restante dos escravos libertados faziam parte de um grande contingente de pequenos possuidores, que iam sendo citados no jornal "A Vida" como dando liberdade a, no máximo, 5 escravos cada um deles.

No entanto, logo após ter iniciado o editorial enfatizando que a população da cidade de São José dos Campos se inclinava animada à causa da redenção (e entre eles os maiores proprietários), aquele pequeno jornal, dando continuidade a sua fala, acrescenta o seguinte:

---

<sup>238</sup> Grifos meus.

<sup>239</sup> O jornal não faz nenhuma observação sobre o fato de muitos proprietários libertarem seus escravos condicionalmente, apenas mencionando a opção.

*"Existem, não podemos negar, infelizmente alguns, poucos, possuidores de escravos que levados mais talvez por falta de indução e d' esclarecimentos a respeito, do que por aferro a condemnada idéa escravagista, ainda persistem no seu posto de senhores, esses mesmos, porêm temos certeza que, compreendendo a impossibilidade de oppor-se a esse dique a esse novo Jordão que por ahi vai alagando e deluviando tudo, afim de lavar a patria da negra nodoa da escravidão, em breve verám que é um erro essa perssistencia e que é mais natural, mais nobre mesmo hoje seguir a marcha da evolução - que é a vida - do que ceder amanhã a força bruta da revolução - que é a morte".<sup>240</sup>*

Questões importantes podem sugerir esse pequeno trecho do jornal. Em primeiro lugar que a "idéia escravagista" não seria muito honrosa para o município, indicando que o próprio discurso contido no jornal "A Vida" se rende, em parte, aos ideais abolicionistas impregnado por concepções de "evolução e progresso", trazidos pelo final do século, dos quais nem aquele pequeno jornal do boticário Antero poderia mais se esquivar.<sup>241</sup>

Uma outra questão, contida no bojo desse discurso em que se procurava camuflar a "nódoa da escravidão", na cidade de São José, é o

---

<sup>240</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888. Um periódico da cidade de Taubaté, intitulado "O Liberal Taubateense" também aponta para questões parecidas, ao mencionar em editorial do dia 19 de fevereiro de 1888 o seguinte: "Desenganem-se os últimos escravocratas que lei alguma será sancionada no sentido de prolongar a escravidão, e convençam-se de que a gynastica do governo na protelação da solução pedida é antes um mal do que um bem"

<sup>241</sup> COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1956, pág 113/150.

momento em que o jornal "A Vida" nega o que teria afirmado anteriormente, ou seja, que a emancipação naquele município estaria acontecendo naturalmente - e através da iniciativa dos maiores possuidores de escravos - atribuindo à elite local o comando de tais acontecimentos.

Como explicar então, a medida prudente contida no discurso daquele jornal, lembrando aos moradores daquela localidade a possibilidade da " força bruta da revolução"? Que revolução poderia acontecer senão encampada por aqueles trabalhadores escravos que reivindicavam seus direitos de liberdade jurídica? Um certo temor perpassava as páginas daquele periódico, quando, em meio a seu discurso, o boticário Antero Madureira faz o apelo maior contido naquele editorial:

*" Não sejamos os últimos ! ... A conservação do elemento escravo, si não constitui hoje constituirá amanhã um grande mal, um perigo mesmo, para aqueles que deixarem-se enganar pela esperança enganadora que de repente um braço de ferro susterá a marcha do abolicionismo; por que se até aqui pelo servilismo, pela obediencia, pela força das leis os homens - machinas representavam o sustentaculo da lavoura e o maior elemento motor neste paiz, d'ora em diante, illuminados pelos clarões da liberdade, e mais - conscios de que possuem um coração, uma alma, um todo como o nosso, garantidos pelas leis - que os garante já não se pode negar, elles se revoltarám, obtendo pela força aquillo que não puderem obter pela lógica*

*dos acontecimentos, aquillo que não puderem obter da vontade de seus senhores . D'ahi a desorganização do trabalho, as desordens, os prejuizos, as lutas, o panico, as retiradas emfim".*<sup>242</sup>

As mesmas leis que asseguravam a presença dos "homens-máquinas" nas lavouras de São José - como em todo o país - agiam naquele momento a favor dos mesmos. Naquele momento mais homens do que máquinas, nisso também estava contido o grande impasse que aquele final de século apresentava .

Questões como propriedade e liberdade, que naquelas terras valeparaibanas poderiam ser traduzidas por lavoura e liberdade, emergiam das modificações que o final de século trazia para todo o país, sendo que a presença do homem-máquina escravizado tornavam-nas evidentes demais.<sup>243</sup> Onde estaria o escravo crioulo tão presente nas lavouras e ruas de São José? Homens e mulheres trabalhadores escravos, submetidos, sem dúvida, aos rigores do escravismo, mas acima de tudo na condição de homens e mulheres trabalhadores.

Em pouco tempo, estavam aqueles homens e mulheres sendo representados pelo jornal "A Vida", como "homens-máquinas", ou sendo caracterizados como vítimas ingênuas e martirizadas, na fala daquele pequeno jornal: "*Esse Christo Negro que nos veio das plagas ardentes da Africa e cuja passagem por entre nós é um rastro de sangue*".<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup>Jornal "A Vida"26, de fevereiro de 1888.

<sup>243</sup> Questões antagônicas como liberdade e propriedade foram pauta de muitas discussões de final do séc.XIX. A presença do homem escravizado mostrava o conflito e a falta de solução para o problema. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. op.cit.pág. 99.

<sup>244</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

Onde estava o escravo trabalhador? Aquele que faria tanta falta ao progresso da lavoura? Provavelmente seria o agente mais perigoso daquele momento. Trabalhadores escravos que já tinham leis a seu lado. Homens e mulheres que, em boa medida, conheciam muitos de seus direitos "*que possuem um todo como o nosso*" conforme o discurso daquele jornal deixava escapar. De Homem-Máquina a Christo-Negro a representação do trabalhador escravo, nas páginas daquele jornal, perdia a dimensão do homem escravizado lutando por seus direitos. Perdia a dimensão do escravo trabalhador diante, possivelmente, de sua primeira grande reivindicação: a liberdade jurídica.<sup>245</sup>

O discurso do boticário Antero clamava por lucidez, dada a clareza com que os fatos vinham acontecendo. Caso os possuidores de escravos daquela cidade teimassem em agir de forma contrária "*a lógica dos acontecimentos*", tudo poderia acontecer, até mesmo a significativa desorganização radical do trabalho, provavelmente a mais temida de todas as revoluções possíveis naquele momento.<sup>246</sup>

No discurso do boticário Antero, "*seguir a marcha da evolução*" significava render-se a uma evidência: a de que as emancipações deveriam ser concedidas, condicional ou incondicionalmente, evitando-se assim, "*a força bruta da revolução*", ou seja, a desorganização do trabalho escravo efetivada a partir de uma forte atuação de seus agentes desestabilizadores. A participação do senhor de escravo, concedendo-lhes liberdade, certamente aliviaria as tensões e os prováveis ganhos decorrentes de tais embates. Tal é a lógica de seu discurso:

---

<sup>245</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. op.cit. LARA, Silvia Hunold. op.cit.

<sup>246</sup> Importante contribuição para o tema encontra-se em: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio* op.cit.



*"Abstrahindo daquelles que esquivam-se a sujeição de seus senhores contra a vontade destes, e descontando os que foram libertados condicional e incondicionalmente, o número de escravos existentes em nosso município, não atinge, ao certo, a mais de 200, talvez menos ainda, por isso que a cada momento estão nos chegando noticias de retiradas em massa: de modo que amanhã é provável não existir mais nem um em poder dos possuidores que não querem ou não tem querido transigir com a lei da evolução emancipadora do homem escravo, deste Christo-Negro que nos veio das plagas ardentes da África e cuja passagem por nós é um rastro de sangue"<sup>247</sup>*

Mais uma vez, o discurso impresso nas páginas do jornal "A Vida", indica que a prudência seria a melhor norteadora dos senhores de escravos do local. Ao menos, é nesse sentido que se direciona a fala daquele periódico. Ao apontar para o número reduzido de escravos com os quais já contava aquele município ( por que temer tão poucos escravos?) - devido às retiradas e as emancipações concedidas - as páginas daquele jornal mais uma vez deixam transparecer o temor de que mudanças significativas na organização do trabalho, ocorressem só ao nível das exigências de alguns de seus sujeitos. Torna-se pertinente a exclamação contida nas últimas

---

<sup>247</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

frases daquele editorial: *"Existem ja tão poucos infelizes a gemer sob o pezo do captiveiro; mas existem...Libertemol-os!"*<sup>248</sup>

A questão fundamental era: a ordem precisava ser restabelecida. O comércio já vinha sentindo as mudanças que o momento evidenciava. Uma grande colheita de café se aproximava e os prognósticos em relação aos "braços para a lavoura" não eram certamente dos melhores. Portanto, resolver as pendências relativas à reorganização do trabalho significava, naquele momento, urgência maior. Mais uma vez, o apelo do boticário Antero, em relação à morosidade do município, se fazia ouvir:

*"Não sejamos os últimos! Já que a nossa Provincia toda ergue-se favoravel a cauza da emancipação, já que absolutamente ninguem mais deseja que continue a vegetar n 'este abençoado paiz essa maldita arvore - a escravidão - porque não participamos desse desejo santo que unifica todos os nossos corações - a emancipação do escravo ? "*<sup>249</sup>

A insistência daquele editorial ao reiterar o apelo " *não sejamos os últimos !*", tinha como fundamento alguns noticiários que vinham circulando no jornal "A Vida". No dia 19 de fevereiro de 1888, aquele periódico veiculou três notícias referentes às cidades vizinhas de Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava, informando que aquelas cidades já haviam realizado (ou estavam realizando) a emancipação definitiva em seus municípios:

---

<sup>248</sup> Idem, ibidem.

<sup>249</sup> Jornal "A Vida"26, de fevereiro de 1888.

*"Libertação : - Hontem foi dado baixa nos últimos escravos existentes em Taubaté assim podendo achar-se livre esse município".*

*"Pindamonhangaba : - Forão libertados n'este lugar 1000 escravizados. A frente do movimento abolicionista desta cidade acha-se o Barão de Lessa".*

*"Caçapava : - A cidade prepara-se com entusiasmo para commemorar a libertação deste município. Na vanguarda do movimento está o virtuoso parcho conego Rodovalho que já por ocasião da inauguração da matriz, libertara todos os seus escravizados. Provera aos céus que os São Joseenses imitem tão benefico e salutar exemplo de seus vizinhos".<sup>250</sup>*

Ao que tudo indica, os possuidores de escravos da cidade de São José dos Campos se mantinham bastante reticentes no tocante à emancipação definitiva de seus escravizados. Principalmente os proprietários de maior número de cativos pelo que se pode depreender da leitura do jornal "A Vida", quando inicia a divulgação dos proprietários que vão concedendo liberdade a seus escravos. O maior contingente desses senhores se encontrava entre aqueles que possuíam de 1 a 3 escravos, sendo raros os casos em que esse número chegava a 10 escravos emancipados por proprietário.

---

<sup>250</sup> Jornal "A Vida" 19, de fevereiro de 1888.

No dia 26 de fevereiro de 1888 - data em que o editorial "*Não sejamos os últimos*" foi publicado - o jornal "A Vida" veicula um noticiário intitulado "*Convocação*", que se refere à decepção sofrida pela Câmara Municipal pelo não comparecimento dos proprietários de escravos da cidade a uma reunião proposta pelos vereadores de São José, para resolver a data definitiva da emancipação do município:

*" Convocação: - Pela segunda vez a Camara Municipal desta cidade foi dezilludida na pretensão referente a emancipação dos escravos existentes ainda neste municipio; apenas compareceram ao reclame os Srs. Dr. Antonio Arnaldo de Oliveira, Antonio José Vilaça, Rozendo Pires de Moraes e José Leite das Neves.*<sup>251</sup>

Pela leitura possível dos dizeres acima, não teria havido *quorum* - e pela segunda vez - na referida reunião proposta pela Câmara da cidade. Aqueles que compareceram à reunião - nomes citados no jornal - não representavam os maiores lavradores do município, o que pode sugerir que a falta de *quorum*, significava, na verdade, o não-comparecimento de certos membros da sociedade local, que iriam realmente conferir peso na decisão proposta pela Câmara. Tal leitura se torna mais evidente quando, no dia 29 de abril de 1888, o jornal "A Vida" dedica um editorial louvando a iniciativa de alguns fazendeiros da cidade, pela convocação de uma reunião para tratar da emancipação definitiva do município:

---

<sup>251</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

*" Constando-nos que os Srs. Benedicto Bicudo Leite, Capm. Manoel Joaquim de Oliveira, Capm. Francisco Alves Fagundes e Antonio Leite Machado, importantes fazendeiros desta, pretendem em breve convocar uma reunião de todos os seus collegas de lavoura para de comum acordo darem o golpe decisivo sobre os pretos que ainda infelizmente existem escravizados neste municipio ...Por isso que duvidamos e muito que uma convocação assignada pelos respeitaveis cidadãos cujos nomes veem acima, tenha o mesmo resultado que tiveram o appello da nossa municipalidade e o grito da nossa obscura "A Vida" com serem justissimos".<sup>252</sup>*

Essa leitura pode sugerir o peso que realmente detinham os maiores fazendeiros daquele município. No discurso do boticário Antero, estava implícito - dir-se-ia até explícito - a submissão do poder público da cidade aos mandatários do local ( poder que representava, possivelmente, uma boa parcela desses grupos ). Enquanto a decisão pela emancipação definitiva dos escravos de São José não viesse dos maiores fazendeiros da cidade,<sup>253</sup> tal possibilidade não seria viável. Se tal reunião realmente aconteceu, não se tem notícia. As páginas do jornal "A Vida" não registraram mais nada a respeito. Provavelmente porque a iniciativa dos fazendeiros de São José dos Campos emergiu tão tardia que a proximidade com a data oficial da abolição (13 de maio) tenha impedido a realização de uma tal reunião. Nas

---

<sup>252</sup> Jornal "A Vida", 29 de abril de 1888.

<sup>253</sup> Grifos meus.

palavras do boticário Antero, talvez se tenha uma idéia da dimensão do retraimento dos fazendeiros daquela cidade frente a uma decisão àquela altura sem retorno: *"Sem duvida que foi abraçado a santa cauza da abolição pela lavoura; dando-se que só entre nós os Srs fazendeiros, com excepções, manifestavam -se surdos ao grito de - Redempção"...*<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Jornal "A Vida", 29 de abril de 1888.

## 2 - DE TRABALHO E TRABALHADORES: SERVIÇO DE BRANCO, SIM SENHOR!

O editorial do jornal "A Vida" do dia 26 de fevereiro de 1888 fornece pistas que podem sugerir as muitas apreensões com as quais vinham se defrontando os senhores de escravos, os negociantes e comerciantes de São José dos Campos, enfim, todos aqueles mais prejudicados com a desorganização do trabalho na lavoura. O discurso daquele periódico centraliza-se na discussão que perpassa todo o editorial: Como ficaria o trabalho? O articulista argumenta que seria mais vantajoso, mais prudente mesmo, que os lavradores concedessem liberdade a seus cativos, já que assim seria mais fácil mantê-los trabalhando nas lavouras:

*"É verdade que em troca dos que se forem, outros virám, mas devemos preferir aqueles que ja estão habituados ao nosso meio, as nossas regras, aos nossos prejuizos emfin a esses que, vindo d'outros centros, d'outros climas, hão de necessariamente trazer outros costumes, outras propensões. Depois, sendo a obediencia o maior princípio da ordem, dá-se que é mais fácil obtel-a dos que conviveram um dia connosco, do que daquelles que nos veem pela primeira vez. Os primeiros, quando não seja por outro principio, ao menos por amizade<sup>255</sup> - pela amizade que sempre nasce do*

---

<sup>255</sup> Grifos meus.

*sentimento de convivência - obdecerão a seus superiores; abstrahindo dos principios de aclimação que tão bem devem influir e influem bastante, na estabilidade desses agentes e na submissão deles ao rigorismo de ordem que preside a todos os centros de trabalho"*.<sup>256</sup>

Interessante indagar o sentido, o significado conferido à palavra *amizade* contida no discurso do jornal. Ao entender que a amizade seria fator fundamental para a conservação do ex-escravo nas fazendas, a versão conferida por aquele periódico é a de submissão. Torna-se sugestiva essa questão. Pelo que alguns dados dessa pesquisa sugerem, existia uma quantidade significativa de crioulos da casa em São José dos Campos durante a década de oitenta (Ver tabelas VII e VIII), trabalhadores escravos nascidos e criados naquelas terras. Conhecedores dos excessos e limites de seus senhores. Se, por um lado, poderiam ser perigosos, porque conhecedores dos seus prejuízos, das suas limitações, por um outro lado, essa mesma *amizade* poderia ser o canal condutor por onde a conformidade, a submissão renderia o potencial de luta daquele trabalhador.<sup>257</sup>

A necessidade do controle, da vigilância, estava também embutida naquelas frases. Outros libertos, de outros lugares, poderiam trazer outras propensões, uma realidade mais difícil ainda de se lidar. Segundo visão do

---

<sup>256</sup> Idem, ibidem. Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

<sup>257</sup> Sobre os conflitos existentes no interior do mundo escravista, uma boa contribuição se encontra em: GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. op.cit.



jornal "A Vida", os ex-escravos de São José "*estão habituados aos nossos costumes, ao nosso meio*"<sup>258</sup> ou seja, são crioulos da casa, gente conhecida.

Uma coisa parece ficar clara nesse discurso do boticário Antero. Para qualquer sistema de trabalho - escravo ou não - a ordem, a obediência, a submissão, seriam os fatores que iriam conferir estabilidade ao modelo, portanto, medidas urgentes em relação à retomada da disciplina deveriam ser tomadas imediatamente.<sup>259</sup>

É preciso que se saiba, também, que toda uma imagem daquele novo trabalhador - o escravo liberto - estava em construção. Se um novo modelo de trabalho vinha se organizando, como ficariam aqueles que até então tinham limites bem definidos (ao menos juridicamente), dentro da sociedade local e de todo o país? Que lugar ocuparia o negro liberto naquela nova organização social que, teoricamente, ofereceria oportunidade para todos?<sup>260</sup>

Nos jornais de toda a Província, a imagem do liberto oscilava: do preto humilde e submisso ao negro valente e fujão. Lá, em São José dos Campos, o jornal do Sr. Antero Madureira se encarregava de interpretar o até então trabalhador escravo daquela cidade. Finalmente aquele trabalhador ocuparia lugar de destaque naquelas folhas de papel.<sup>261</sup>

---

<sup>258</sup> Grifos meus. Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

<sup>259</sup> Ao trabalhar localidades afastadas dos grandes centros da cafeicultura, Hebe Maria Mattos de Castro observa a grande disputa pela mão-de-obra liberta que se efetuou entre os lavradores que não puderam contar com os mesmos privilégios dos cafeicultores do Oeste Paulista. CASTRO, Hebe Maria Mattos. op.cit. pág. 271/ 278.

<sup>260</sup> Idem, ibidem pág.315.

<sup>261</sup> Ver sobre o tema: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. AZEVEDO, Célia Maria Marinho *Onda negra, medo branco*. op.cit.

No dia 18 de março de 1888, em espaço concedido no jornal "A Vida", um leitor anônimo do bairro de Santa Cruz reclama do estado lastimável que se achava seu bairro, aquela verdadeira "*capital de São José dos Campos*" segundo seu modesto entendimento:

*"Depois que começaram a aparecer nesta "Villa" os fugidos e os libertos não é mais acertado, creia-se, andar-se fora de horas e nem tão pouco deitar-se a gente sem revistar um a um os quartos da casa que por ventura tiver a casa em que mora; além disto convem também recolher até as galinhas, que ellas não cacarejam já seguras das raposas bipedes que a essa hora as vem visitar... Enfim, Sr. Redactor, da maneira que as cousas vão, não sei em que dará esta "Villa" cujas imediações estão cercadas de vagabundos: de dia vivem de uma fazenda para outra e quando é de noite vem para aqui para praticarem as gatunagens costumeiras".*<sup>262</sup>

No texto acima, o leitor anônimo trabalha com três concepções fundamentais para aquele momento: o liberto, o vadio (ou vagabundo) e o ladrão. Afinal de contas uma nova categoria de trabalhador estava em construção. Uma pergunta ecoava, ainda sem resposta: Quem era o liberto? Recém saído da escravidão - que bem ou mal respondia à questão dos lugares na sociedade - a imagem desse novo sujeito deveria ser associada

---

<sup>262</sup> Jornal "A Vida", 18 de março de 1888.

às maiores mazelas sociais, justificando o projeto de exclusão que vinha sendo esboçado aos ex-escravos de todo o país.<sup>263</sup>

Note-se que, no texto citado, a idéia de vagabundagem irá se associar quase que automaticamente ao tipo de trabalho que vinha desempenhando o liberto na cidade de São José, ou seja, "vagabundos que de dia vivem de uma fazenda para outra ..."<sup>264</sup> Esse trabalho, um tanto quanto indisciplinado, que vinha sendo feito pelo ex-escravo - *de uma fazenda para outra* - começa a ser associado à concepção de vagabundagem. Como os fazendeiros não poderiam mais controlar esse novo trabalhador, não poderiam mais contar com ele. Quem afinal daria as ordens? O que seria da lavoura, do café, de São José dos Campos e do país com esse vai e vem de trabalhadores libertos?<sup>265</sup>

Duas vertentes de *tipos de libertos* podem sugerir os artigos discutidos acima: os *emancipados e os fugidos*. No primeiro caso, seria aquele ex-escravo cujo senhor teria-lhe concedido liberdade. O emancipado, segundo o jornal "A Vida", teria condições de permanecer no lugar onde foi escravizado. Seria o liberto dócil, submisso, presumivelmente manipulável.<sup>266</sup>

No segundo caso - o liberto fugido - seria aquele ex-escravo perigoso, gatuno, astuto, sempre associado à vagabundagem, porque

---

<sup>263</sup> Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos. op.cit. AZEVEDO, Célia Marinho. op.cit. SCHWARCZ, Lilia Moritz. op.cit. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>264</sup> Grifos meus.

<sup>265</sup> O jornal "O Liberal Taubateense", no dia 19 de janeiro de 1888, publicou um editorial lembrando aos senhores escravocratas que nem todos os escravos emancipados se tornariam "vagabundos" como se temia.

<sup>266</sup> No Jornal "O Liberal Taubateense" estas características também serão atribuídas aos escravos emancipados: "A verdade é que os senhores humanitários encontrarão sempre nos antigos escravos os seus melhores colonos". "O Liberal Taubateense", 26 de janeiro de 1888.

sempre transitando de uma fazenda para outra. Em ambos os casos, trabalhadores poucos confiáveis, pouco qualificáveis, em um momento onde a idéia de progresso tomava conta de toda a Província. Em editorial do dia 8 de abril de 1888 o jornal "A Vida" pede providências ao delegado de polícia para que a "vagabundagem" na cidade fosse contida. Em determinado trecho diz o seguinte:

*"O serviço doméstico está, não se pode negar, a braços com dificuldades por falta de quem queira preencher as vagas deixadas pelos "escravos", o que é para se estranhar devido a não terem aqueles que se libertaram se auzentado deste centro, como se vê pelo numero de gente de côr que esta domiciliada nesta localidade. Antes prevenir que curar, diz a razão natural; fundamentando, por tanto, o que acima foi dicto na infalibilidade e sabedoria deste axioma, não nos parece intempestivo ou filho da prevenção o nosso reclame, menos ainda se attendermos a indolencia carecteristica da raça preta, ou antes das raças nascidas em paizes calidos como é o nosso".<sup>267</sup>*

No discurso acima, uma outra imagem passa a ser associada à figura do liberto. A imagem do trabalhador preguiçoso. E uma preguiça entendida a partir de características racias negativas que vinham sendo atribuídas à raça negra. Note-se que, no discurso do boticário Antero, essas

---

<sup>267</sup> Jornal "A Vida", 8 de abril de 1888.

características negativas se ramificam "*a toda gente de cor*" ou "*as raças nascidas em países calidos*" podendo talvez sugerir que tais características teriam o poder de se estender a todos os descendentes da "raça preta", aos mestiços, aos mulatos, enfim, "*a gente pobre da cidade*".

Na realidade, toda uma discussão em torno de teorias raciais já vinha acontecendo no país, principalmente a partir de meados da década de setenta do século XIX. Os cientistas brasileiros vinham acompanhando teorias raciais compatíveis com o darwinismo social que, a partir principalmente de Spencer (nos Estados Unidos) adquirem projeção internacional.<sup>268</sup>

Através dessa teoria chegava-se à conclusão da presumível superioridade da raça branca. No Brasil, a mestiçagem acelerada de grande parte da população já vinha criando embaraços e pessimismo para todos aqueles que viam, neste fato, os sinais indiscutíveis de "degeneração do futuro de um povo". Em meio a toda essa discussão, a realidade brasileira mostrava que, após a lei de 1871, mais cedo ou mais tarde o sistema escravista teria seu fim.<sup>269</sup>

A partir de meados da década de oitenta do século XIX, com o movimento abolicionista em plena expansão, o discurso racial se revitaliza e passa a constar das maiores preocupações de muitos cientistas brasileiros. Em pouco tempo o negro estaria livre e passível de se apoiar nas mesmas

---

<sup>268</sup> Contribuição importante sobre o tema encontra-se em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>269</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz *O espetáculo das raças*. op.cit.pág.202 /235.

leis e regras da elite branca brasileira. O que fazer então com o ex-escravo? Era uma pergunta central.<sup>270</sup>

Comparando os negros dos Estados Unidos com os do Brasil, alguns desses estudiosos chegaram à conclusão que nos Estados Unidos as coisas estavam bem mais fáceis de lidar, porque lá os negros estavam "sitiados pela raça branca", concentrados no Sul do país, ou seja, em campos discriminados. No Brasil, os estudiosos da teoria racial já não viam mais possibilidade de tal segregação, dado o avançado mestiçamento da população brasileira.<sup>271</sup>

A criação do racismo brasileiro (ao se fazer junto com a constatação de adiantada mestiçagem da população e junto também da iminente desorganização do trabalho escravo) assume características peculiares, que vão se processando devagar. Muito mais que a tentativa de se afirmar enquanto raça "biologicamente superior", os grupos de elite brasileiros estavam preocupados em reforçar seu lugar na sociedade. Portanto, era a questão do lugar social que vinha norteando as abordagens raciais.<sup>272</sup> Em tempos de abolição dos escravos, essas discussões raciais deixam de pertencer só aos embates dos senhores cientistas, e passam a veicular cada vez mais nos periódicos de todo o país. No jornal do Sr. Antero Madureira, simultaneamente aos artigos sobre a "vagabundagem" dos trabalhadores libertos, um outro tipo de tema começa a ganhar as páginas daquele

---

<sup>270</sup> Ver, entre outros: AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*.op.cit.

<sup>271</sup> Um dos cientistas brasileiros dessa época, que utilizou bastante esta argumentação foi: RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília) : Ed. Universidade de Brasília, 1988.pág.13.

<sup>272</sup> Lilia Moritz Schwarcz trabalha com a concepção da criação peculiar do pensamento racial brasileiro, devido ao andiantado mestiçamento da população e devido também ao momento histórico em que tais abordagens se intensificam. SCHWARCZ, Lilia Moritz. op.cit. Ver, entre outros: SKIDMORE, Thomas E. op.cit.

periódico. No dia 4 de março de 1888, em seção intitulada "Colaboração", um leitor anônimo faz a seguinte explicação:

*"A imigração italiana é de grande e proficua utilidade. Ella nos ensina a trabalhar com aperfeiçoamento. Conhecedora profunda da industria, da lavoura, do commercio, agricultura, photographia, zincografia e bellas-artes, tem concorrido para o engrandecimento e riqueza da Provincia de São Paulo e da patria brasileira... O cruzamento da raça é de grande vantagem independente da proteção e carinhos, que prodigalisão suas esposas. Em Sorocaba e n' Oeste da Provincia os casamentos dos italianos com as brasileiras avultam-se e realizam-se em grande copia cotidianamente. Neste caminhar vertiginoso brevemente a raça brasileira adquirirá força, vigor, opulencia e talento".<sup>273</sup>*

Logo nas primeiras frases do artigo acima, o articulista associa trabalho perfeito àquele desempenhado pelos imigrantes europeus. Imigrantes que viriam ensinar as técnicas de um bom trabalho. Do trabalho eficaz, produtivo, normatizado, ligado ao desenvolvimento e aquisição de riquezas para o país. Trabalho relacionado à indústria, ao comércio, à lavoura, ao progresso, ao que de melhor a sociedade poderia contar.<sup>274</sup>

---

<sup>273</sup> Jornal "A Vida", 4 de março de 1888.

<sup>274</sup> Célia Maria Marinho de Azevedo trabalha com a concepção de toda uma política articulada em torno da imigração de trabalhadores brancos (europeus), numa tentativa de segregação dos trabalhadores libertos. AZEVEDO, Célia Marinho, op.cit.

Enfim, trabalho de branco. Note-se que, no discurso acima, o cruzamento prodigioso dessa "raça" - que iria salvar a pátria brasileira - estava acontecendo no Oeste Paulista, para onde os primeiros imigrantes foram em grande quantidade. O termo "raça", em designação aos imigrantes italianos, é utilizado abertamente no discurso do referido leitor anônimo:

*"A bella Italia é nossa irmã, ella pertence à raça latina que é a nossa; ella nos enche de amor, esplendor e felicidade".<sup>275</sup>*

O discurso aqui assume um teor bastante interessante. Se o articulista considera a "*bela Itália nossa irmã*", qual o sentido de nossa para o discurso do jornal? A quem ou a que grupo o articulista se refere? A sintonia se estabelece, obviamente, entre a elite branca local e a "raça" latina, branca, livre de qualquer africanismo. A "raça" que desenvolveria um bom trabalho, que deixaria os frutos desejados de uma "boa mestiçagem".<sup>276</sup> Em vários artigos do jornal "A Vida", principalmente naqueles onde são tratados os temas raciais ou naqueles onde a figura do liberto é abordada, a questão do "nós e eles" norteia uma boa parcela dessas discussões.

Essa questão - nós e eles - permeia a separação elitista, ou melhor, a legitimação, a perpetuação dos lugares sociais, ameaçados pelo advento da abolição. Tornava-se necessário uma nova maneira de discriminar os campos sociais. No discurso do dia 26 de fevereiro de 1888 ( já trabalhado nesta pesquisa) o boticário Antero Madureira refere-se aos escravos de São

---

<sup>275</sup> Jornal "A Vida" 4 de março de 1888.

<sup>276</sup> No "Diário Paulista" de Taubaté idéias semelhantes já circulavam a partir de final de 1887: "em vez de vermos chegar nas fazendas o capanga com o trabuco traçado entre as pernas, escoltando uma ponta de negros estúpidos, veremos chegar a alegre caravana de rechonchudos tyrolezas, os guapos genovezes e napolitanos , nascidos sob as chispas do sol da liberdade" "Diário Paulista", 28 de dezembro de 1887.



José dos Campos como já "*iluminados pelos clarões da liberdade*", ressaltando-os como "*conscios de que possuem um coração, um todo como o nosso*,<sup>277</sup> *garantidos pelas leis, que já os garantem...*"<sup>278</sup>

Essa fala do boticário Antero contem muita lucidez. O momento poderia mesmo ser perigoso para uma provável mistura de espaços sociais. Afinal, "eles", os escravos, teriam um todo como o "nosso", um todo regido pelas mesmas leis ( entenda-se aqui nosso no sentido de perceber a idéia de nós e eles ). Se as leis irião garantir a igualdade daqueles homens e mulheres recém-saídos da condição de trabalhadores escravos, o que iria diferenciá-los? O que os faria permanecer no "seu lugar"?

A saída possível a esse impasse, provavelmente tenha sido um projeto de exclusão, que vinha sutilmente sendo montado em relação aos trabalhadores libertos.<sup>279</sup> Projeto alicerçado por segregação socio-racial, fundamentada pelo tipo de trabalho desempenhado por aqueles novos trabalhadores. Ou seja, uma nova categoria de trabalhador estava em construção.

O liberto passa então a representar essa nova categoria social, esse novo trabalhador brasileiro. Categoria que aos poucos foi sendo construída junto a argumentos raciais negativos e a uma imagem que oscilava entre o vagabundo, o vadio, o preguiçoso, o ladrão, o submisso e o passivo.<sup>280</sup> Características que iriam conferir a essa nova categoria de trabalhador uma

---

<sup>277</sup> Grifos meus.

<sup>278</sup> Jornal "A Vida", 26 de fevereiro de 1888.

<sup>279</sup> Ver, entre outros: AZEVEDO, Célia Marinho *Onda negra, medo branco*. op.cit.

<sup>280</sup> Lilia Moritz Schwarcz trabalha com a idéia da construção de categorias diferenciadas de cidadãos, que teria acontecido após a emancipação dos escravos. SCHWARCZ, Lilia Moritz *Retrato em branco e negro*. op.cit. Hebe Maria Mattos de Castro enfatiza todo o esforço desenvolvido pelos libertos para serem considerados livres e não eternamente "libertos". CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op.cit.

aproximação muito grande com o trabalho malfeito, com a imagem de desqualificado, de trabalhador mal remunerado, sem ambição e sem perspectiva. Imagem muito próxima do "caipira valeparaibano", muito próxima dos trabalhadores das pequenas cidades interioranas (e porque não dizer, do próprio "povo" brasileiro hoje).

Com o advento da abolição, os locais que receberam inicialmente uma grande quantidade de imigrantes italianos - numa política subsidiada pelo governo - foram os grandes centros produtores de café, centros que já estavam se modernizando intensamente, os quais já detinham grande prestígio. (principalmente as cidades do Oeste Paulista).<sup>281</sup> As pequenas localidades, como São José dos Campos e outras cidades valeparaibanas, chegaram a fazer uma campanha para receber o trabalhador imigrante, porém sem grandes resultados. A maior força de trabalho dessas cidades ficou concentrada na figura do liberto.

Tal questão provavelmente tenha contribuído ainda mais para reforçar a imagem do bom trabalho, do trabalho moderno e produtor de grandes riquezas, associado ao desenvolvido pelo imigrante europeu. Seu contraponto, logicamente, foi o trabalho desenvolvido pelo liberto, tanto em São José dos Campos, como provavelmente em várias outras pequenas localidades. Um trabalho que produziu riquezas sim, mas que, ao ser comparado com o vigor econômico do Oeste Paulista, adquiriu um sentido de trabalho lento, preguiçoso, decadente.

Provavelmente, o racismo brasileiro tenha se cristalizado pela correlação raça-trabalho. O liberto, descendente da raça negra, seria aquele

---

<sup>281</sup> Ver, entre outros: BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

trabalhador ao qual estava sendo associado o pior trabalho. Toda uma imagem negativa estava sendo construída em torno desse trabalhador.

Sabe-se também que, em finais do séc. XIX, já ia adiantada a miscigenação racial no país. E uma miscigenação que se fazia principalmente entre os membros das camadas mais pobres da sociedade brasileira.<sup>282</sup> Se grande parte da população mais pobre estava "contaminada" pela cor dos trabalhadores libertos, a imagem conferida ao liberto - ou seja, preguiçoso e vagabundo - vai sendo "emprestada" a todo o contingente de trabalhadores pobres e braçais do país. Essa imagem provavelmente tenha marcado mais as pequenas localidades, como a região de São José dos Campos pesquisada. Talvez a imagem negativa do caipira valeparaibano tenha surgido daí.

Logicamente, a estratificação social pela cor permaneceu (e permanece). Quanto maior a pigmentação na pele do liberto, certamente pior seria seu trabalho. Quanto mais negra sua face, maior sua vagabundagem.<sup>283</sup> No jornal "A Vida", em São José dos Campos, muitos artigos e noticiários usavam o termo "*uma malta de negros*", para designar ajuntamentos, algazaras, folias, enfim, o comportamento vadio esperado daqueles trabalhadores.

---

<sup>282</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz: *O espetáculo das raças*. op.cit. Pág.239 /250.

<sup>283</sup> Sobre a teoria do "branqueamento" brasileiro ver, entre outros: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. op.cit. pág. 81/86.

### 3 - "BRINCANDO...BRINCANDO" QUEM EDUCA O POVO?

*" Mas houve de facto escravidão no  
Brazil? Mentira! o que houve foi um sonho..."  
Jornal "A Vida", 20 de maio de 1888.*

No editorial do dia 27 de maio de 1888, o jornal do Sr. Antero de Paula Madureira, em São José dos Campos, dedica-se a um tema que passa a veicular naquele periódico logo após a abolição definitiva dos escravos. Tal tema pode ser resumido na seguinte indagação: O que fazer agora com o ex-escravo? Que medidas práticas poderiam ser tomadas pela sociedade local no sentido de conter possíveis desordens? Segundo discurso do jornal, esta seria, naquele momento, a "missão da imprensa", ou seja, a missão de estar orientando alguns grupos da cidade a se posicionar frente ao delicado momento de reorganização social.<sup>284</sup>

O jornal "A Vida" questiona, logo nas primeiras linhas do editorial do dia 27 de maio, as prováveis dificuldades do ex-escravo em estar se adaptando a esse novo modo de vida. O discurso do jornal se impregna de grande boa vontade, no sentido de estar "ajudando" a todos os libertos a encontrarem novamente os rumos de suas vidas. A auto-imagem que aquele periódico constrói, naquele momento, é novamente a do grande batalhador, na luta pela vida, pela ordem e pelo desenvolvimento de

---

<sup>284</sup>Ver sobre o tema: CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op.cit. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco*. op.cit. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. op.cit. Maria Lúcia Lamonier estuda medidas práticas de controle do trabalho livre à partir de leis da década de 70, principalmente a lei de locação de serviços de 1879. *Da escravidão ao trabalho Livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas,SP: Papyrus,1988.

"todos" os moradores da cidade de São José. A grande distinção, o grande problema, estaria, segundo o jornal "A Vida", na expectativa gerada entre os libertos, pela recém-conquistada liberdade.<sup>285</sup>

*" Avidos, famintos mesmo de liberdade, de movimento - desse movimento variável incessante do ser pensante, pois que ate aqui obravam inconscientes, como couzas, a semelhança de machinas motoras, sedentas de ar, de luz, de emoções, como criança tudo querendo tocar, tudo cauzando-lhes impressões, abalos mais ou menos vivos, é bem possível que esses infelizes, de um momento para outro arremeçados ao meio do burburinho social, da communhão dos homens, onde tudo é novo para elles, onde há tanta coisa que seduz, que atrahe e que desnortea, é bem possível que sem princípios sólidos de ordem, de moral, de religião, naufraguem quando mais pensem viver".*<sup>286</sup>

No texto acima torna-se muito clara a imagem negativa - e mesmo idiotizada - que o jornal "A Vida" confere aos ex-escravos daquela cidade. Ao serem representados como "coisas" ou como crianças, tal caracterização coloca o liberto na condição de um ser necessitado de tutela. Ao projetar a imagem de um escravo que teria se comportado como

---

<sup>285</sup> A expectativa em torno da liberdade - tanto para os ex-escravos como para seus senhores - é densamente discutida por: CASTRO, Hebe Maria Mattos. op.cit. pág.271/350. Ver também, entre outros: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>286</sup> Jornal "A Vida", 27 de maio de 1888.

"coisa" ou como "máquina inconsciente" durante toda a escravidão, o discurso daquele jornal formula os preceitos básicos para a exclusão do liberto do mundo da "comunhão dos homens", conforme fala do próprio jornal.<sup>287</sup>

Ao retirar do escravo a maturidade e a inteligência - qualificando-o como "coisas" e crianças - o discurso daquele jornal também tenta desvincular a experiência vivenciada pelo escravo - durante todo o cativeiro - de toda e qualquer experiência próxima da humana.<sup>288</sup> Uma experiência de cativeiro onde até a emoção teria sido subtraída. Como num passe de mágica, a liberdade jurídica conquistada pela abolição teria o poder de introduzir todos aqueles homens e mulheres num mundo completamente desconhecido. Uma justificativa perfeita para que a tutela sobre a vida daqueles homens e mulheres permanecesse.<sup>289</sup>

Ao serem destituídos, segundo o discurso do jornal "A Vida", de quase toda condição humana, os então trabalhadores libertos ficariam também aliçados do processo de constituição de uma identidade nacional, que o momento ensejava. Nesse sentido, a imagem do trabalhador liberto estava, mais uma vez, sendo construída "à margem" da elite local e mesmo de outros possíveis trabalhadores. Ao invocar a ordem, a moral e a religião como necessárias, naquele momento, para nortear os passos dos

---

<sup>287</sup> Em artigo sobre a influência de E.P.Thompson para o estudo da escravidão no Brasil, Sílvia Hunold Lara argumenta que um comportamento semelhante (coisificante) estaria também arraigado entre a maioria dos historiadores brasileiros, no tocante ao estudo do trabalho escravo. LARA, Sílvia Hunold. *op.cit.*

<sup>288</sup> No "Diário Paulista" de Taubaté a imagem de "coisificação" não é atribuída ao escravo ou liberto, prevalecendo a construção de uma imagem bastante racista: "Felicamente os nossos pequenos filhos não terão mais o espetáculo de verem entrar nas fazendas uma fileira fétida de africanos, cheios de sarnas e de diarreias, com os quais os pequenos brasileiro aprendiam todos os péssimos costumes da infeliz e ignorante raça". "Diário Paulista", 28 de dezembro de 1888.

<sup>289</sup> Ver, entre outros: LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho Livre*. *op.cit.*

ex-escravos, o discurso do boticário Antero volta-se para o significado de uma educação<sup>290</sup> própria a ser dispensada ao liberto:<sup>291</sup>

*" Trabalhar, pois, agora mais do nunca é necessário para dar-lhes uma direcção, um norte, uma estrella que os guie, ensinando-lhes a distinguir o bello do feio; o bem do mal, o verdadeiro do falso, para fazel-os compreender de que ha uma lei social que a tudo preside - a relatividade - , a qual deve ser, e é, extensiva até a liberdade, como principio de equilibrio sociológico".*<sup>292</sup>

No discurso do jornal "A Vida", torna-se explícita a preocupação com o lugar social que poderia ser indevidamente ocupado pelo recém-liberto na sociedade local. Ao mesmo tempo em que aquele periódico aponta a necessidade de uma orientação aos ex-escravos, no sentido de dar-lhes discernimento em relação a conceitos fundamentais - como o belo, o feio, o mal - o discurso do jornal denuncia uma apreensão que certamente já fazia parte do cotidiano de alguns moradores daquela cidade.

Ao serem retratados como incapazes de discernir - entre o belo e o feio, por exemplo - tal representação pode sugerir que os trabalhadores libertos daquela cidade talvez pudessem expandir sua incapacidade de discernimento até o limite perigoso do lugar ocupado na sociedade. Não é sem razão que o discurso daquele jornal deixa claro que a lei social que

---

<sup>290</sup> Grifos meus.

<sup>291</sup> Discussões sobre instrução e educação faziam parte do bojo de novas concepções, "do bando de idéias novas" que varreram o país no final do século XIX. Ver, entre outros: COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. op.cit.

<sup>292</sup> Jornal "A Vida", 27 de maio de 1888.

regia aquela localidade, até o momento, continuaria até mesmo naquela nova relação de vida e trabalho.<sup>293</sup> Uma lei social que o jornal chama de "equilíbrio sociológico", a qual pode ser compreendida - sem muitos riscos de interpretação - como manutenção dos lugares sociais. Na continuação daquele editorial, o jornal "A Vida" fundamenta ainda mais essas argumentações:

*"Pezada tarefa é, não resta dívida esta necessidade, mas força é curar-se d'ella, e quanto antes, gerando-se aulas nocturnas<sup>294</sup> por toda parte e envidando tudo para que ellas sejam frequentadas por essas crianças homens. Fazendo-se conferencias populares,<sup>295</sup> e dirigindo-se um appello ao clero<sup>296</sup> neste sentido, que mais do que ninguem é obvio, pode e sabe influenciar sobre o espirito dos "pequenos". Como acima dicemos, pezada é a tarefa, pezada demais talvez; todavia existem hombros que podem arcar valentemente com o pezo della: os hombros da imprensa; e deve fazel-o, visto como entra nas atribuições do jornalismo a educação do povo"<sup>297</sup>*

Nesse texto, o jornal "A Vida" é bem claro ao identificar a necessidade de uma ação conjunta que, partindo de uma suposta educação a ser ministrada aos libertos, pudesse estar dando conta de sua disciplina.

---

<sup>293</sup> Ver: LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. op.cit.

<sup>294</sup> Grifos meus.

<sup>295</sup> Idem, ibidem.

<sup>296</sup> Idem, ibidem.

<sup>297</sup> Jornal "A Vida", 27 de maio de 1888.



A proposta do jornal para que fossem criadas "aulas noturnas" já se torna um indicativo da diferenciação sócio-racial que se pretendia perpetuada. Neste caso, o apelo do jornal não se mostra contraditório, pois vai ao encontro de todos os argumentos utilizados por aquele periódico, no sentido de manter a exclusão do ex-escravo, do restrito universo dos bem nascidos.

Note-se que o discurso do jornal não deixa dúvidas ao propor a criação de "aulas noturnas", ou seja, aulas para aqueles que não deveriam parar de trabalhar, já que o trabalho deveria continuar como função primordial, para os recém-saídos do cativeiro. A educação a ser oferecida a esses trabalhadores, deveria ser a compatível com seus horários de trabalho, e com sua classe social, já que tais aulas seriam criadas especificamente para eles.<sup>298</sup>

Uma outra questão é que tais aulas noturnas podem ser diretamente relacionadas como uma forma encontrada para disciplinar todo aquele contingente de ex-escravos que andavam trabalhando de "uma fazenda para outra", evidenciando a necessidade de uma normatização urgente, segundo o parecer do jornal "A Vida".

A evidência do teor disciplinante contido na proposta de criação de aulas noturnas, torna-se bastante óbvia quando o articulista do jornal "A Vida" sugere que, deveriam ser proferidas também "conferências populares"(não especificando quem as iria proferir) bem como um comprometimento - possivelmente ao nível institucional - do clero daquela

---

<sup>298</sup> No "Diário Paulista" de Taubaté, acontece também uma campanha pela criação de aulas noturnas, por essa época: "As autoridades compete tomar todo o interese pelo facto que denunciamos, pondo em actividade seu prestígio no sentido de criarem-se escolas noturnas si às circunstancias exigirem esse sacrificio de sua parte". "Diario Paulista" Taubaté, 7 de março de 1888.

localidade, na criação de toda uma campanha "educacional" voltada para o atendimento aos "pequenos".<sup>299</sup>

Com a concretização da liberdade jurídica, em condições legais compatíveis com a elite branca local, provavelmente os hábitos e costumes dos ex-escravos de São José dos Campos, os quais tanto influenciaram os caminhos daquela cidade - porque lá vivenciaram suas experiências - tenham adquirido a conotação de perniciosos, certamente porque evidenciavam toda a experiência negra acumulada durante o cativeiro. Como fazer então para "suavizar" toda essa experiência naquele momento de construção de uma nova identidade? Talvez a proposta de uma educação específica - entendida como disciplinante - tenha sido, assim como os argumentos raciais, uma outra maneira de preservar e garantir os devidos lugares sociais.<sup>300</sup>

No jornal do boticário Antero Madureira, a preocupação com a instrução de ex-escravos e filhos de escravos já se fazia presente mesmo antes de completada a emancipação da escravidão. Na edição do dia 12 de fevereiro de 1888, um artigo anônimo é publicado na seção "*Colaboração*" sob o título de "*Crianças sem governo*":

*" Em todas as cidades do Norte de S. Paulo, abundam crianças aos milhares. A falta de lyceu e de outras ocupações honestas, vivem alluvião de adolescentes n'uma garotagem e*

---

<sup>299</sup> Hebe Maria Mattos de Castro faz um importante estudo sobre a disputa pelos trabalhadores libertos que acontece nas pequenas localidades por ela pesquisada. O jornal "A Vida", de São José dos Campos, parece indicar uma política local nesse sentido. CASTRO, Hebe Maria Mattos. op.cit.

<sup>300</sup> Uma preocupação com a "educação" do ex-escravo também ocupa bastante espaço em outros jornais valeparaibanos. O "Diário Paulista", de Taubaté, traz exemplos claros nesse sentido: " A educação do filho da ex-escrava constitui hoje uma necessidade transcendente" "Diário Paulista", 7 de março de 1888.

*perversidade medonha. As crianças que representam no porvir o futuro da patria, desde que o mestre, o tutor, o pai, o juiz de orphão e autoridades não vigiem seus passos, em lugar de preparar-se homens para o trabalho e para a gloria da nação, preparam mendigos, criminosos e turbulentos, que só incomodam os tribunais e à sociedade. Neste período em que o elemento servil e toda a instituição negra perde o vigor e à queda é inevitável: é preciso preparar-mos braços que sirvão à agricultura, mecanica e bellas-artes"*.<sup>301</sup>

Todo o texto desse leitor anônimo é de muita clareza. Mostrando-se preocupado com as crianças que viviam nas ruas (crianças já viviam nas ruas), o leitor demonstra o temor existente nos grupos mais privilegiados, ao estarem lidando com o "outro" que poderia vir a ser seu pior inimigo. No texto acima, o articulista chama a atenção de seus pares, para que alguma coisa fosse feita, enquanto havia tempo. Note-se que, depois de concluir todo um raciocínio sobre a importância da educação, o articulista enfatiza que o momento era delicado, dado o avanço que se encontrava a desorganização da instituição escravista. Nesse sentido, o discurso do leitor anônimo relaciona as "*crianças sem governo*" com crianças e adolescentes oriundos da comunidade escrava local.

Algumas questões podem ser depreedidas desse discurso. As crianças sem governo precisavam de educação, de rigor e de disciplina.

---

<sup>301</sup> Jornal "A Vida", 12 de fevereiro de 1888.

Deixá-las entregues à própria sorte poderia acarretar problemas. A educação de tais crianças vem a ser a proposta formulada pelo articulista. No entanto, a instrução proposta tem um caráter específico. A sugestão do articulista é que tais crianças fossem preparadas para atuar em profissões para as quais "naturalmente" seriam mais aptas, ou seja, "*agricultura, mecânica e belas-artes*".<sup>302</sup>

Portanto, mais uma vez um discurso denuncia a proposta de uma educação diferenciada para aqueles que deveriam continuar em determinados lugares. Mesmo quando a instrução - ao nível institucional - é convocada, a ênfase é dada no sentido de conseguir um tipo de educação "profissionalizante", entendendo-se aqui uma formação em profissões não-acadêmicas, voltadas para a utilização prática daquela força de trabalho desperdiçada.

No jornal "A Vida", a preocupação com a "educação" se fazia de várias maneiras. Segundo o boticário Antero Madureira, esta seria mesmo uma função da imprensa, ou seja, seria uma "*atribuição do jornalismo a educação do povo*". Tem-se mostrado aqui que aquele boticário não estava mesmo enganado. Educar o povo - no que pese o conceito atribuído à educação e a povo - pode significar contribuir para a construção da imagem de um povo em formação.<sup>303</sup>

A imagem que vinha sendo construída naquele periódico em relação aos escravos e libertos era associada a uma imagem de vagabundo,

---

<sup>302</sup> Nas primeiras décadas do século, o discurso enfatizando uma instrução diferenciada (conforme a classe social do indivíduo) está presente em Carneiro Leão, quando este se refere à necessidade de um investimento na formação de escolas profissionalizantes no país. LEÃO, Carneiro. "*Os deveres das novas gerações brasileiras*" in: A Margem da História da República. Vicente Licínio Cardoso (org) 1889 - 1931. Universidade de Brasília, 1981.

<sup>303</sup> Nesse caso, o conceito atribuído à educação significa um instrumento de reforço de uma imagem sendo construída.

preguiçoso, ladrão, submisso e mau trabalhador. Todas essas representações relacionadas com os argumentos raciais tão em moda na época. Argumentos que se imbricam de muitas maneiras, nas atividades desempenhadas pelo liberto, conferindo uma relação muito forte entre raça e trabalho, aos herdeiros imediatos do cativo.<sup>304</sup>

No jornal "A Vida", logo após a emancipação definitiva dos escravos - quando o acontecimento ainda estava sendo comemorado - um tipo sutil dessa imbricação sócio-racial, que vinha sendo construída, passa a veicular naquele jornal em forma de anedotas supostamente ingênuas. Existia, no jornal "A Vida", uma seção intitulada "Brincando...Brincando", dedicada à anedotas de salão, muitas vezes com a colaboração de leitores do jornal. No dia 20 de maio de 1888, quando aquele jornal dedica seu editorial a um poema feito em homenagem à pátria livre, na seção "Brincando...Brincando", algumas piadinhas passam a povoar as páginas daquele periódico:

*" No dia da liberdade  
Todo mundo se igualou;  
Não havia nada preto  
Até a noite branquejou"<sup>305</sup>*

*" Na festa da abolição  
Houve dança, piruetas,  
Dançou pretos só com brancas  
Dançou brancos só com pretas"<sup>306</sup>*

---

<sup>304</sup> Ver, entre outros: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. op.cit.

<sup>305</sup> Jornal "A Vida", 20 de maio de 1888.

<sup>306</sup> Idem, ibidem.

Na sutileza e inocência das anedotas, a caracterização sócio-racial adquire tonalidades fortes. O que tais "brincadeiras" sugerem é a existência dos "devidos lugares" que deveriam ocupar "pretos e brancos" dentro de uma sociedade.<sup>307</sup> Se a cidade comemorava a festa da libertação dos escravos - entendendo-se que tal liberdade tinha o sentido de progresso - percebe-se que na inocência da anedota, a ansiada liberdade era branca, ou seja, no dia da festa da abolição, todos dançaram - pretos e brancos - e todos se igualaram, "*até a noite branquejou*".<sup>308</sup>

No mesmo dia em que tais anedotas começam a ser veiculadas no jornal "A Vida" (20 de maio de 1888), um outro artigo intitulado "*Festas da Liberdade*" é publicado no mesmo jornal. Ao relatar sobre as comemorações em relação à emancipação dos escravos - que estavam acontecendo na cidade - o jornal "A Vida" refere-se pela primeira vez ao "Club da Liberdade" de São José, onde os maiores festejos estariam acontecendo.<sup>309</sup> Diz o artigo que as festas da abolição teriam sido grandiosas e que a Câmara Municipal da cidade teria permanecido iluminada por três dias, assim como o restante da cidade. Diz também o artigo que todo o povo de São José, "pretos e brancos", teriam cantado e dançado em comemoração. Parece que a imagem da festa, da dança, adquire significativa importância e passa a ser associada com os herdeiros do cativeiro. Na seção "Brincando...Brincando" algumas brincadeiras sugerem essa representação:

*" Me disseram que uns pretinhos*

---

<sup>307</sup> Importante contribuição sobre as várias representações que o negro e o liberto vão adquirindo nos jornais paulistas se encontra em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. op.cit.

<sup>308</sup> Jornal "A Vida", op.cit.

<sup>309</sup> Nesse artigo, o jornal destaca alguns nomes de moradores de São José dos Campos, que estariam vinculados ao Club da Liberdade, sugerindo que tais senhores teriam atuado na campanha abolicionista. São eles: Sebastião Hummel (professor), Francisco Paes de Brito (advogado), Lindolpho de Araujo Ferraz (professor) e José Francisco Marcondes Domingues (professor). Jornal "A Vida" 20 de maio de 1888.

*Vão fazer no fim do mez,  
Peticão pra ser escravos  
Para haver festa outra vez".* <sup>310</sup>

*" Ainda dura a abolição  
Ainda em festa tudo está  
Todos dançam, pretos, brancos  
Amanhã quem dançará? "* <sup>311</sup>

No jornal "A Vida", de São José dos Campos, ao mesmo tempo em que várias dessas imagens negativas ou depreciativas - em relação ao escravo e liberto - iam sendo construídas, uma significativa campanha pela obrigatoriedade do trabalho do liberto passa a veicular nas páginas daquele jornal. Alguns editoriais do jornal "A Vida" já vinham reivindicando mais ação por parte das autoridades policiais, no sentido de conter a "vagabundagem" que, segundo aquele periódico, fazia parte do cotidiano dos libertos da cidade.<sup>312</sup> Alguns noticiários se esmeravam em representar o então negro liberto como um ser que, repentinamente, tivesse ficado avesso a todo tipo de trabalho. Enfim, de muitas maneiras esse tipo de discurso vinha acontecendo e sempre no sentido de chamar a atenção da polícia, para que atuassem na recuperação daqueles trabalhadores. <sup>313</sup>

No entanto, um artigo publicado por um leitor anônimo, na seção intitulada "*Auxiliar*", veiculado logo após a emancipação definitiva dos

---

<sup>310</sup> Jornal "A Vida", 20 de maio de 1888.

<sup>311</sup> Idem, ibidem.

<sup>312</sup> Maria Lúcia Lamounier trabalha com a concepção de que, já a partir da década de sessenta do séc.XIX, alguns políticos ligados à agricultura discutiam - e implementavam - leis que proibiam a "vagabundagem" dos libertos. LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. op.cit.pág. 77/96.

<sup>313</sup> Hebe Maria Mattos de Castro afirma que os ex-senhores do sudeste (aqueles não ligados aos grandes centros cafeicultores), propõem abertamente um controle (através de leis) sobre a liberdade dos recém-emancipados. CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op.cit.pág.309.

escravos - no dia 3 de junho de 1888 - traz questões provavelmente esclarecedoras sobre como pensavam alguns grupos daquela cidade no tocante a questões práticas em relação a uma nova organização do trabalho:

*" Tem se dicto e se dirá ainda por tempo indeterminado - mas não por muito tempo é certo - que o engrandecimento do futuro aureolado deste paiz dependia tão somente do trabalho livre.. Os que desconhecem as facilidades da vida do jornaleiro lavrador,<sup>314</sup> que trabalhando dois dias por semana julgam-se com direito de descansarem os demais dias embora úteis, por isso que o seu passadio e o seu vestuario pouca atenção lhes merece,<sup>315</sup> uma vez que podem viver com isso... Seguindo as pegadas dos nossos jornaleiros de outrora,<sup>316</sup>vão na mais prejudicial comunhão aqueles que até a pouco impulsionavam nossa lavoura valentemente<sup>317</sup> , demonstrando este facto que a agricultura neste país não avançará sem que uma lei se faça em favor do trabalho,<sup>318</sup> em proveito da lavoura que já perdeu 50% de sua vitalidade de hontem".<sup>319</sup>*

---

<sup>314</sup> Grifos meus.

<sup>315</sup> Idem, ibidem.

<sup>316</sup> Idem, ibidem.

<sup>317</sup> Grifos meus.

<sup>318</sup> Idem, ibidem.

<sup>319</sup> Jornal "A Vida", 3 de junho de 1888.



Esse texto tem início indo na contramão da grande maioria dos discursos da época. O autor não se inibe ao denunciar o grande prejuízo acarretado à lavoura pela falta do trabalhador escravo. Denuncia também que, com o tempo, haveria um certo "arrependimento" - por parte dos lavradores - na adoção de um novo modelo de trabalho.

Note-se que, neste discurso, o articulista associa o trabalho desenvolvido pelo escravo como um trabalho de grande valor. Ao que parece, o autor de tal discurso está dizendo que o negro sabia trabalhar enquanto era escravo, ou seja, como um "*bom jornaleiro de outrora*".<sup>320</sup> Como liberto essa situação se inverte e seu trabalho passa a ser identificado como ruim e de pouca rentabilidade.

Uma das questões instigantes, nesse discurso, é a ênfase que o articulista confere ao jornaleiro lavrador, ou seja, ao liberto. Ao considerar que o liberto trabalhava pouco - apenas dois dias por semana - o autor do discurso sugere também que o liberto se contentava com poucos bens materiais, podendo mesmo viver à beira da miséria.<sup>321</sup> Tais sugestões chamam à reflexão, quando se pensa que o momento era de uma reorganização do trabalho. Resta saber em que moldes essa reorganização estava se fazendo, pois o autor desse discurso não se furta em sondar a possibilidade de leis que atuassem na obrigatoriedade do trabalho.<sup>322</sup>

*" Não pedimos e nem queremos uma lei  
especial para aquelles que ha pouco saátram*

---

<sup>320</sup> Idem, ibidem.

<sup>321</sup> Maria Helena Machado aponta a necessidade de mais pesquisas sobre o que ela considera uma possível política de proletarização do trabalho, desenvolvida pela camadas dominantes da sociedade brasileira, com o advento da abolição. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. op.cit.pág.197/225.

<sup>322</sup> Grifos meus.

*do cativoiro,<sup>323</sup> o que queremos, o que é urgentemente necessário, é uma lei geral, extensiva a todos obrigando ao trabalho todos aqueles que são aptos para tal<sup>324</sup> - de forma que não sejam elles pesados a outrem, de modo que a lavoura - fonte de todo desenvolvimento e progresso deste paiz - não pereça. Se arrancar o homem preto da escravidão, embora com graves prejuízos dos lavradores, foi um acto heróico, grandioso; amparar a lavoura pelo trabalho obrigatório<sup>325</sup> é um dever, uma necessidade inquestionavel, sendo também um acto heróico".<sup>326</sup>*

O texto acima fornece indicações preciosas. Não querendo se considerar injusto, o articulista propõe que uma lei pela obrigatoriedade do trabalho na lavoura não deveria ser aplicada somente aos ex-escravos e sim se estender a todos que fossem aptos para tal trabalho. Quais seriam essas pessoas? Quais critérios seriam adotados para a escolha? Além dos libertos e ex-escravos certamente iria compor esse contingente todos aqueles que até então dividiam espaços com os trabalhadores escravos, ou seja: os mestiços, os brancos pobres, os jornaleiros e toda " *a gente pobre da cidade*". Somente uma vez um artigo assim tão incisivo foi veiculado naquele jornal. Com certeza, trabalho obrigatório - mantido por leis - tenha se parecido muito com escravidão... O momento já era outro, mas torna-se pertinente a reflexão em torno de um discurso dessa natureza. Assim como

---

<sup>323</sup> Grifos meus.

<sup>324</sup> Idem, ibidem.

<sup>325</sup> Idem, ibidem.

<sup>326</sup> Jornal "A Vida", 3 de junho de 1888.

os mitos não são construídos em cima do nada, todos os discursos, textos e formulações teóricas têm seu tempo histórico, sua razão de ser.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Busquei, neste trabalho, encontrar a velha São José dos Campos do final do século XIX. Procurei por uma cidade em formação, vista através de seus agentes construtores. Foi minha intenção também, explorar momentos significativos, onde as relações entre os vários sujeitos daquela cidade pudessem ser evidenciadas. Espero ter encontrado alguns caminhos, ter apontado algumas estradas.

Tive, não posso negar, o objetivo de procurar os escravos e escravas da cidade de São José, num final de século que parecia inexistente. Ao fazer isso, fui encontrando aqueles homens e mulheres escravizados nas mais diversas relações com os outros sujeitos construtores da velha cidade. Dessa forma, e só assim, pude enxergar um pouco - aquele pouco permitido ao operário historiador - dos contornos da antiga São José dos Campos do século XIX.

Ao procurar os escravos e escravas da cidade de São José, encontrei-os dispersos em pequenos Inventários, indicadores da existência de um número considerável de pequenos e médios proprietários naquelas terras. Encontrei-os também mais concentrados, naqueles Inventários maiores, onde o número de escravos relacionados estavam em torno de 20 a 30 trabalhadores.

Passei um certo tempo convivendo com aquelas pessoas. Li suas histórias. Talvez tenha sentido um pouco seus dramas e suas esperanças. Isso talvez me credencie a falar um pouco daquela gente. Ao procurar

desatar os nós, achar os fios da meada que me possibilitem vislumbrar algumas cenas do final do século, só as vejo rapidamente. Sempre que chego mais perto, a cidade de São José dos Campos me foge ao alcance. Seus protagonistas me lembram que sou apenas uma historiadora, fadada a lidar somente com vestígios...

Realmente, os atuais moradores da cidade de São José - com os quais conversei - têm razão ao afirmar que a velha cidade do século XIX era então uma pequena localidade, sem muita projeção. Desconfio que isso tenha acontecido em função mesmo da existência de pequenos e médios proprietários, em quantidade razoável. A inexistência de barões do café, ou mesmo grandes mandatários locais, talvez tenha feito aquela cidade se acanhar politicamente, legando à posteridade a imagem de um "patinho feio" do século XIX.

Mas nos sítios, nas chácaras, nas "terras em comum", nas maiores lavouras, todos aqueles pequenos, médios e grandes proprietários tinham sua *"roça de café plantado"*. Esse fato me chamou atenção. Em todos os Inventários pesquisados, mesmo naqueles menores, onde os bens a serem partilhados entre os herdeiros não passavam de *"um sítio no Capão Grosso, uma junta de boi, uma tijela de cobre e o escravo Benedito"*, em todos eles existia pelo menos *"uma pequena roça de café plantado"*. Provavelmente, plantava-se muito café naquelas terras. Só que em pequenas porções. Em pequenas quantidades, que iam, certamente, enriquecendo o comércio e os donos de firmas de beneficiamento de café da velha urbe.

Os escravos e escravas de São José foram também aparecendo aos poucos. Encontrados aqui e ali, em número reduzido. Mas isso também me

chamou atenção. Embora essa pesquisa conte com um pequeno arrolamento desses trabalhadores - um número que não permite uma afirmação - essa pequena amostragem pode indicar, no entanto, como eram e como viviam aqueles homens e mulheres escravizados.

Aquela cidade de poucos escravos e muitos proprietários (nada indica que São José dos Campos tenha tido escravos em grande quantidade -muitos nascendo e se criando naqueles sítios) talvez tenha gerado condições de vivências peculiares. Eis aí um ponto a ser questionado. Existia uma quantidade nada desprezível de "crioulos da casa" na cidade de São José. Uma situação que deve ter propiciado condições, em alguns momentos, de uma certa acomodação no mundo conflitante da escravidão.

Essa situação me faz repensar o discurso do boticário Antero Madureira, frente ao advento da abolição. O fio condutor impresso nas páginas do jornal "A Vida" é, sem dúvida, a questão do lugar social. No discurso daquele periódico, os trabalhadores escravos de São José, ao se tornarem libertos, passam por uma transformação radical. De "crioulos da casa", trabalhadores braçais da lavoura daqueles campos, transformam-se - de acordo com a versão do jornal -, em vagabundos, preguiçosos, ladrões, vadios, perigosos ou passivas criaturas. Por que um discurso tão radical começa a ser veiculado?

A construção da imagem do novo trabalhador estava sendo feita a olhos vistos. O discurso bem articulado daquele pequeno jornalzinho de São José dos Campos me faz refletir que os ex-cativos daquela cidade - como aliás de todo o país - não foram entregues à própria sorte. O projeto de exclusão alinhavado pela elite do país não deixou muitos fios à solta, ao

contrário, foi um projeto que entrelaçou muito bem questões como raça, trabalho e origem social, conferindo ao país uma pseudodemocracia racial, justamente quando o racismo brasileiro se fazia de forma extremamente imbrincada com outras questões (como o trabalho por exemplo) o que tornou esse "tipo de racismo" muito mais cruel e virulento que nos países onde a "superioridade racial" é relacionada diretamente com "superioridade biológica".

Torna-se pertinente perceber que, de acordo com a interpretação do jornal "A Vida", a instituição escrava estava sendo considerada ultrapassada e geradora de todos os males sociais. O trabalhador escravo, no entanto, era considerado um bom trabalhador (a lavoura de São José dos Campos não estava na sua dependência?) No sentido inverso, o trabalho livre e assalariado vinha sendo apontado, por aquele periódico, como o modelo de trabalho que traria mais riqueza e progresso para a cidade, para a Província e para todo o país. Paradoxalmente, o trabalhador liberto (recém-saído do cativeiro), aquele que estava ingressando no moderno e promissor mundo do trabalho livre, estava sendo representado pelas folhas daquele periódico como um mau trabalhador, um desqualificado, um trabalhador "sem lugar", naquele afortunado mundo novo. Ou seja, justamente num momento onde o trabalho começa a ser mais valorizado, o trabalhador liberto tem sua imagem construída de maneira inversa às expectativas da época.

Talvez não se tenha detido ainda o suficiente na análise do significado da liberdade jurídica. O discurso do boticário Antero parece indicar que a liberdade jurídica, ao ser conquistada pelos escravos, representou um ganho político para aqueles trabalhadores. Por que o "ir e vir" dos libertos (de uma fazenda para outra) incomodava tanto? O direito

de ir e vir não representa os próprios pilares dos direitos humanos, impressos nos ideais iluministas?

O movimento abolicionista se constituiu, certamente, num espaço de luta. Um espaço onde as leis, que seguramente são formuladas e atuam a favor da classe dominante, sofrem o impacto da luta promovida pelos escravos, no interior de uma política hegemônica. Talvez a luta no âmbito jurídico, no interior daquele espaço hegemônico, tenha se processado mais forte do que tem sido analisado até então.

Ao terem "*leis atuando a seu favor*" como bem expressou o discurso do jornal "A Vida", os trabalhadores escravos evidenciavam um ganho político obtido na prática. Um ganho que iria beneficiar aqueles trabalhadores com salários, com o direito de "ir e vir", com o direito de escolher seus horários e seus lugares de trabalho. A liberdade jurídica foi, certamente, o primeiro direito obtido pelo trabalhador brasileiro. Outros com certeza viriam (como vieram), mas a luta travada naquele momento, para conter os avanços daqueles trabalhadores libertos, aconteceu no âmbito dos valores e da construção de uma imagem negativa do trabalhador liberto.

Por isso o discurso se radicaliza nos jornais. E se radicaliza construindo a imagem do trabalho malfeito ( quando era feito), ao trabalhador recém-saído do cativeiro. Um discurso que aos poucos vai tecendo, de forma quase inseparável, os contornos de dois valores importantes para aquele momento: raça e trabalho.

O discurso do boticário Antero parece indicar também que, com a conquista da liberdade jurídica pelos escravos, essa liberdade sofre a



tentativa de ser vigiada de perto, de ser controlada por aqueles que não estavam dispostos a dividir lugares sociais. O controle sobre a liberdade do liberto incide-se sobre o controle de seu trabalho. E o "tipo" de trabalho que começa a ser atribuído ao liberto - trabalho ruim e malfeito - está associado a sua cor e origem social, formando um emaranhado de associações negativas difíceis de desvencilhar.

No emaranhado que se formou, cristalizou-se o racismo brasileiro. Um racismo que nunca segregou (por vias legais) espaços físicos - espaços especiais em igrejas, escolas ou ônibus, por exemplo - mas sempre segregou espaços sociais. Nesse caso, o trabalho passou a ser o campo discriminatório onde impera a luta racial no Brasil.

Ao terminar esse trabalho, repenso a trajetória do boticário Antero Madureira. Um homem de origem humilde obteve em São José dos Campos chance de ascensão social. Seu discurso foi associado ao de um homem que oscilava entre dois mundos, o mundo daqueles "*cheios de conchegos*" e a "*gente pobre da cidade*".

No entanto, com a abolição efetivada, seu discurso se radicaliza e fica clara sua opção pelos mais poderosos da cidade. O discurso do boticário Antero mostra como a estratificação sócio-racial ficou mais definida, como a questão dos lugares sociais se tornou imperativa, com a liberdade jurídica conquistada pelos escravos; e como ficaram mais estreitas as possibilidades de ascensão social - ao menos aos herdeiros do cativo - com o advento da abolição. O discurso do boticário Antero mostra também a necessidade de se analisar melhor a formação daquelas pequenas localidades; pacatas cidades, que a partir da abolição dos escravos adquirem a imagem de cidades lentas, estagnadas, *mortas*...

## FONTES CONSULTADAS

### *FONTES MANUSCRITAS :*

#### *PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FÓRUM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:*

##### *Inventários Post-Morten:*

- José Rodrigues da Cunha (fal.), D. Anna Maria da Cunha, filhos e genros ( inventariantes), caixa ano 1870, s.n.
- Salvador Bastos d'Araujo (fal.), D.Maria Joaquina Trindade (inventariante), caixa ano 1870, s.n.
- Francisco Moreira de Castilho (fal.), Gertrudes Alves Moreira (inventariante), caixa ano 1871, s.n.
- José Cardozo de Menezes (fal.), D. Maria das Dores (inventariante), caixa ano 1871, s.n.
- Antonio Joaquim de Oliveira (fal.), D. Maria Joaquina de Jesus, filhos e genros ( inventariantes), caixa ano 1872,s.n.
- Lauriano Carlos de Toledo (fal.), D. Francisca das Chagas Maria de Jesus, filhos e genros ( inventariantes), caixa ano 1872,s.n.
- Luiz Soares Ferreira (fal.), D. Maria Benta Clementina de Jesus e filhos (inventariantes), caixa ano 1872, s.n.

- Domingos Pereira dos Santos (fal.), D. Ignacia Maria dos Santos e filhos (inventariantes), caixa ano 1873, s.n.
  
- D. Maria Amelia ( fal.), Sr. Francisco Bicudo e filhos (inventariantes), caixa ano 1873, s.n.
  
- D. Anna Joaquina das Neves (fal.), Inventário Amigável entre os herdeiros, caixa ano 1874, s.n.
  
- Manoel Joaquim do Nascimento (fal.), Inventário Amigável entre os herdeiros, caixa ano 1874, s.n.
  
- Capitão Francisco Alves Fagundes (fal.), D. Anna Pereira de Mello Fagundes, filhos e genros ( inventariantes), caixa ano 1875, s.n.
  
- Francisco Vieira Cabral (fal.), D. Josefa Maria da Conceição (inventariante), caixa ano 1877, s.n.
  
- D. Anna Ignacia dos Santos (fal.), Bibiano Leme de Souza (inventariante), caixa ano 1880, s.n.
  
- Manoel Lopes de Siqueira e filhos: Fabio Lopes de Siqueira e irmãos (Arrolamento entre partes), caixa ano 1880, s.n.
  
- Francisco Ferreira dos Santos (fal.) : João Baptista dos Santos e irmãos (inventariantes), caixa ano 1880, n.1322.

- D. Joaquina Rodrigues de Abreu (fal.), D. Luiza Maria da Silva (inventariante), caixa ano 1881, s.n.
  
- Joaquim Alves da Cruz (fal.), D. Manoella Maria da Conceição e filhos (inventariantes), caixa ano 1882, s.n.
  
- D. Josephina Cathalá de Escobar e filhos (Partilha amigável), caixa ano 1882,s.n.
  
- João Vieira Cabral (fal.), D. Maria Benedita do Espírito Santo (inventariante), caixa ano 1882, s.n.
  
- Joaquim Rodrigues Pereira (fal.), D. Francisca Rodrigues Pereira e D. Maria Roza de Jesus (inventariantes), caixa ano 1882, s.n.
  
- D. Antonia Maria do Espirito Santo (fal.), Joaquim Antonio d'Oliveira, sua mulher e irmãos (inventariante), caixa ano 1883, s.n.
  
- José Joaquim d'Araujo (fal.), D. Antonia Maria do Espirito Santo, filhos, filhas, genros e noras (inventariantes),caixa ano 1883, s.n.
  
- Luciano José das Neves e sua mulher D. Izabel Maria de Souza ( divisão dos bens em vida ), caixa ano 1883, n.69.
  
- D. Anna Joaquina Ferraz (fal.), Manoel Joaquim d'Oliveira, sua mulher e irmãos (inventariantes), caixa ano 1884, s.n.
  
- D. Mariana Francisca de souza Almada e seus filhos (Inventário partilha amigável em vida ), caixa ano 1885, s.n.

- D. Rufina Maria de Jesus (fal.), Joaquim Martins da Silva (Inventariante), caixa ano 1885,s.n.
  
- D. Gertrudes Maria da Conceição (fal.), Cláudio Leite Machado e sua mulher e Francisco José Lemes e sua mulher ( inventariantes ), caixa ano 1886, s.n.
  
- D. Mariana Francisca de Soares e Domiciano Fagundes (Arrolamento entre partes), caixa ano 1886, s.n.
  
- Manoel Pinto da Cunha (fal.) esposa D.Maria Anna e filhos (inventariantes), caixa ano 1886, s.n.

Testamentos:

Testamento de: Manoel José Lemes, Testamenteiro: Francisco Rafael da Silva Jr. Ano 1870, n. 1156

Testamento de: Aleixo d'Araujo Ferraz, Testamenteiro: Bibiano de Araujo Ferraz. Ano 1870,n.1155.

Testamento de: Bertolino José Nogueira, Testamenteiro: Francisco d'Escobar. Ano 1873, n. 1235.

Testamento de: Joaquim José da Costa, Testamenteiro: Francisco José da Costa. Ano 1879, n. 1146.

Testamento de: Francisco Ferreira dos Santos, Testamenteiro: João Homero Jr. Ano 1879, n.1338.

Ações Cíveis:

Ações de Libelo de Dívida ( Penhora de Terras ou Escravos):

- José Caetano Mascarenhas Ferraz (requerente) contra Fortunato Joaquim de Oliveira e José Rodrigues Pereira . Ano 1871, n. 720.

- José Caetano Mascarenhas Ferraz (requerente) contra José Antonio de Moraes. Ano 1875, n. 1278

- José Caetano Mascarenhas Ferraz (requerente) contra Jordão José Lopes. Ano 1875,s.n.

- José Caetano de Mascarenhas Ferraz (requerente) contra Lauriano Alves Ferreira. Ano 1879,s.n.

- João Baptista dos Santos (requerente) contra José Ferreira Neves. Ano 1883, n. 128.

- João Baptista dos Santos ( requerente) contra José da Costa Araujo. Ano 1883, n. 125.

- João Baptista dos Santos (requerente) contra José Ferreira Neves. Ano 1883, n. 1435.

- Major Francisco Leite Machado (requerente) contra João José Barros. Ano 1870, n. 713.
- Major Francisco Leite Machado (requerente) contra Camillo Soares de Souza. Ano 1871, n. 1173.
- Major Francisco Leite Machado (requerente) contra João Gonsalves de Moura Guimarães. Ano 1871,s.n.
- Major Antonio Gonçalves da Rocha (autor) contra João Ribeiro da Fonseca. Ano 1870, n. 307.
- José Fortunato Moreira de Sá ( autor) contra Pedro Brasiliense de Almeida (réu). Ano 1873, n. 1242.
- José Fortunato Moreira de Sá (autor) contra João Pinto da Cunha (réu). Ano 1875, n. 1244.
- José Fortunato Moreira de Sá (autor) contra Francisco Antunes Teixeira. Ano 1875, n. 1259.
- José Fortunato Moreira de Sá (autor) contra Manoel José de Toledo. Ano 1875, s.n.
- Manoel Ricardo Leite da Silva (autor) contra D. Thereza Maria de Jesus (ré). Ano 1871, n 104.
- Manoel Ricardo Leite da Silva (autor) contra José Mariano Lemes de Moraes. Ano 1871, s.n.

- Manoel Ricardo Leite da Silva (autor) contra Joaquim Antonio Roza e sua mulher. Ano 1876, n. 1275
  
- Manoel Ricardo Leite da Silva (autor) contra Antonio Lourenço de Oliveira. Ano 1871, n. 311.
  
- Tenente Carlos Gustavo Ribeiro Escobar (autor) contra D. Maria das Dores (ré). Ano 1871, n. 1185
  
- José Antonio Pacheco Netto (autor) contra Cyrio Bustamante Braulio Martins. Ano 1873, n. 1226.
  
- Coronel Bento Pinto da Cunha (autor) contra José Ferreira Neves (réu). Ano 1883, n. 1434.

*Ação Sumária (Dívida):*

- Joaquim Antonio d'Araujo Ferraz (autor) contra Francisco Rafael da Silva. Ano 1872, n. 1201.
  
- José Manoel d'Arruda (autor) contra Joaquim Guedes Pinto (reu). Ano 1873, n. 1238.
  
- Claudiano Rodrigues da Cunha (autor) contra Domingos Soares(reu). Ano 1887, n. 1520.



- João da Costa Gomes Leitão (Jacareí) contra Tenente Coronel Manoel Joaquim de Andrade (São José dos Campos) - sentença Execução. Ano 1873 n. 1223.

Ações de Embargo (terras) - Divisão Amigável de Terra - Força Velha (terra)

- Doação de Terras: Francisco Moreira de Castilho e sua mulher Gertrudes Alves Moreira, para os genros: José Mariano Bastos e José Vicente Martins. Ano 1870, Ação n. 1142.

- Ação de Embargo (terra): Francisco Moreira de Castilho e sua mulher Gertrudes Alves Moreira (autores) contra Manoel de Almeida Salles (réu). Ano 1870, n. 393.

- Ação de Embargo (terra): João Batista Moreira e sua mulher (autores) contra Daniel Moreira dos Santos. Ano 1871, n. 397.

- Embargo de Primeira (terra): Luciano Moreira de Toledo e sua mulher (autores) contra Igenes Salgado Costa e Antonio, genro desta. Ano 1871, n. 399.

- Divisão de Terras: Francisco Barbosa Lima e sua mulher / Bibiano Leite Machado e sua mulher. Ano 1872, n. 1209.

- Divisão Amigável de Terras: Tenente Coronel José Caetano Mascarenhas Ferraz e sua mulher e Joaquim Antonio de Souza e Graciano Leme de Souza (terra em comum no bairro de Santa Cruz). Ano 1872, n. 1193.

- Divisão Amigável de Terras: D. Anna Ferreira d'Alvarenga e Joaquim Rodrigues Pereira. Ano 1875, n. 1265.
  
- Ação de Embargo de Terras: José Alvarenga Ferreira (autor) contra D. Maria Joaquina de Jesus. Ano 1877, n. 404.
  
- Ação de Embargo (Divisa de Terras): João Gonçalves de Andrade (requerente) contra João Lopes de Miranda. Ano 1887, s.n.
  
- Ação de Embargo (terra): Serafim Alves Viana e sua mulher (requerentes) contra Antonio Cursino dos Santos e sua mulher. Ano 1887, n. 426.
  
- Ação de Embargo (terra): Antonio Rosendo d'Oliveira e sua mulher (requerentes) contra Benedito Serafim da Silva. Ano 1887, n. 425.
  
- Força Velha (Direito uso da Terra): Tenente Coronel José Caetano Mascarenhas Ferraz e sua mulher (autores) contra José Rodrigues Cardozo e sua mulher. Ano 1879, n. 1317.
  
- Ação Protesto ( terras) : Capitão João Bicudo Leme (protestante) contra Anacleto Leitão Vieira. Ano 1871, n. 1175.
  
- Ação de Embargo (terras): Manoel José Pereira (autor) contra Manoel Pinto Ferraz. Ano 1881, n. 409.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:

Livro de Posturas do Município de São José dos Campos - 1862/ 1887  
Tombo - 000178

Infração de Posturas do Município de São José dos Campos - 1862/ 1887  
Tombo - 000009

Registros de Nascimento 1875 / 1876 Tombo - 000842

Registros de Nascimento 1876/ 1877 - Tombo - 000843

Relatório de Qualificação de Votantes do Município de São José dos Campos 1871 / 1875 Tombo 000040

Atas da Irmandade de São Benedito - 1878

Atas da Irmandade de São Benedito - 1800/ 1887

Atas da Irmandade de São Benedito - 1907

Livro de Assentamento da Irmandade de São Benedito- 1859/1885

Livro de Assentamento de Escravos da Irmandade de São Benedito - 1837/  
1885

Atas da Câmara do Município de São José dos Campos - 1882 à 1904

Tombo - 000092

Despesa / Receita - Câmara Municipal de São José dos Campos 1882/  
1885

Tombo - 000443

Diário Câmara Municipal 1880/ 1887

Tombo - 000728

Diário Câmara Municipal de São José dos Campos -1887/ 1889

Tombo - 000729

Diário Câmara Municipal de São José dos Campos -1889/1902

Tombo - 000730

JORNAIS:

Jornal "A Vida" - São José dos Campos - Propriedade do Sr. Antero de Paula Madureira - de 1887 à 1890 - total: 52 exemplares

Coleção pertencente ao acervo particular da Sra Maria Aparecida Ramos Ferreira, bisneta do proprietário do jornal. Coleção xerocada pela pesquisa.

Jornal "O Liberal Taubateense"- periódicos avulsos de 1887 e 1888

Jornal "Diário Paulista" Taubaté - periódicos avulsos de 1887 e 1888

Jornal "Gazeta de Taubaté"- periódicos avulsos de 1885

Jornal "O Norte de São Paulo" Guaratinguetá - periódicos avulsos e 1886 e 1887. Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté.

DEPOIMENTOS:

Memória Família Madureira: depoimento concedido pela Sra. Maria Aparecida Ramos Ferreira (bisneta do Sr. Antero de Paula Madureira) e pela Sra. Alcina Madureira Rodrigues (neta do Sr. Antero de Paula Madureira). Depoimentos gravados em suas residências.

FONTES IMPRESSAS :

- Almanaque de São José dos Campos para 1922- organizado por Napoleão Monteiro - Biblioteca Pública " Cassiano Ricardo "
- Resenha de Documentos da Câmara Municipal de São José dos Campos - Fascículos de 1 a 9 - Trabalho executado por Geraldo Moacir Marcondes Cabral - editado em 1982 . Biblioteca Pública "Cassiano Ricardo ".
- BONDESAN, Altino: *São José dos Campos em quatro tempos*, S.J.C. 1978.
- CESCO, Nelly de Toledo. *São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial*. S.J.C. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1992.
- JUNIOR, Agê: *São José dos Campos e sua história*, S.J.C. s/d.
- SIQUEIRA, Jairo César: *Nossa cidade de São José dos Campos: história, memória, crônicas, folclore*. S.J.C. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1991.
- GUIARD, Oswaldo Barbosa: *Taubaté no aflorar do século*. Taubaté, Egetal, 1974.
- RIEDEL, Diaulas (org.) *O planalto e os cafezais : histórias e paisagens do Brasil* (vários autores) Cultrix, 1959.
- *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy* : Pesquisa e Texto: Prof. Ivone Tessin Weis e Prof. Benedito Viana dos Santos - Pesquisa: Prof. Ivana de Souza e Prof. Cláudio Bertolli Filho, Edição: Indústrias de Papel Simão S.A, 1990.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALVES, Maurício Martins. "*A família escrava em Taubaté*" - 1680 / 1720 in: Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (caderno n. 2), 1995.

- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - séc XIX* - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. "*Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil*". in: Revista USP: Dossiê Povo Negro- 300 anos - dez/jan/fev. 1995/96. n. 28.

- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel, 1974.

- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil-teoria e ação no pensamento abolicionista- I. volume*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo: 1967

\_\_\_\_\_. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1964.

\_\_\_\_\_. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço* -Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas - magia e técnica, arte e política*. Tradução: Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994

\_\_\_\_\_ . *Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa. São Paulo:Brasiliense,1995.

- BERTOLLI FILHO,Cláudio. "*Entre o regional e o nacional: o vale em questão*" in: Chalita, Gabriel (org.) - *Vale do Paraíba: Política & Sociedade*, Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993 (Vale Livros).

- BEZERRA, Holien Gonçalves. "*E.P.Thompson e a teoria na história*" in Projeto História 12 PUC / S.P, 1995.

-BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, Coleção Biblioteca Básica, 1992.

- BORELLI, Silvia Helena Simões "*Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson*" in: Margem / Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - N.1 (mar.1992) - São Paulo: EDUC, 1992.

- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CARNEIRO, A. Leão " *Os deveres das novas gerações brasileiras* " in: *A Margem da História da República* - Org. Vicente Licínio Cardoso. Ed. Universidade de Brasília, 1981.

- CARNEIRO, M. Luiza Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil*- Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas : o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

- CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio". in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, vol.8, n.16, março de 1988 / agosto de 1988.

- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia* - 3 edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Da monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Abolição*. São Paulo: Global, 1988.

- COSTA, J. Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

- CUNHA, Manuela Carneiro. *"Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX"* in: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CRUZ, Heloisa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana*, São Paulo (1890/1915). Tese de Doutorado - USP / 1994.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920)*. Editora Marco Zero, 1991.

- DARTON, Robert *O beijo de Lamourette*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- D'ALESSIO, Márcia Mansor *"Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora in"* : *Memória, História, Historiografia*. Revista Brasileira de História ANPUH, Marco Zero, setembro 92/ agosto 93.

- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo(1880-1945)*. São Paulo: Difel, s/d.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*- 3 edição. São Paulo: Ática, 1978.

- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- FENELON, Déa Ribeiro. "E. P. Thompson - história e política" in : Projeto História 12, PUC/SP, 1995.

- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 2 edição, 1974.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, RJ, Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado, Rio de Janeiro: Graal, 1995.

- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução : Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. " *O significado da liberdade*" in: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, vol.8, n. 16, março de 1988 / agosto de 1988.

- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução: Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Da rebelião à revolução*. Tradução: Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Global, 1983.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

-GUDERMAN, Stephen e Stuart Schwartz. "*Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*" in: *Escravidão & Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- GUTIÉRREZ, Horacio. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798 - 1830* in: Revista Brasileira de História "Escravidão", volume 8, n. 16, ANPUH, Marco Zero, março / 1988 / agosto 1988.

- GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Delume-Dumará, 1994.

-HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira: O Brasil monárquico: declínio e queda do Império V.2 t.4* Difel, 1974.

\_\_\_\_\_.*Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_.*Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio,1979.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*, Tradução: José Eduardo de Mendonça. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 2 edição, 1988.

- LACERDA, Sonia. *"História, narrativa e imaginação simbólica"*  
in: História no plural / Sonia Lacerda et al. organizado por Tânia Navarro Swain. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro ( 1750/1808)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. "*Blowin in the Wind : E. P. Thompson e a experiência Negra no Brasil*", in : Projeto História 12, PUC/SP, 1995.

\_\_\_\_\_.(org.) *Escravidão - Revista Brasileira de História*, ANPUH, Marco Zero, vol. 8, março/ agosto de 1988.

- LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

- LENCIONI, Benedito Sérgio. *O negro na história de Jacareí: da senzala ao preconceito*, Aparecida, SP: B.S. Lencioni,1989.

- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830/1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. "*Em torno da autonomia escrava: uma nova direção social da escravidão*" in: Revista Brasileira de História - São Paulo, ANPUH, Marco Zero, vol.8, n.16, março de 1988 / agosto de 1988.

\_\_\_\_\_. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense* - Niterói, RJ: Editora Cromos, 1993.

- MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- MALUF, Marina. *Ruídos da memória: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura paulista*. Tese de Doutorado. USP/SP, 1994.

- MAGALHÃES Wanda Moreira. *Economia cafeeira e processo eleitoral: a população votante de Taubaté (1850/1881)*. Dissertação Mestrado PUC/ SP, 1886.

\_\_\_\_\_. " *Dos barões aos coronéis, de Taubaté a Campinas: uma trajetória política*" in: Chalita Gabriel (org.). *Vale do Paraíba: Política & Sociedade*, Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

- MATTOS, Wilson Roberto. *Práticas culturais / religiosas negras em São Paulo (do território destruído ao território reconquistado)*. Dissertação Mestrado, PUC /SP, 1994.

- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado 1981.

- MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. "*O filho da escrava( em torno da lei do ventre livre)*" in: *Revista Brasileira de História - São Paulo, ANPUH, Marco Zero, vol.8, n.16, março de 1988 / agosto de 1988.*

- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

- MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória: a cultura popular revisada*. São Paulo: Contexto, 1994

- MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano: na bacia do rio Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

- MUNHÓS, Wilson Toledo. *Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. Dissertação Mestrado, PUC/SP, 1992.

- NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro*. São Paulo: Edusp, 1992.

- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. in: *Revista Projeto História 10, PUC/SP, 1993.*



- NOVAIS, Adauto. (org.) *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- OLIVEIRA Flávia Martins. "*Italianos no interior de São Paulo por volta do início do século XX*". in: *História: Universidade Estadual Paulista v.13*, 1994.

- PECHMAN, Robert Moses. (org.) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

- POULET, Georges. *O espaço proustiano*. Trad. Ana Maria Borralho Martins Costa. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

- PRADO, Caio JR. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 38 edição, 1990.

- PETRUCCELLI, José Luis. "*Movilidad social y mestisaje en dos municipios de Rio de Janeiro, siglo XIX*". *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Caderno 2, 1995.

- QUEIRÓS, Suely Robles Reis. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar(1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 7 edição, 1988.

- REIS, João José (org) *Escravidão & invenção da liberdade*: Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. "*Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia*" in: *Escravidão & Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_, Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. "*A volta da história política e o retorno da narrativa histórica*" in: *História no plural / Sônia Lacerda et al. organizado por Tânia Navarro Swain*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

- RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*, in: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

- SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. "*Mentalidades ou história sociocultural; a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico*" in: *Margem / Faculdade de*

Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - N.1  
(mar.1992) - São Paulo: EDUC, 1992.

- SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: a vida da gente de cor nas Minas Gerais século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/ 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

- SKIDMORE, Thomas.E. *Preto no branco: nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- SOARES, Luiz Carlos. *"Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX"*. in: Revista Brasileira de História - São Pauli: ANPUH, Marco Zero, vol.8, n.16, março de 1988 / agosto de 1988.

- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

- SLENES, Robert W. "*Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*". in: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, vol.8, n.16, março de 1988 / agosto de 1988.

- SOTO, Cristina. "*Efeitos de uma epidemia de varíola em Taubaté (1873/1874)*" in: Revista História. São Paulo, n. 127-128, ago- dez- 92 a jan- jul/ 93.

- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

- THOMPSON E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Senhores & caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 ( 3 volumes ).

\_\_\_\_\_. *Tradicion, revuelta y consciência de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.

- TOLEDO Francisco Soderó. (org.) *Decadência do café numa comunidade vale paraibana*. Guaratinguetá: São Paulo, 1973.

- WILLIAMS Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

\_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade*, Companhia Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840 - 1860)* Dissertação Mestrado, PUC / RS, 1994.